



Fotografia da Imagem do Menino Jesus,
que pertencem à preta Vitória, fundadora do
«Decolhimento das Beatas» e que se venera
na Igreja do Decolhimento e Asilo.

Venerável Ordem Terceira
de S. Francisco
BARCELOS

Actos e Contas da Administração

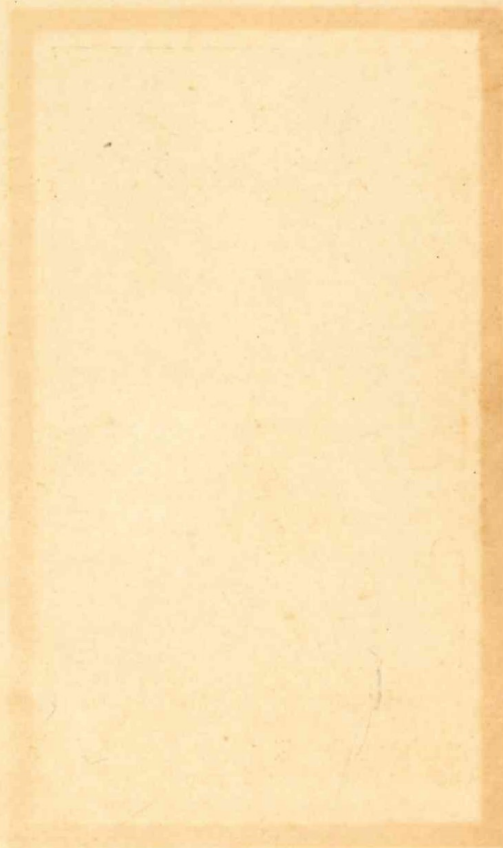
Nos anos
de
1929 a 1935



1937



3(469.12)(047.3)



VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO

BARCELOS

Actos e Contas da Administração

nos anos de 1929 a 1935

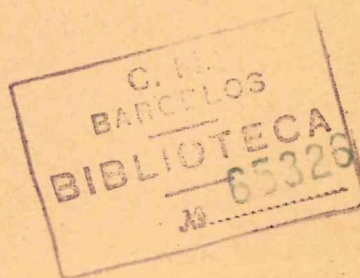
[C.M.B.]
Biblioteca

RELATIVOS A:

Venerável Ordem Terceira de S. Francisco,
Recolhimento e Asilo do Menino Deus,
Sopa dos Pobres e Creches D. António Barroso

1937

Companhia Editora do Minho
BARCELOS



MUNICIPIO DE BARCELOS
BIBLIOTECA

EM 11 de Março de 1734 fôra lançada a primeira pedra para edificação da igreja que a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco teve no agora denominado Campo da República (antigo Campo da Feira). Mas a Ordem Terceira de Barcelos fôra instituída em 29 de Julho de 1654 e inaugurada em 22 de Março de 1732.

A concessão do terreno para edificação dessa igreja foi feita em 12 de Maio de 1732 e benzido em 29 de Julho do mesmo ano.

Segundo Domingos Joaquim Pereira (Abade de Louro) na sua Memória Histórica, em «28 de Maio de 1738 as paredes (dessa igreja) tinham apenas sete palmos fora do solo, por falta de meios; e, se não fora ter esmolas dos fiéis e valiosos donativos vindos do Brasil, e com especialidade da *Baía*, onde alguns dos irmãos os mandaram solicitar, e parte do tributo denominado *real d'água*, que a piedosa rainha D. Maria 1.^a mandou aplicar para a obra, — não se concluiria o templo, como se concluiu. A-pesar do que, (continua o Abade do Louro) ficaram por concluir as duas tôrres dos sinos, que deixaram a sua fronteira algum tanto afeiada; com o falecimento, porém, do irmão da Ordem *Antônio da Costa Mendanha*, senhor da casa e quinta do *Casal de Nil*, que deixou à dita Ordem uma avultada esmola, logo o definitório de 1866, com o incansável zêlo, que o caracteriza, applicou à conclusão da torre do lado do norte, que, a-pesar de uma architectura diversa do frontispício do templo, se ultimou com elegante e formosa aparência. Trata-se agora de a guarnecer de sinos, com esmolas dos irmãos».

Isto se lê na referida Memória do Abade do Louro, que fechou a sua obra em 31 de Dezembro de 1867.

É possível que se fôsse rebuscado o arquivo da nossa Ordem Terceira, lá se encontrassem outros pormenores de ilucidação. Não os procuramos, até por que aqui se vai tratar da vida da Ordem Terceira em dias recentes.

No ano de 1912 desabara a torre da igreja da Ordem Terceira, em virtude da grande tempestade então registada. Procuraram, os mais dedicados irmãos e a Mesa Gerente, recolher donativos para a reedificação da torre. Entretanto, nos livros das actas regista-se que em 3 e 21 de Dezembro de 1919 se efectuaram reuniões da Assembleia Geral, e nelas foi apreciado o officio n.º 207, de 25 de Novembro dêsse ano, dizendo que a Câmara Municipal de Barcelos se propunha expropriar, amigavelmente, a igreja em refe-

rência, para embelezamento do Campo da República, até por que, em auto de vistoria, os architectos concluíram que: «visto a parte desmoronada devido à acção do temporal constituir um motivo permanente de ruína e não ser viável a sua reconstrução, se impõe a demolição completa de todo o edificio que com o seu aspecto actual de ruína é impróprio do local, tornando impossível o futuro embelezamento do mesmo».

Na reunião referida, de 21 de Dezembro, o assunto foi largamente discutido e apreciado, e da acta consta que a Comissão Administrativa da Fraternidade, em proposta dissera que «a demolição da igreja era inevitável por se achar compreendida na zona da vila sujeita a melhoramentos e embelezamento imediato» e que «a Câmara podia servir-se das leis vigentes para a expropriação por utilidade pública e mandar demolir a igreja dentro de curto prazo» e que «a autoridade administrativa pode também depois de tomar conhecimento do parecer dos engenheiros mandar fechar o templo por não oferecer segurança pública».

Interveio na discussão o saúdoso distintíssimo advogado Dr. Reis Maia, que propuzera certas condições para a expropriação amigável, uma das quais consistira no pagamento à Fraternidade, a título de indemnização por parte da Câmara, da quantia de 80 contos, ficando para a mesma Fraternidade todos os materiais e mobiliários do templo existente.

Por proposta do irmão Sr. António Ferreira de Andrade fora nomeada uma comissão para «tratar amigavelmente e nas condições da proposta anterior, com a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Barcelos, dos fins para que foi convocada aquela Assembleia Geral». E foi nomeada a Comissão, que ficou constituída pelos irmãos Srs. Dr. José Marques Barbosa dos Reis Maia, Manuel António da Silva Júnior, Francisco Machado Carmona, P.^o António Vila-Chã Esteves e Joaquim José de Araújo.

Desconhece, quem relata, que *demarches* se seguiram após a reunião referida.

Em fins do ano de 1926 ou princípios do ano de 1927, o então Presidente da Comissão Administrativa Municipal Tenente-coronel Francisco Vila-Chã Leite desejava ter uma conferência com alguém que representasse a Ordem Terceira. Compreendera-se que a Câmara voltava a ocupar-se do seu projecto de expropriação da igreja da Ordem Terceira, que deve dizer-se que era o templo mais espaçoso da nossa terra. Realizara-se a conferência, mas sem que se chegasse a acôrdo quanto a formas e condições preliminares de expropriação amigável, a conferência foi encerrada.

Só bastante mais tarde voltou a tratar-se do assunto, e novas conversas foram começadas, provocadas pelo officio n.^o 445 de 24 de Dezembro de 1927 em que o então presidente da Comissão Administrativa Municipal Capitão Sr. Francisco Caravana, fez sentir à Ordem Terceira que: «urge proceder à expropriação e seria de-certo vantajoso para a Confraria e grande honra para a actual Comissão Administrativa (do Município) que essa expropriação fôsse amigável».

.

Realizou-se, em 11 de Novembro de 1928, uma Assembleia Geral da Fraternidade, que tomou conhecimento daquêlê officio n.^o 445, e aí foi largamente discutido o assunto da expropriação da igreja, sôbre o que a Assembleia aprovou, por unanimidade, uma Moção que havia sido apresentada pela Mesa Administrativa, que concluiu por propor a nomeação de uma Comissão composta de três confrades «que, como delegada do Definitório Geral e com todos os poderes que em direito ou fora dêle lhe fôssem necessários, e como representante legal desta Ordem, se avistasse com a Ex.^{ma} Comissão Administrativa do Muni-

cípio e com ela estabeleça as melhores condições de acôrdo para execução do Decreto n.º 16.096, publicado no *Diário do Govêrno* de 1 do corrente mês (Novembro de 1928) como ela achar mais conveniente aos interesses desta Ordem, assinando todos os documentos que sejam necessários como resultante do acôrdo, tendo-se em vista obter o máximo de concessões a esta Ordem».

A Comissão indicada, e que passou a exercer tôdas as funções de administração e gerência e mais os poderes que lhe foram outorgados pela Assembleia Geral, foi nomeada na nova reunião da Assembleia Geral efectuada no dia 9 de Dezembro de 1928, e constituída pelos irmãos P.º Joaquim Alexandre Gaiolas, João Baptista da Silva Corrêa e João de Sousa, e logo assumiu as suas funções.

Entende-se conveniente reproduzir, por cópia, o conteúdo do Decreto n.º 16.096, a que se fez referência na reunião da Assembleia Geral:

«Atendendo ao que me representou, por intermédio do seu presidente, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Barcelos;

Considerando que a Comissão Administrativa Municipal de Barcelos deliberou expropriar o templo da Ordem de S. Francisco, sito no Campo da República, da mesma vila, por o respectivo edificio ameaçar ruína e a mesma demolição ser indispensável ao aformoseamento e plano estético da povoação;

Considerando porém que surgiram negociações no sentido de amigavelmente se efectuar aquela expropriação e demolição, dando ensejo a que elas se tornem o menos onerosas possível ao orçamento municipal e a que a corporação instituída no templo expropriando, além das suas normais funções religiosas, exerça a sua actividade junto de uma instituição de beneficência pública;

E considerando que existe na mesma vila de Barcelos uma instituição de beneficência infantil, com igreja pública, a qual tem atravessado vida difícil por falta de meios e de direcção regular e permanente;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do art.º 2.º do Decreto n.º 12.740, de 26 de Novembro de 1926, por fôrça do disposto no art.º 1.º do Decreto n.º 15.331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de tôdas as repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Art.º 1.º — Fica autorizada a comissão administrativa da Câmara Municipal de Barcelos a adquirir o templo da Ordem Terceira de S. Francisco de Barcelos e suas pertenças imobiliárias em expropriação amigável, podendo efectuar o respectivo pagamento no todo ou em parte em títulos de empréstimos municipais já autorizados ou emitidos.

Art.º 2.º — Para o caso de se efectuar a referida expropriação por contrato amigável entre a Câmara Municipal de Barcelos e o definitório ou representante legal da corporação Ordem Terceira de S. Francisco de Barcelos, a esta ficará entregue a direcção permanente e gerência do Recolhimento e Asilo de Infância Desvalida do Menino Deus, da vila de Barcelos, devendo a actual comissão directora fazer-lhe a respectiva entrega, por meio de auto e inventário, de todos os bens e documentos que a esta instituição pertencem.

§ Único — A Ordem Terceira de S. Francisco de Barcelos tomará posse, em uso e administração, dos bens e direcção do referido Recolhimento e Asilo, e instalar-se-á no respectivo edificio e igreja no prazo de trinta dias após a outorga do contrato da expropriação autorizada no artigo 1.º.

Art.º 3.º — A alienação autorizada no art.º 1.º dêste Decreto será isenta de contribuição de registo por título oneroso, e fica também autorizada a inserção no orçamento municipal dos encargos constituídos no respectivo contrato, com dispensa do preceituado no Decreto n.º 15.446, de 14 de Maio de 1928, *Diário do Govêrno*, n.º 109.

Art.º 4.º — Fica revogada a legislação em contrário ».

Usando dos poderes conferidos pela assemblea geral dos irmãos, a Comissão Delegada dela outorgou, com a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Barcelos, o seguinte contrato que concretiza tôdas as negociações, o voto expresso pela Assembleia Geral — e a defesa legítima dos interesses da Venerável Ordem Terceira.

Êsse contrato acha-se exarado a fls. 33.º do Livro de Notas do Município, sob n.º 21.

« ESCRITURA DE COMPRA DO TEMPLO DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO, DESTA CIDADE: Saibam quantos virem esta escritura de venda e quitação que, no ano de 1929, aos 22 do mês de Abril, nesta cidade de Barcelos e no edifício dos Paços do Concelho, perante mim Secundino Pereira Esteves, Chefe da Secretaria e notário privativo dêste concelho, compareceram como outorgantes, em primeiro lugar, o Ex.^{mo} Sr. Francisco Filipe dos Santos Caravana, casado, *sui juris*, capitão de engenharia e proprietário; e em segundo lugar os Ex.^{mos} Srs. Padre Joaquim Alexandre Gaiolas, João Baptista da Silva Corrêa e João de Sousa, todos domiciliados nesta cidade, meus conhecidos e das testemunhas idôneas ao diante nomeadas, que também reconheço, pelo que afirmo a idoneidade de todos. E pelo primeiro outorgante, como presidente da Comissão Administrativa dêste Município de Barcelos, foi dito: — Que achando-se incluída no plano geral das obras e melhoramentos desta cidade, superiormente aprovado, a expropriação, por parte da Câmara Municipal que representa, do Templo ou Igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, situado no Campo da República, e por que desde há bastantes anos se vinha impondo a necessidade da expropriação e demolição do referido Templo ou Igreja para ser dada execução a êsse plano geral de obras e aformoseamento da cidade, promoveu êle primeiro outorgante conhecer das condições em que poderia ser estabelecido um acôrdo com a referida Ordem Terceira, mesmo por que de antemão sabia que as pessoas que pertencem e as que administram essa instituição, apaixonados barcelenses que desejam contribuir para os progressos de Barcelos, não seriam de irreductibilidade invencível, ao entrar-se no terreno de um acôrdo amigável, para ser levado ao fim o propósito firme da Câmara, por ser de interesse e utilidade pública, como está reconhecido. Depois do estudo dos têrmos em que essa expropriação podia ser acordada, promoveu que o Govêrno autorizasse essa expropriação concedendo à Ordem Terceira as vantagens e regalias que constam do Decreto n.º 16.096, publicado no *Diário do Govêrno*, primeira série, do primeiro dia do mês de Novembro do ano passado, e que foi debaixo dos princípios e autorizações constantes dêsse Decreto que se concluíram as negociações que agora se veem reduzir a instrumento público. — Pelos segundos outorgantes foi dito que reconhecem e louvam os bons e leais propósitos de conciliação de interesses que animaram o ilustre presidente e seus colegas da Comissão Administrativa dêste Município, a ponto de êle mesmo ter obtido do Govêrno a publicação do Decreto referido, e que tanto êsse Decreto como os trabalhos preparatórios

do acôrdo concluído, tudo foi considerado e ponderado pelo Definitório Geral da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, que reuniu em Assembleia Geral Extraordinária no dia onze de Novembro de 1928, deliberando que uma comissão delegada do mesmo Definitório Geral usasse dos poderes que em direito ou fora dêle se tornassem necessários para, como representante legal da referida Ordem, acordasse com a Câmara as melhores condições do acôrdo para a execução do Decreto citado, comissão essa que estava constituída por êles segundos outorgantes, como consta da acta da reunião do dito Definitório Geral, reunido em Assembleia Geral também extraordinária do dia 9 de Dezembro do dito ano de 1928. Que, tendo-se de tôdas as conversas havidas concluído que a Câmara não desistia da expropriação referida, por a ter julgado imprescindível como elemento da realização das obras e melhoramentos da cidade, se chegou a um acôrdo amigável para execução do autorizado pelo dito Decreto, em virtude do qual acôrdo êles segundos outorgantes, como representantes legais da referida Ordem e usando dos poderes que constam das duas actas de reunião da Assembleia Geral de irmãos da mesma Ordem, veem efectivar êsse acôrdo, vendendo, ou cedendo, como de facto vendem e cedem, à Câmara Municipal de Barcelos, representada pelo primeiro outorgante, o referido Templo ou Igreja, nos termos e com as seguintes

CONDIÇÕES:

PRIMEIRA — Que esta venda é feita pela quantia de 65 mil escudos, sendo 60 mil escudos pagos em obrigações da Câmara, do empréstimo autorizado pelas Leis n.º 88 e n.º 621, respectivamente, de 7 de Agôsto de 1913 e 23 de Junho de 1916, e os restantes cinco mil escudos em dinheiro, valores que são entregues aos segundos outorgantes, representados, as obrigações, por um título de depósito delas no cofre da Câmara, passado e assinado pelo respectivo Tesoureiro, e o dinheiro representado por um mandado ou ordem de pagamento à Tesouraria da Câmara, pagável pela mesma Tesouraria decorridos que sejam 30 dias contados desta data, ficando esclarecido que aquelas obrigações são do juro de seis por cento ao ano, cobrável aos semestres contra apresentação dos respectivos coupons, êsse juro completamente livre de todo e qualquer imposto, contribuição ou outros encargos e obrigações aquelas cujos títulos definitivos serão entregues contra apresentação do dito título ou documento de depósito.

SEGUNDA — A demolição do referido Templo ou Igreja sòmente terá começo depois de a Ordem Terceira se achar completamente instalada no edifício e igreja do Recolhimento e Asilo de Infância Desvalida do Menino Deus e de se achar satisfeita a disposição do art.º 2.º do dito Decreto n.º 16.096, ficando entendido que a-pesar de a Ordem Terceira se instalar no Recolhimento dentro do prazo marcado no § único do mesmo art.º, a demolição referida não poderá começar-se sem terem decorrido 30 dias contados da data em que a gerência do Recolhimento e Asilo em exercício haja prestado as contas da sua gerência à autoridade competente.

TERCEIRA — Essa demolição é feita por conta e sob responsabilidade da Câmara; e também de sua conta e sob sua responsabilidade, mas debaixo da fiscalização da Ordem Terceira, serão cautelosamente retirados do dito Templo ou Igreja todos os bens móveis que lá estejam, que pela mesma Câmara serão entregues à Ordem Terceira, aonde esta indicar dentro da cidade, e também todos os madeiramentos, para aquêles e êstes serem aplicados pela Ordem Terceira no que achar conveniente, ou para serem vendidos por ela.

QUARTA — A Câmara também porá à disposição da Ordem Terceira, aonde esta indicar, até mil metros cúbicos de pedra de alvenaria, tôda a cantaria lavrada e metade da cantaria dos cunhais, quer para a Ordem Terceira aplicar na construção da nova Igreja, ou em obras de ampliação do actual edifício do Recolhimento e Asilo.

QUINTA — Todos os trabalhos de demolição e transportes de móveis, madeiras e pedra para onde a Ordem Terceira indicar, bem como serviços de fiscalização ou outros relacionados com a dita demolição, são pagos pela Câmara, cabendo apenas à Ordem Terceira, sem encargo algum de despesa, a fiscalização de tais trabalhos.

SEXTA — Para o fim de ser construído outro Templo ou Igreja, privativo da Ordem Terceira, a Câmara facilitará à mesma Ordem a aquisição do terreno necessário, na medida do possível.

SÉTIMA — No caso de em qualquer altura, por qualquer razão ou motivo, fôr retirada à Ordem Terceira a direcção e gerência do Recolhimento e Asilo, a posse em uso e administração dos bens e direcção do mesmo, a Câmara obriga-se a fazer de sua conta a construção de um novo Templo ou Igreja com as dependências necessárias à instalação da mesma Ordem, em sítio previamente escolhido pela mesma Ordem, ou a, no caso de a mesma Ordem já ter Igreja e dependências próprias a pagar à Ordem Terceira, a título de indemnização, uma quantia não inferior a 250 mil escudos, em dinheiro e por uma só vez.

OITAVA — À medida que se forem retirando do actual Templo ou Igreja os bens móveis, madeiramentos e pedra que a Câmara fica obrigada a entregar à Ordem Terceira onde esta indicar, a Câmara avisará do facto a Ordem Terceira para esta indicar o local aonde devem ser postos e para proceder à fiscalização dos respectivos transportes; e se dentro do prazo de 30 dias contados da data dêste aviso escrito da Câmara, feito em duplicado e com recibo, a Ordem não tiver feito qualquer indicação sem que a Câmara, também por escrito haja prorogado o prazo, a Ordem Terceira perde o direito a êsse material.

NONA — A Câmara compromete-se a colaborar com a Ordem Terceira na obra de carácter social e de assistência que ela se propõe realizar no Recolhimento e Asilo, dando-lhe as facilidades que dela dependam para execução dêsse objectivo.

DÉCIMA — Também a Câmara se obriga a dentro do prazo de 60 dias contados da data dêste contrato, transferir para outro edifício a sede da escola oficial que está funcionando no edifício do Recolhimento e Asilo, não podendo também começar-se a demolição do actual Templo ou Igreja da Ordem Terceira, sem que tenha sido dado cumprimento a esta cláusula.

DÉCIMA PRIMEIRA — No caso de nas paredes ou alicerces ou em outro qualquer sítio do actual Templo ou Igreja da Ordem Terceira serem encontradas quaisquer moedas ou valores ou documentos ou insígnias, que aí fôssem depositadas para testemunhar a fundação do mesmo Templo ou Igreja quer para qualquer outro fim, a Câmara obriga-se a fazer entrega de tudo à Ordem Terceira por que tudo fica a esta pertencendo.

Pelos segundos outorgantes foi mais dito que tendo já em seu poder os documentos representativos dos títulos do empréstimo municipal e o mandado ou ordem de pagamento representativo da quantia de cinco mil escudos, dão quitação ao primeiro outorgante, do preço desta cedência ou venda, quitação que se tornará efectiva logo que convertidos os ditos documentos em obrigações definitivas e dinheiro corrente. E pelo primeiro outorgante foi dito que em nome do Município de Barcelos, que representa, aceita para a Câmara a cedência ou venda do Templo ou Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco que os segundos outorgantes representam, em todos os termos e condições estipuladas nesta escritura, obrigando-se em nome da Câmara ao cumprimento exacto de tudo

que consta das mesmas cláusulas e condições. Assim o disseram e outorgaram e aceitaram perante as testemunhas Avelino Gomes de Sousa e António Dias Gomes, etc., etc.».

Deve ficar bem neste lugar uma cópia do officio que, dirigido ao seu Presidente Padre Joaquim Alexandre Gaiolas, a Comissão Delegada do Definitório Geral recebeu de S. Ex.^a Rev.^{ma} o saúdoso Arcebispo Primaz, Senhor D. Manuel Vieira de Matos, datado de 19 de Janeiro de 1929:

« Tendo examinado a exposição que Nos foi apresentada pela Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da cidade de Barcelos, da qual constam resoluções tomadas em Assembleia Geral Extraordinária ⁽¹⁾ e que Nos parecem conformes com os interesses religiosos e sociais dessa corporação religiosa, havemos por bem autorizar a Comissão nomeada e constituída por V. Senioria Rev.^{ma} e pelos Srs. João Baptista da Silva Corrêa e João de Sousa a transaccionar com a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Barcelos, quanto possível amigavelmente, a expropriação da igreja, onde actualmente se encontra instalada a mesma Ordem Terceira, preferindo que esta se faça de harmonia com o considerando 9.^o ⁽²⁾ e resoluções 2.^a e 3.^a da mesma exposição, visto ser a que mais convém aos interesses religiosos da Ordem Terceira e da cidade » ⁽³⁾.

Em Maio de 1929, o finado Sr. Manuel Alves Coutinho, acudindo a um apêlo de um colaborador do semanário local O BARCELENSE, aonde estava sendo feita propaganda com o objectivo de reünirem-se fundos destinados à construção da nova igreja da Ordem Terceira, comunicou, por carta, a sua disposição de concorrer com a quantia de 3.000\$00 e a de, pelas pessoas das suas relações, obter outros donativos.

(1) A Assembleia Geral foi a realizada em 11 de Novembro de 1928.

(2) O considerando 9.^o da Moção apresentada pela Mesa, diz: «...a-pesar de em troca da expropriação amigável ser entregue a esta Ordem a administração permanente e gerência do Recolhimento e Asilo e instalação desta Ordem da igreja do Recolhimento, não se devem desprezar as boas-vontades que vêm surgindo que se propõem contribuir e trabalhar para a edificação de outra igreja privativa desta Ordem, em outro local da cidade, e que neste sentido se devem, com efeito, empregar os melhores esforços».

(3) As RESOLUÇÕES preferidas pelo saúdoso Prelado, que a Assembleia Geral tomou, são:

2.^a — «Que, no caso de se tornar impossível a não expropriação do templo desta Ordem, a dita Comissão consiga que a indemnização e preço da expropriação a pagar pela Câmara esteja de acôrdo com a moeda actual.

3.^a — «Que a mesma Comissão, que poderá agregar a si todos os elementos de que careça para o desempenho dêste fim, inicie desde já trabalhos no sentido de reunir tôdas as boas-vontades e fundos, para ser levado por diante o pensamento ou alvitre que a muitos anima, de se promover a construção de outro templo em outro local da cidade — em local conveniente aos fiéis, se tiver de ser feita a demolição do actual».

...E a partir do dia 28 de Junho do mesmo ano, a Comissão-Delegada tinha à sua disposição um donativo de cem contos para poder ser construída «uma igreja na parte norte da cidade, sob denominação de Santo António da Cidade»...

Em reunião de 30 de Março de 1930, foi comunicado ao Definitório da Ordem Terceira que o finado Sr. Manuel Alves Coutinho, conhecedor de que havia dificuldades em se obter terreno conveniente à construção da nova igreja, o facilitava na Avenida Alcides de Faria, antiga da Estação, tendo-se posteriormente adquirido êsse terreno, pouco espaçoso, é certo, mas que fôra aproveitado por compra, em virtude de não ter havido facilidade em obter-se outro. Fez-se o contrato, mas não era aí que tinha de edificar-se a Igreja de Santo António da Cidade. O Sr. Conde de Vilas Boas, que nessa altura presidia à Comissão Administrativa do Município, entabou negociações para ser obtido o terreno em que ficou edificada a nova igreja, e foi êle adquirido por compra ao Sr. Adelino Pereira da Quinta, entrando no preço da compra o que se havia adquirido anteriormente.

A Assembleia Geral de 21 de Setembro de 1930 autorizou a troca dêsse terreno e compra daquêle que foi pertença do Sr. Adelino Pereira da Quinta.

Em 25 de Outubro dêsse ano de 1930, foi adjudicada ao empreiteiro Manuel Linhares a construção da Igreja de Santo António da Cidade, pela quantia de Esc. 112.500\$00.

Em sessão de 12 de Dezembro do mesmo ano, tomou a Comissão-Delegada do Definitório conhecimento de que havia sido deferido o pedido feito ao Ex.^{mo} Sr. Sub-Inspector de Saúde, no sentido de serem removidas para a nova Igreja as ossadas que foram encontradas no corpo da antiga igreja desta Venerável Ordem.

Na acta da mesma reunião foi registada a publicação da Portaria inserta no *Diário do Governo*, II série de 26 de Novembro de 1930, em que foram autorizadas a aceitação de donativos, de legados, etc., venda de móveis e imóveis.

Em 4 de Fevereiro de 1931, o *Diário do Governo*, I série, publicou um Decreto (N.º 19.308), dispondo:

«Art.º 1.º — Todos os bens, tanto móveis como imóveis, que, à data da publicação dêste Decreto, constituem o fundo do Recolhimento e Asilo do Menino Deus, também conhecido por Recolhimento e Asilo de Infância Desvalida do Menino Deus, e bem assim o da Oficina-Asilo do Menino Deus, ambos de Barcelos, são incorporados definitivamente no fundo da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da mesma cidade, devendo a sua mesa administrativa, ou quem legalmente a represente, promover e requerer os respectivos averbamentos.

Art.º 2.º — Fica a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da cidade de Barcelos obrigada a manter o funcionamento do Recolhimento e Asilo e a restabelecer o funcionamento da Escola-Asilo.

Art.º 3.º — Fica revogada a legislação em contrário ».

.

No dia 12 de Junho de 1932, foi solenemente benzida pelo Senhor Bispo de Angra, D. Guilherme Inácio da Cunha Guimarães, por comissão do Venerando Prelado desta Diocese, a nova Igreja de Santo António da Cidade.

No dia 13 dêsse mesmo mês e ano, foram inauguradas, no edifício do Recolhimento e Asilo, as Creches D. António Barroso.

No dia 30 dêsse mesmo mês e ano, a Ordem Terceira assumiu a direcção e gerência da Sopa dos Pobres, instalada no edifício em que funciona o Recolhimento e Asilo.

Ali ficou a funcionar, também, o Patronato das Raparigas Pobres,— também obra de terceiros franciscanos.

¿ Cumpriu a Comissão Delegada do Definitório Geral o seu dever?

¿ Soube ela acautelar os interesses espirituais da Fraternidade?

¿ Soube ela encaminhar a nossa Ordem Terceira a ocupar o lugar que lhe cabe no terreno social, exercendo a Caridade por meio da assistência à infância desvalida, aos pobres indigentes e amparando as criancinhas nos seus primeiros passos no caminho da vida?

Fecha a Comissão Delegada o seu mandato com a eleição da Mesa Administrativa da Fraternidade empossada do exercício das suas funções em 1 de Julho de 1932.

E ao encerrar-se o mandato da Comissão Delegada, ela também aqui regista o facto reproduzindo o que já dissera na reunião da Assembleia Geral que se efectuou no dia 30 de Março de 1930:

« A nossa Venerável Ordem Terceira tem uma Regra, que pode resumir-se em piedade e acção.

Por piedade pode entender-se o culto divino, os deveres que a Lei de Deus prescreve a todos que vivem a vida da Fé, tendo em vista a maior glória de Deus e a salvação das almas. Por acção deve ser entendida a Caridade, o alheamento da vontade própria, para ser considerada a vontade que mais alto se ergue e que mais se aproxima daquêle amor que devemos ao próximo, fruto e riqueza do sentimento cristão.

É preciso que se entenda o verdadeiro sentido das Ordens Terceiras. Elas são, mais do que tudo, organismos de corações, a união das almas com o espírito de Deus, a verdade do sentimento em permanente contacto com a Vontade de Deus.

Os irmãos terceiros não podem, ou não devem, ter caprichos. A sua Regra é um código que marca deveres, e a sua conduta tem de ser marcada segundo a vontade da consciência inspirada no zêlo apostólico e vivida nas leis cristãs.

Acima de tudo as Ordens Terceiras são organismos em que tem de ser exercida a piedade Cristã — e a Caridade cristã. Noutro sentido tomadas — elas não existem nem podem viver.

É assim, prezados confrades, que a Comissão em que delegastes os poderes que constam da acta da reunião do Definitório Geral em 11 de Novembro de 1928 tem entendido o desempenho da sua missão, a grandeza e responsabilidade dos seus actos.

Se há irmãos terceiros que não podem considerar a alta missão da sua qualidade à luz da Regra, ou que se alheiam dos fins da Ordem para dar guarida a princípios humanos, de conveniência ou de vaidade, não podendo atingir o espírito da Ordem Terceira no seu sentido superior, no seu fim social-cristão, — nós afirmamos aqui publicamente que temos procurado ser reformadores desses princípios ou entendimentos humanos, fazendo erguer mais alto o espírito cristão e social da Fraternidade, no sentido de ela ser prestável à nossa terra e de exercer nela uma função social que lhe está a carácter e que ela não tem exercido.

As Ordens Terceiras devem ser o centro da mais intensa piedade — e devem ser o centro de que irradiem as obras de Caridade, a luz de uma vida nova na formação da sociedade, na formação do carácter e do sentimento das pessoas — Luz e Vida cristã » !

A Comissão-Delegada do Definitório Geral da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco fecha aqui o relato dos factos mais notáveis ocorridos durante o exercício do seu mandato, encerrado em 30 de Junho de 1932.

E fecha-o, fazendo inserir a cópia das contas das gerências de 1929-30 até 31 de Dezembro de 1935, concretizadas no mapa que se segue :

**Mapa que demonstra as receitas arrecadadas e as despesas efectuadas pela
Venerável Ordem Terceira de São Francisco nos exercícios
de 1929-30 a 1934-35 (êste de 18 meses)**

RECEITAS	1929-30	1930-31	1931-32	1932-33	1933-34	1934-35
SalDOS dos exercícios anteriores . . .	5.549\$63	787\$02	792\$06	—	—	13.409\$47
Idem de receitas consignadas a obras.	—	—	90.996\$19	28.279\$92	15.395\$83	—
Juros de dinheiros depositados. . . .	—	11.199\$34	—	121\$30	—	—
Ditos de capitais mutuados	481\$65	1.179\$04	456\$00	318\$25	405\$00	503\$00
Aluguer de armazém e de alfaías. . . .	728\$50	—	—	—	—	—
Esmolas e donativos	698\$15	5\$80	—	2.156\$50	600\$80	595\$85
Legado do Asilo de Inválidos	80\$00	—	—	—	—	—
Títulos da Câmara vendidos.	—	22.100\$00	37.900\$00	—	—	—
Donativos consignados a obras. . . .	—	109.507\$45	—	—	—	—
Venda de móveis e madeiras	—	—	—	1.437\$00	245\$00	—
Receitas não previstas.	—	—	2.257\$94	—	26\$20	—
	7.537\$93	144.778\$65	132.402\$19	32.312\$97	16.672\$83	14.508\$32
DESPESAS	1929-30	1930-31	1931-32	1932-33	1933-34	1934-35
Missas de legados e despesas do culto.	1.607\$06	861\$30	45\$00	1.973\$89	359\$54	473\$72
Ordenado ao servo e salários a jornalheiros	200\$00	—	50\$00	1.200\$00	1.274\$10	1.850\$00
Secretaria e emolumentos administrativos	236\$40	270\$00	—	—	—	336\$10
Para a beneficência pública	200\$00	48\$50	—	—	—	—
Compra de terreno e obras de construção.	—	49.410\$60	87.104\$51	—	—	—
Móveis e adornos	—	2.400\$00	16.922\$76	13.743\$25	1.629\$72	1.526\$70
SalDOS.	5.294\$47	91.788\$25	28.279\$92	15.395\$83	13.409\$47	10.321\$80
	7.537\$93	144.778\$65	132.402\$19	32.312\$97	16.672\$83	14.508\$32



Comendador Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca

Nasceu em Barcelos a 14 de Dezembro de 1864. Impõe-se à estima e admiração dos seus compatriotas. Pelo seu trabalho, que desde novo tem exercido no Brasil, reuniu meios de fortuna que vem distribuindo, com exemplar critério, pelas casas de caridade que melhor exprimem Assistência e utilidade pública. Barcelos já lhe deve muito: a construção da nova cadeia comarcã, cómoda e higiênica; a transformação em Museu Municipal, da antiga torre da Porta Nova, que servia de cadeia; importantes donativos ao Hospital da Misericórdia e Asilo de Inválidos e ao Recolhimento e Asilo do Menino Deus, além dos que, pelo Natal, tem mandado distribuir aos pobres da sua terra. Outras instituições do País e do Brasil têm beneficiado da sua grande generosidade.

Por todos os motivos e como afirmação do grato reconhecimento, fica bem aqui a reprodução da fotografia que serviu de modelo ao retrato a óleo colocado na galeria dos Beneméritos do Recolhimento e Asilo, que tantas crianças contemplam agradecidamente, e que está ali a prestar homenagem eterna às virtudes patrióticas e de carácter — Português autêntico! — que impõem à consideração de todos essa bela figura da nossa Terra — de Portugal e do Brasil!

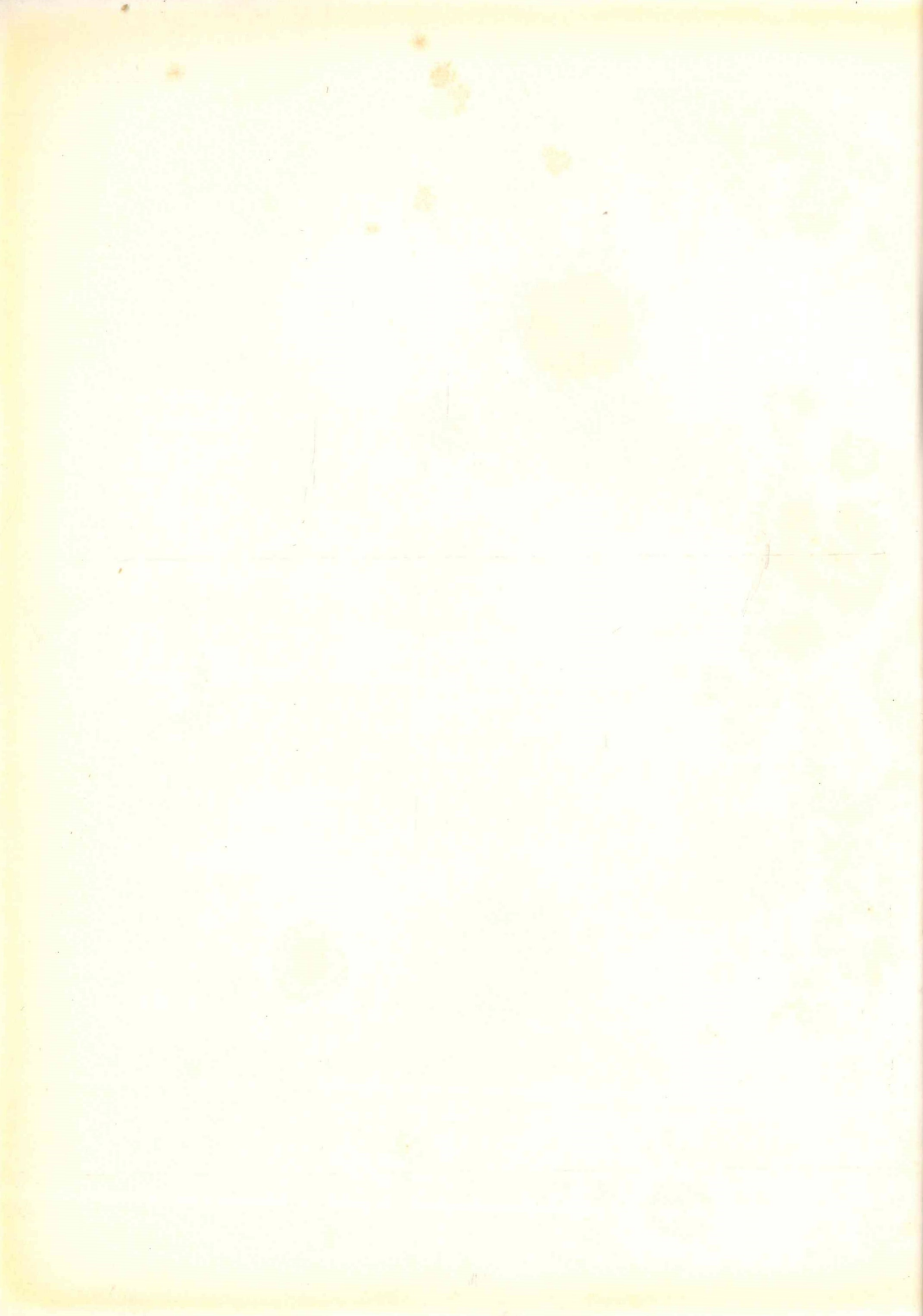
Que viva anos sem fim ...



RECOLHIMENTO E ASILO DO MENINO DEUS — Interior da Capela



RECOLHIMENTO E ASILO DO MENINO DEUS — Um grupo de Órfãs



RECOLHIMENTO E ASILO DO MENINO DEUS

UM POUCO DA SUA HISTÓRIA

UMA « preta, chamada Vitória, escrava de Bento Fernandes Gomes e de sua mulher Francisca Ferreira, moradores que foram na rua Direita, com loja de mercancia, — foi a digna fundadora de tam religioso recolhimento », então chamado das Beatas.

Grande devota no Menino Jesus, mandou fazer uma imagem que tinha colocada num « nicho » da loja de seu amo. Os repetidos milagres do Menino e a devoção por Êle da preta cresceram tanto, que os povos corriam a oferecer tantas esmolas, que o então Prior da Colegiada André de Sousa da Cunha obrigou Vitória a colocar a imagem do Menino na Colegiada. Cresceu cada vez mais a devoção por Ela; e tam avultadas se tornaram as ofertas que o Arcebispo Primaz D. Rodrigo de Moura Teles nomeou tesoureiro delas o patrão da preta, Bento Fernandes Gomes, subindo essas esmolas, dentro de pouco tempo, a alguns milhares de cruzados.

Êstes factos deram-se entre os anos de 1704 até 1728 por que o referido D. Prior o foi desde 1705 até 1723 e o dito Arcebispo o foi desde 1704 até 1728, segundo diz o Abade do Louro, a que nos estamos reportando.

Por Provisão de 6 de Outubro de 1725, o Arcebispo de Braga concedeu à preta licença para edificar uma capela particular, para o que ela já tinha 204 mil réis em dinheiro e comprado 28 medidas e meio de pão.

A Ordem Terceira, informa ainda o Abade do Louro, opôs-se à licença, mas o Arcebispo confirmou-a por nova Provisão de 8 de Junho de 1726.

Vitória, cada vez mais animada, quis então — não uma capela, mas uma igreja particular — e a par dela um convento para recolher e educar moças donzelas — e pôs em execução todo o seu projecto.

.....

« Em 27 de Setembro de 1733 — (é ainda a Memória Histórica do Abade do Louro que afirma) — foi o Menino procissionalmente trasladado da capela da Ordem Terceira (então na Colegiada, na capela de N. Senhora do Rosário) para a sua nova igreja do Recolhimento das Beatas, havendo, por êsse motivo, na véspera, corrida de touros, e no dia da trasladação danças e folguedos públicos, como então se usava em tais ocasiões. »

Ainda existe na igreja do Recolhimento a imagem do Menino Jesus que pertenceu à preta Vitória, cuja festa continua a ser realizada no dia de Reis.

Recorre-se nesta altura ao Relatório da Comissão Administrativa do Recolhimento e Asilo de Infância Desvalida do Menino Deus a que presidia o Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Joaquim Gualberto de Sá Carneiro, lido na sessão solene de 4 de Maio de 1908, para se poder saber mais alguma coisa, embora muito de fugida, da história da instituição:

«Foi esta Casa destinada, assim, ao recolhimento de donzelas que quisessem deixar o mundo para tôdas se entregarem a Deus. Como se vê dos seus Estatutos antigos, datados de 28 de Fevereiro de 1748, e — êsses Estatutos o mostram, também — era aqui algum tanto rigoroso o viver, todo devotado a contínuos exercícios religiosos.»

Provocada por umas pequenas questões intestinas a autoridade administrativa interveio na administração do Recolhimento do Menino Deus, nomeando uma Comissão externa, composta de cavalheiros da terra, que tomou a direcção e administração da Casa.

Assim o Recolhimento do Menino Deus, ou das Beatas, foi desviado do fim para que o criara a piedosa preta Vitória.

Sucederam-se as comissões administrativas de nomeação da autoridade civil, e assim foi ficando «no animo de todos a transformação e a reforma do antigo Recolhimento: e alguns passos deram, nesse sentido, as diferentes Comissões Administrativas que o geriram».

«Em 14 de Fevereiro de 1891 — sendo Administrador dêste Concelho o Ex.^{mo} Senhor Dr. José Júlio Vieira Ramos — foi, sob indicação de S. Ex.^a, nomeada uma nova Comissão, para substituir a anterior que era composta dos Ex.^{mos} Srs. Dr. Luiz José de Abreu do Couto de Amorim Novais (Presidente), Manuel Luiz de Miranda (Secretário), Manuel Luiz da Silva Falcão (Tesoureiro) e Joaquim de Faria Machado.

«A nova Comissão ficou composta dos seguintes Srs.: Dr. Joaquim Gualberto de Sá Carneiro (Presidente), Dr. António Miguel da Costa Almeida Ferraz (Secretário), P.^e Emílio da Esperança Machado (Tesoureiro), Domingos José dos Santos Ferreira e Narciso Alves de Macedo.»

A esta Comissão foi incumbido o cometimento da transformação que se operou no Recolhimento.

Criara-se o RECOLHIMENTO E ASILO DE INFÂNCIA DESVALIDA DO MENINO DEUS!

Em 17 de Agôsto de 1893 foram organizados os Estatutos que o Governador Civil do Distrito, Conselheiro José Novais, aprovou por Alvará de 4 de Outubro do mesmo ano.

E, em 22 de Outubro de 1893 foi inaugurado, com tôda a solenidade, o Recolhimento e Asilo de Infância Desvalida do Menino Deus, com assistência das Ex.^{mas} Autoridades da terra, do representante do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Arcebispo Primaz, do Il.^{mo} e Ex.^{mo} Governador Civil do distrito, do Il.^{mo} e Ex.^{mo} General de Divisão (o ilustre General Chaby) que tanto abrilhantou a festa.

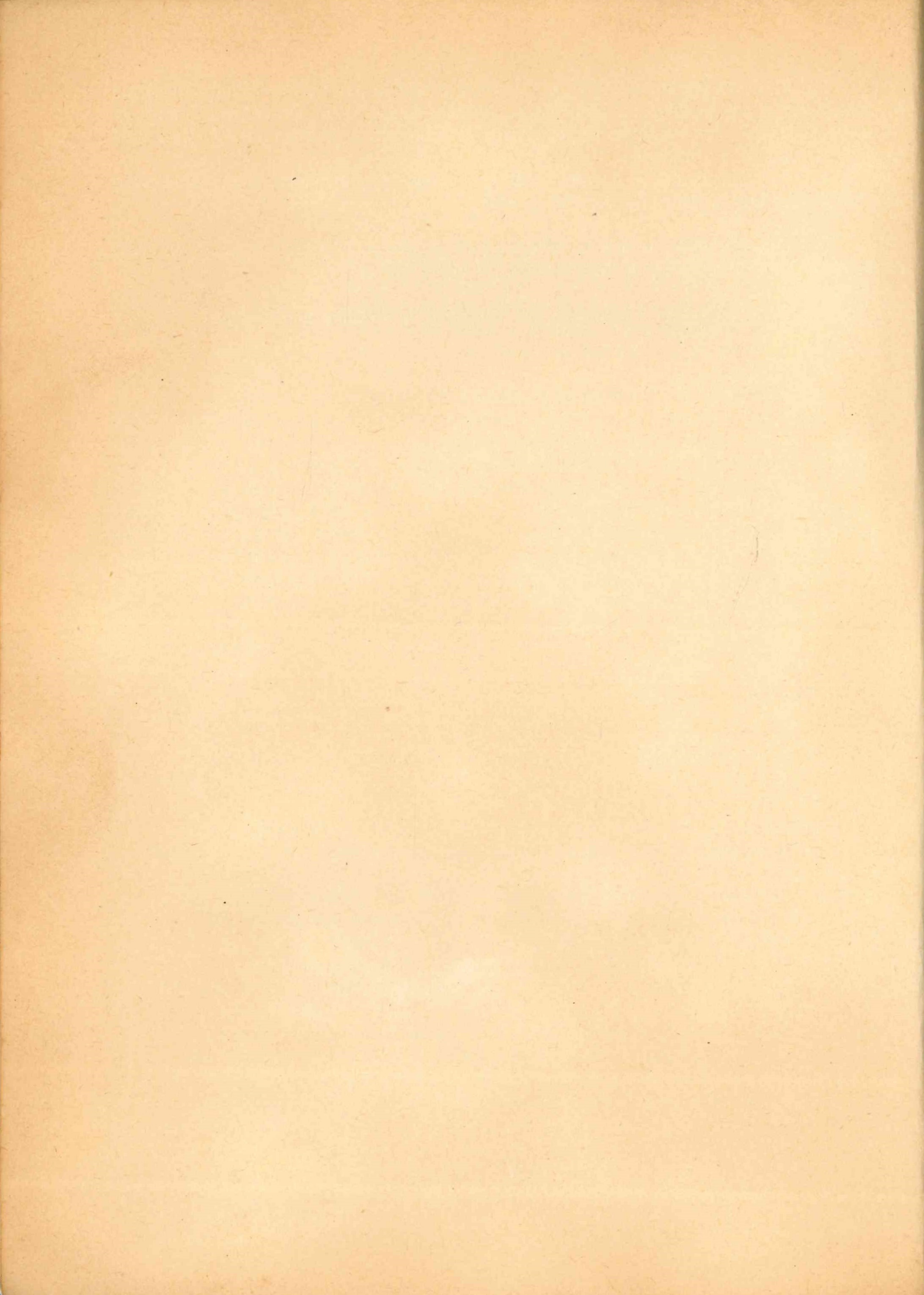
Nesse seu ilucidativo relatório, e nos que foram publicados nos anos de 1900 e 1905, todos relativos à acção e trabalhos de Comissões Administrativas presididas pelo Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Sá Carneiro, se mostra quão difícil foi sempre manter e fazer progredir o Recolhimento e Asilo — que é fruto da Caridade Pública, mas também obra meritória das suas administrações.

Em 31 de Dezembro de 1909, a Comissão presidida por aquêle distinto Advogado foi substituída, a seu pedido, por outra da presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Miguel Pereira da Silva Fonseca, que aos destinos daquela casa presidiu até à entrega dela à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco.

Do que trabalharam e fizeram essas Comissões só poderíamos dizer, consultando as actas. Mas tôda a gente de Barcelos o sabe.

A todos que antes de nós trabalharam pelo progresso e desenvolvimento do Asilo do Menino Deus, a homenagem, bem devida, do nosso louvor!

Pelos que morreram — rezam os que usufruem do trabalho que tiveram!





RECOLHIMENTO E ASILO DO MENINO DEUS,— Órfãs a caminho da Capela



RECOLHIMENTO E ASILO DO MENINO DEUS — Atelier de bordados

A ORDEM TERCEIRA

NA ADMINISTRAÇÃO DO RECOLHIMENTO E ASILO

JÁ vimos que por Decreto n.º 16096, de 1 de Novembro de 1928, o Recolhimento e Asilo fôra entregue, em uso e administração, à Ordem Terceira; e que o Decreto n.º 19.308, de 4 de Fevereiro de 1931 mandara incorporar na mesma Ordem Terceira, *definitivamente*, os bens móveis e imóveis do Recolhimento e da Oficina-Asilo do Menino Deus.

A Ordem Terceira assumira um encargo pesado, mas bem próprio das suas finalidades — bem próprio, digamos, do seu espírito apostólico, do seu espírito social e cristão.

Com Leão XIII, o Papa imortal da *Rerum Novarum*, nós dizemos que « o fim das instituições franciscanas é chamar as multidões à prática do Evangelho, que é plantar de novo no meio da Igreja o espírito de sacrifício, de desapêgo terreno, de caridade fraterna, da verdadeira igualdade perante a fé; que é unir as classes altas da sociedade às mais humildes dela, como filhos que são do mesmo Deus e professores do mesmo Evangelho ».

Não se recusara encargo tam pesado, de-certo que bem superior às fôrças humanas que o tomaram, mas a certeza de cumprir-se um dever imposto à consciência religiosa dos que o aceitaram animou a isso.

Contribuí-se, nesta acção, para o bem social, para minorar misérias sociais, para saciar corações com fome de Caridade!

A 19 de Maio de 1929 a Ordem Terceira fôra empossada dêsse encargo na pessoa da Comissão Delegada do seu Definitório Geral — e a entrada dela na plena administração e gerência data de 1 de Julho do mesmo ano.

Começara-se por estudar o regime interno mais conveniente à educação moral e material do internato, que pela sua permanência oferecesse garantias de eficaz intervenção directiva e orientadora. E em reunião de 16 de Julho deliberara-se entregar tais encargos internos ao Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria, que já estava instalado nesta cidade.

Acertara-se na escolha.

A sua acção tem-se manifestano exuberantemente, e de tal ordem, que o asilo infantil de Barcelos é conhecido como modelarmente orientado.

Verificara-se a necessidade de aproveitar, no edificio do Recolhimento, dependências que estavam em condições de não poderem ser habitadas, e havia obras urgentes a fazer: aproveitamento do torreão sul, construção ou aproveitamento de dependência conveniente à montagem de retretes e quartos de banho e de lavatórios que satisfizessem as necessidades do internato, etc., etc.

Em 1 de Novembro dêsse ano de 1929, o Instituto Missionário das Franciscanas de Maria assumira, efectivamente, a direcção interna da casa e estabelecera, logo de início, a ordem da sua acção.

Começaram-se as obras indispensáveis sob projecto do architecto sr. José da Costa Vilaça.

Activou-se a educação doméstica, literária e profissional das internadas, tudo sob direcção de pessoal competente do Instituto Missionário.

Concertam-se e reparam-se telhados, ajeitam-se dependências, faz-se a instalação da luz eléctrica em tôdas as dependências do edificio, metodiza-se e afina-se todo o regime interno.

O que lá se fez, sem que nem tudo o visitante note ao primeiro relancear dos olhos!

E nisso foi gasto mais do que o saldo entregue pela Administração a que presidia o Ex.^{mo} Sr. Dr. Miguel Fonseca.

Não basta, porém, o que se fez! É preciso fazer muito mais! — para que a instalação de tantas obras de assistência já a funcionar no edificio seja mais perfeita e mais adequada aos seus fins!

Lá iremos! — com a ajuda de Deus.

O INTERNATO DO MENINO DEUS

Como se sabe, a transformação do antigo Recolhimento das Beatas no actual RECOLHIMENTO E ASILO DO MENINO DEUS obedeceu a uma necessidade, bem palpável e compreensível — de carácter moral e social:

« recolher e sustentar meninas órfãs, pobres e desvalidas, prestando-lhes como alunas internas a devida protecção, educação, e instrução moral e religiosa; e habilitá-las, assim, com a instrução precisa para tomarem na sociedade uma occupação honesta donde auferam meios de subsistência ».

Não se fugiu, felizmente ainda, de tam benemérito e patriótico objectivo.

Apenas, além das meninas órfãs, se admitem as consideradas abandonadas da família — e em perigo moral, por quanto, infelizmente, é de notar que nem tôdas as pessoas de família das crianças — quantas vezes até os pais e as mãis! — deixam por descuido ou por negligência lamentável, de as acompanhar nos seus primeiros passos e de lhes assistir no desabrochar da intelligência e da comprehensão do que se passa em sua volta!

E quantas, assim, com ou sem família, andam por tôda a parte desorientadas, entregues ao acaso . . . sujeitas a perigos enormes!

No mundo actual, em que o gôzo faz esquecer deveres de estado e de solidariedade social à luz da Caridade, o problema da educação dos filhos e preparação da infância para a vida real e prática, é um problema que não pode deixar de preocupar e entreter o espirito de quem dirige, governa, administra e está obrigado a zelar a vida dos povos — o seu progresso e actividade, a sua educação e o seu futuro!

É dever de *todos*, na hora presente, fazer alguma coisa a benefício da infância. Não se esqueça que as crianças de hoje são os homens e as mulheres — sociedade de amanhã!

E tal-qualmente ela fôr educada e dirigida, a sociedade de amanhã será o que nós queremos que seja!

Crianças orfãs, crianças pobres que andariam pelas ruas da nossa cidade e pelos caminhos das nossas aldeias a mendigar — a começar a vida da ociosidade e do vício, sujeitas aos maiores perigos morais — são de-certo tôdas as que têm constituído o nosso Asilo do Menino Deus!

Aí se recebem, em número limitado às possibilidades financeiras da Casa, — dessas crianças, de idade que se procura não ser menor de 6 nem superior a 8 anos; mas circunstâncias excepcionais se apresentam, que a Caridade manda que se fuja da regra...

Essas crianças são ali aproveitadas segundo a sua capacidade intelectual e segundo as suas aptidões manifestadas com a idade.

A *tôdas*, porém, é ministrado o ensino literário — pelo menos a saber ler, escrever e contar! — e aprendem de cozinha, de costura, de labores, de bordados, de rendas e — a arrumar uma casa.

Mulheres para trabalharem adentro de casa, — mulheres de vida moral e de vida do lar doméstico, mulheres educadas na regra da decência e na observância dos preceitos da lei divina!

Não serão as mulheres assim educadas e instruídas aquelas a quem a sociedade confia o futuro da vida social?

A educação que se recebe será sempre aquela que se transmite.

Abençoada seja a instituição que assim educa — e que Deus cumule de bênçãos os que lhe deram esta orientação tam nobre, tam cristã, tam portuguesa...

Que Deus cumule de benefícios, de conforto, de bem-estar, de felicidades morais e materiais, — aquêles que têm vindo e virão, como Deus quer!, — a contribuir com a sua esmola para dar de comer, para dar de vestir, para dar alimento espiritual e moral, às criancinhas desvalidas, desamparadas e famintas!

Elas, nas suas orações — por que rezam, por que são ensinadas a ser reconhecidas e gratas a quem as acaricia e recolhe! — sabem pedir a Deus pelos seus Bem-feitores.

E sabe-se que as orações das crianças, e as súplicas das crianças, são bem aceites e ouvidas por Deus!

MOVIMENTO DAS INTERNADAS

desde 1 de Julho de 1929 até 31 de Dezembro de 1935

NÚMEROS		NOMES DAS INTERNADAS	Data da Entrada			Data da Saída			Observações
Admissão	Matrícula								
1	1	Rosa Rodrigues	1	Abril	924	26	Abril	932	Nota N.º 1
2	2	Maria da Conceição Pereira.	4	»	»				
3	3	Joaquina da Costa	8	Junho	927				
4	4	Laura Fernandes de Carvalho	21	Janeiro	»				
5	5	Maria Luíza da Silva Pedrosa	24	Abril	924	18	Fevereiro	935	Nota N.º 2
6	6	Maria Alzira Gomes	?	?	?	6	Abril	930	Nota N.º 3
7	7	Maria Rosalina Ferreira	15	Outubro	925				
8	8	Emília de Jesus	18	Dezembro	926	5	Agosto	932	Nota N.º 4
9	9	Marcelina Dias da Siva	21	Janeiro	»	6	Abril	935	Nota N.º 5
10	10	Laurinda Alves Pereira	6	»	925	23	Outubro	932	Nota N.º 6
11	11	Maria Rosa Gomes Gandra	11	Fevereiro	926	26	Novembro	934	Nota N.º 7
12	12	Deolinda Martins Oliveira	10	Setembro	»				
13	13	Maria da Glória Almeida Lopes.	2	»	924				
14	14	Glória dos Santos	28	»	928				
15	15	Arminda Fernandes Simões	16	Agosto	926	12	Janeiro	935	Nota N.º 8
16	16	Maria Emília Simões.	18	Setembro	928	4	Julho	935	Nota N.º 9
17	17	Maria Helena de Sousa Ramos	23	Março	926	2	Fevereiro	935	Nota N.º 10
18	18	Olinda d'Oliveira	30	Abril	»				
19	19	Adelaide da Conceição Pereira dos Santos	9	Junho	»	20	Abril	931	Nota N.º 11
20	20	Adelaide Coutada Ferreira	23	Março	929				
21	21	Rosa de Jesus da Silva	9	Junho	926				
22	22	Maria Adélia Tôrres.	10	»	»				
23	23	Josefa Ferreira Barbosa.	12	»	»				
24	24	Maria Alice Gomes da Costa	19	Janeiro	927				
25	25	Ana da Silva Duarte	22	Setembro	»	17	Maio	931	Nota N.º 12
26	26	Amélia da Silva	2	Agosto	928				
27	27	Maria Amélia Lopes Fernandes	7	Setembro	927				
28	28	Laurinda Ribeiro da Silva	8	Outubro	928				
29	29	Maria Júlia da Silva.	10	Novembro	»				
30	30	Custódia Lopes	10	Janeiro	»				
31	31	Maria Isolete Simões	15	Fevereiro	929				
32	32	Maria da Paz Ferreira	19	Janeiro	930				
33	33	Maria Prazeres Pereira	3	Março	»				
34	34	Maria Rodrigues da Silva	9	»	»				

(¹) Foi colocada na casa de sua madrinha, em Barcelos.

(²) Foi colocada na casa do sr. Prior de Barcelos.

(³) Foi internada no Hospital das Crianças Anormais e depois entregue à família, em 1935.

(⁴) Faleceu no Hospital de Barcelos.

(⁵) Foi colocada em Abrunhosa-a-Vélha.

(⁶) Foi reclamada e entregue a sua mãe, Maria Beatriz de Faria.

(⁷) Foi colocada em Valença, na casa do sr. Cinco Minutos.

(⁸) Foi colocada no Colégio de Sant'Ana, em Barcelos.

(⁹) Foi reclamada por sua Avó Maria Emília Simões.

(¹⁰) Foi colocada na casa de D. Ida Gonçalves Eiras, em Fão.

(¹¹) Foi entregue a sua mãe, Virgínia dos Santos, como reclamou.

(¹²) Foi entregue a sua avó e tio, Florinda Rosa de Jesus e João Pereira da Silva, que o requereram.

NÚMEROS		NOMES DAS INTERNADAS	Data da Entrada			Data da Saída			Observações
Admissão	Matrícula								
35	35	Ana Pereira Lourenço	10	Março	930				
36	36	Loduvina de Jesus Dias	12	»	»				
37	37	Olímpia Alice Fernandes da Silva	14	»	»	12	Maio	935	Nota N.º 13
38	38	Maria Dias dos Santos Cunha	16	»	»				
39	39	Izaura Rodrigues	19	»	»				
40	40	Tereza Tôrres	19	»	»	7	Julho	935	Nota N.º 14
41	6	Ermerinda Justina de Azevedo	7	Abril	»				
42	41	Arminda da Costa	8	»	»				
43	42	Elisabeth Pereira Ramos	11	»	»	16	Janeiro	934	Nota N.º 15
44	43	Maria da Glória Almeida	12	»	»				
45	44	Maria Aurora de Jesus Gonçalves	31	Maio	»	6	Julho	935	Nota N.º 16
46	45	Maria José Forte de Carvalho	23	Julho	»	15	»	932	Nota N.º 17
47	46	Alzira dos Prazeres Pereira de Faria	24	»	»				
48	47	Emília Gomes Monteiro	25	»	»	14	Abril	935	Nota N.º 18
49	48	Maria da Graça Rodrigues	26	»	»				
50	49	Maria de Lourdes Miranda Brito	26	»	»				
51	50	Beatriz Augusta Tôrres	12	Dezembro	»				
52	51	Maria de Lourdes Santos	2	Janeiro	931				
53	52	Maria Adília Lopes da Silva	2	Fevereiro	»	1	Maio	931	Nota N.º 19
54	25	Catarina de Jesus Freitas	18	Maio	»				
55	19	Maria Rosa Carvalho	2	Outubro	»				
56	52	Maria Rosa Meireles Coelho	7	»	»				
57	8	Gracinda Rodrigues	11	Agosto	932				
58	53	Ana Gonçalves	10	»	»				
59	54	Maria Alice Gomes Moreira	24	»	»				
60	55	Maria Júlia Brêa de Matos	31	»	»				
61	56	Maria de La Salet Ribeiro de Faria	31	»	»				
62	57	Laurinda da Costa Alves	31	»	»				
63	1	Maria Margarida da Cruz Meira	14	Dezembro	»				
64	10	Maria do Carmo Baptista Pereira da Costa	16	»	»				
65	45	Maria Fernanda da Mota	7	Setembro	»				
66	58	Benigna da Encarnação Gomes	2	Janeiro	933				
67	42	Maria Ribeiro	5	Julho	934				
68	49	Maria Guilhermina Prieto da C. Barbosa	7	Outubro	»				
69	5	Marcelina da Conceição Marques	6	Julho	935				
70	9	Carolina Rodrigues Pereira	12	»	»				
71	11	Ana Lopes	24	»	»				
72	15	Antónia Meireles Coelho	24	»	»				
73	16	Maria da Conceição Prazeres	25	»	»				
74	17	Maria Faria Coelho	31	»	»				
75	37	Olinda Pereira Pimenta	16	Agosto	»				
76	40	Maria da Conceição Gonçalves Martins	7	Dezembro	»				

(¹³) Foi entregue a sua avó.

(¹⁴) Foi entregue a sua mãe.

(¹⁵) Faleceu no Recolhimento e Asilo.

(¹⁶) Foi entregue a sua mãe.

(¹⁷) Foi entregue a sua protectora, D. Beatriz Custódia Guimarães Vale.

(¹⁸) Foi entregue a sua mãe.

(¹⁹) Foi entregue a seu pai.

O movimento das internadas, registado a partir de 1 de Julho de 1929, pode ser apreciado no mapa que se insere neste relatório, de onde se vê que naquela data havia 31 crianças internadas, que se admitiram desde ela mais 44 e que saíram 19, ficando portanto a existir 56 crianças internadas.

Em notas especiais a esse mapa se ilucida que destino tiveram as crianças que saíram. Não se entregaram a quem-quer, como nunca se entregaram as internadas deste Asilo — mas a quem se podiam confiar.

Não nos esquece uma observação, ou pergunta, um dia feita a alguns dos actuais administradores do Recolhimento e Senhoras da sua direcção interna, feita pelo então Director Geral dos Serviços de Assistência, Ex.^{mo} Sr. Machado Pinto:

Sua Ex.^a visitara o internato e obteve impressões agradáveis do asseio, ordem, disciplina e método empregado na educação das menores. Louvou os serviços e o zelo das Senhoras directoras e a montagem de todos os serviços de administração e de direcção, não escondendo a sua satisfação por tudo que viu e verificou.

Observou S. Ex.^a:

— Vejo que tudo está muito bem — até'qui . . . O que desejava saber, e isso sempre me interessa quando visito estas casas, é o destino que têm as educandas que atingem o limite de internato . . .

Respondeu-se o que se sabia quanto às anteriormente saídas — e quanto às que estavam ainda internadas, dissemos que procuraríamos, com o auxílio do Instituto das Missionárias, empregá-las o melhor possível, resguardando-as dos perigos a que sujeitas na sua idade . . . 18 anos . . .

— É isso o que mais interessa. As direcções destas Casas não devem esquecer-se das raparigas que saiem; pelo contrário, devem procurar saber delas, a ponto mesmo de lhes dar agasalho quando se desempreguem para evitar muitas fatalidades . . .

Temos sempre presente, nós os que administramos, e as Senhoras do Instituto Missionário que dirigem, a observação do ilustre funcionário.

Uma outra observação que convém ficar focada.

É indispensável, e tem-se procurado executá-lo, que as crianças candidatas a internadas sejam escrupulosamente examinadas clinicamente, verificando-se que não sofrem de moléstia contagiosa nem de anormalidade cerebral.

As que sofrem de doenças herdadas dos pais têm começado a ser tratadas com os cuidados devidos, e antes de serem mandadas para a praia têm sido examinadas pelo ilustre Clínico do Asilo, que lhe presta serviços gratuitamente, Sr. Dr. Miguel Fonseca, ou por outro, na ausência dêle.

Para que se avalie do aproveitamento das internadas em idade escolar, cujo ensino é ministrado por Senhoras do Instituto Missionário ao serviço do Recolhimento e Asilo, ousamos pedir a leitura do mapa respectivo, que se insere adiante.

Aí também se regista o aproveitamento das internadas em serviços domésticos e profissionais.

ESCOLAR, PROFISSIONAL E DOMÉSTICO

Números		NOMES	Período de 1929-1930			Período de 1930-1931			Período de 1931-1932			Período de 1932-1933			Período de 1933-1934			Período de 1934-1935		
Admissão	Matrícula		Escolar	Profissio- nal	Doméstico	Escolar	Profissio- nal	Doméstico	Escolar	Profissio- nal	Doméstico	Escolar	Profissio- nal	Doméstico	Escolar	Profissio- nal	Doméstico	Escolar	Profissio- nal	Doméstico
1	1	Rosa Rodrigues	4.ª cl. ap.	Renda B	Pad.ª M B	—	Cost. M B	Cosinha B	—	Corte B	Lavand.ª M B	Saia	Saia	Saia	—	—	—	—	—	—
2	2	Maria da Conceição Pereira	2.ª »	—	—	não cont.	Brunir-P.co	—	2.ª cl. ap.	Diversos B	3.ª cl. Rep.	Bord.ª P.co	Div.ª M B	3.ª cl. ap.	Renda P.co	Padaria B	4.ª cl. ap.	Cost.ª P.co	Lavand.ª B	Lavand.ª B
3	3	Joaquina da Costa	1.ª » Rep.	—	—	1.ª cl. ap.	—	—	2.ª » ap.	Diversos B	3.ª » Rep.	Renda P.co	Diversos B	3.ª » ap.	Renda P.co	Lavand. B	4.ª » ap.	Renda B	Jardim P.co	Jardim P.co
4	4	Laura Fernandes de Carvalho	2.ª »	—	—	não cont.	Costura B	—	2.ª » ap.	Bord.ª P.co	Diversos B	3.ª » ap.	Costura M B	4.ª » Dist.	Enfermag. B	Diversos	—	Enfermag. M B	Lavand.ª B	Lavand.ª B
5	5	Maria Luiza da Silva Pedrosa	3.ª »	Renda M B	—	»	—	Jardim B	3.ª » ap.	Costura B	Pad.ª M B	—	Cos.ª M B	—	—	Lavand.ª M B	Saia	Corte Suf.	Saia	Saia
6	6	Maria Alzira Gomes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Diversos B	—	—	—	—
7	7	Maria Rosalina Ferreira	1.ª classe	—	Jardim B	1.ª cl. ap.	—	Padaria B	2.ª cl. Rep.	Brunir B	Lavand.ª B	2.ª cl. ap.	Lavand.ª B	—	—	Cosinha Pouco	—	Brunir B	Cosinha B	Cosinha B
8	8	Emília de Jesus	1.ª »	—	—	1.ª »	—	—	Falecem	Falecem	Falecem	—	—	—	—	—	—	—	—	—
9	9	Marcelina Dias da Silva	3.ª »	—	Lavand.ª B	não cont.	Cost.-Pouco	Cosinha-P.co	3.ª cl. ap.	Brunir B	Pad.ª M B	—	Diversos B	—	Cost.ª P.co	Lav.ª M B	Saia	Saia	Saia	Saia
10	10	Laurinda Alves Pereira	3.ª » ap.	Cost.-Pouco	—	»	—	Lavand.ª B	3.ª » ap.	Brunir B	Diversos B	Saia	Saia	—	—	—	—	—	—	—
11	11	Maria Rosa Gomes Gandra	3.ª »	—	—	»	Brunir P.co	—	3.ª cl. ap.	Renda B	—	4.ª cl. ap.	Renda B	—	—	Diversos M B	Saia	Saia	Saia	Saia
12	12	Deglinda Martins Oliveira	1.ª » ap.	—	—	2.ª cl. Rep.	Bord.ª P.co	—	2.ª » ap.	—	—	2.ª » ap.	Renda P.co	—	4.ª cl. Dist.	Cost.ª P.co	—	Bordado B	Diversos B	Diversos B
13	13	Maria da Glória Almeida Lopes	1.ª » ap.	—	—	—	—	(é Doente)	2.ª » Rep.	Renda P.co	—	2.ª » ap.	Brunir B	—	3.ª » ap.	Costura-Pouco	Diversos B	4.ª cl. Dist.	Renda M B	—
14	14	Glória dos Santos	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	1.ª » ap.	—	—	—	2.ª » ap.	Saia	Saia
15	15	Arminda Fernandes Simões	3.ª classe	—	Pad.ª M B	—	Brunir M B	Cosinha B	3.ª cl. ap.	Costura B	Div.ª M B	—	Cost.ª M B	Cosinha B	—	Corte Suf.	Lav.ª M B	Saia	Saia	Saia
16	16	Maria Emília Simões	Infantil	—	—	1.ª cl. Rep.	Meia B	—	1.ª » ap.	Renda P.co	—	2.ª cl. Rep.	Bord.ª P.co	—	2.ª » ap.	Renda B	Diversos B	3.ª classe	Saia	Saia
17	17	Maria Helena de Sousa Ramos	2.ª cl. ap.	Costura B	—	não cont.	Cost M B	Padaria B	3.ª »	—	Lav.ª M B	—	Brunir B	Cosinha-P.co	—	Cosinha B	—	Saia	Saia	Saia
18	18	Olinda de Oliveira	1.ª » ap.	—	—	2.ª cl. ap.	—	—	3.ª » Rep.	Renda P.co	—	3.ª cl. ap.	Renda B	Diversos B	4.ª cl. Dist.	—	—	1.ª a. Lic. 12	—	—
19	19	Adelaide da Conceição Pereira dos Santos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20	20	Adelaide Coutada Ferreira	1.ª cl. ap.	Meia B	—	2.ª cl. Rep.	Cost.-Pouco	—	2.ª cl. ap.	—	—	3.ª cl. ap.	Brunir B	Lavand.ª B	4.ª cl. Dist.	Cost.ª P.co	Div.ª M B	—	—	Padaria B
21	21	Rosa de Jesus da Silva	1.ª »	—	—	1.ª »	Renda P.co	—	2.ª » ap.	Renda B	—	3.ª » Rep.	Brunir P.co	—	3.ª » ap.	Brunir M B	Div.ª M B	4.ª cl. ap.	Cost.ª P.co	—
22	22	Maria Adélia Torres	2.ª » ap.	—	Limp.ª M B	não cont.	Renda B	Limp.ª M B	3.ª » ap.	—	Pad.ª M B	—	Cost.ª M B	—	—	Brunir M B	Lav.ª M B	—	Cost.ª P.co	—
23	23	Josefa Ferreira Barbosa	1.ª »	—	—	1.ª cl. ap.	—	—	2.ª » ap.	Brunir B	—	3.ª cl. ap.	Cost.ª P.co	—	4.ª cl. Dist.	Bordado B	—	Cost.ª P.co	—	—
24	24	Maria Alice Gomes da Costa	1.ª »	—	—	1.ª cl. ap.	—	—	2.ª » Rep.	—	—	2.ª » ap.	Brunir B	—	3.ª » ap.	Cost.ª P.co	Lavand.ª B	4.ª cl. ap.	Bordado B	Div.ª M B
25	25	Ana da Silva Duarte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
26	26	Amélia da Silva	Infantil	—	—	Infantil	Meia B	—	Infantil	—	Limpeza B	1.ª cl. ap.	—	—	2.ª cl. Rep.	Cost.ª P.co	—	2.ª cl. ap.	Bordado B	—
27	27	Maria Amélia Lopes Fernandes	Infantil	—	—	Infantil	—	—	1.ª cl. ap.	Renda P.co	—	2.ª » ap.	Renda B	—	3.ª » ap.	Bord.ª P.co	Diversos B	4.ª » ap.	Bordado B	—
28	28	Laurinda Ribeiro da Silva	Infantil	—	—	1.ª classe	Renda-P.co	—	1.ª » ap.	Renda P.co	—	2.ª » ap.	Cost.ª P.co	—	3.ª » ap.	Bord.ª P.co	Diversos B	4.ª » ap.	Bordado B	—
29	29	Maria Júlia da Silva	1.ª classe	—	—	1.ª » ap.	—	—	2.ª » Rep.	—	Limpeza B	2.ª » ap.	Renda B	Jardim	3.ª » ap.	Renda B	Lavand.ª B	4.ª » ap.	Renda M B	Padaria B
30	30	Custódia Lopes	Infantil	—	—	Infantil	—	—	1.ª » Rep.	—	—	1.ª » ap.	Cost.ª P.co	—	2.ª » ap.	Renda P.co	—	3.ª » ap.	Renda B	—
31	31	Maria Isolete Simões	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	1.ª » Rep.	—	—	1.ª » ap.	—	—	2.ª » Rep.	Bord.ª P.co	—
32	32	Maria da Paz Ferreira	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	1.ª » ap.	—	—	1.ª » Rep.	Bord.ª P.co	—
33	33	Maria Prazeres Pereira	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	1.ª »	—	—	1.ª »	Renda P.co	—
34	34	Maria Rodrigues da Silva	—	—	—	1.ª classe	—	—	1.ª cl. ap.	—	Limpeza B	2.ª cl. ap.	Brunir B	Cosinha-P.co	3.ª »	Cost.ª P.co	Pad.ª M B	—	Lav.ª M B	—
35	35	Ana Pereira Lourenço	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	2.ª cl. ap.	—	—	1.ª » ap.	Renda P.co	—	2.ª cl. ap.	Renda B	—
36	36	Loduvina de Jesus Dias	—	—	—	1.ª cl. ap.	—	Limp.ª M B	—	—	Lav.ª M B	2.ª cl. Rep.	Brunir B	Div.ª M B	2.ª » ap.	Renda B	Lav.ª M B	3.ª » ap.	Renda M B	Padaria B
37	37	Olimpia Alice Fernandes da Silva	—	—	—	1.ª » ap.	—	Limpeza B	2.ª cl. ap.	Renda P.co	—	3.ª » ap.	Renda B	Diversos B	4.ª » ap.	Cost.ª P.co	—	Saia	Saia	Saia
38	38	Maria Dias dos Santos Cunha	—	—	—	1.ª » Rep.	—	Limp.ª M B	2.ª » ap.	—	Limp.ª M B	3.ª » ap.	Cost.ª P.co	Div.ª M B	3.ª » ap.	—	Lav.ª M B	Costura B	Cos.ª M B	Cos.ª M B
39	39	Izaura Rodrigues	—	—	—	1.ª »	—	—	1.ª » ap.	—	—	2.ª cl. Rep.	Bord.ª P.co	Div.ª M B	2.ª » ap.	Brunir B	Padaria P.co	3.ª cl. Dist.	Cost.ª P.co	Lavand.ª B
40	40	Tereza Torres	—	—	—	Infantil	—	—	1.ª » Rep.	—	—	1.ª » ap.	—	—	2.ª » ap.	—	—	2.ª » ap.	Saia	Saia
41	41	Ermerinda Justina de Azevedo	—	—	—	Infantil	—	—	1.ª cl. ap.	Renda P.co	—	2.ª » ap.	Cost.ª P.co	—	3.ª » ap.	Renda B	Diversos B	4.ª » ap.	Renda B	Diversos B
42	42	Arminda da Costa	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	Renda	—	1.ª » Rep.	Cost.ª P.co	—	1.ª » ap.	Renda B	Falecem	2.ª » ap.	Renda B	Diversos B
43	43	Elisabeth Pereira Ramos	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	—	—	—	—	Falecem	Falecem	—	—	—
44	44	Maria da Glória Almeida	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	Renda P.co	Diversos B	1.ª cl. ap.	Renda P.co	—	2.ª cl. Dist.	Renda B	—
45	45	Maria Aurora de Jesus Gonçalves	—	—	—	1.ª classe	—	—	1.ª classe	Renda P.co	—	1.ª cl. Rep.	Cost.ª P.co	—	1.ª » ap.	—	Pad.ª M B	—	—	Cos.ª P.co
46	46	Maria José Forte de Carvalho	—	—	—	2.ª » ap.	—	—	Saia	Saia	Saia	—	—	—	—	—	—	—	—	—
47	47	Alzira dos Prazeres Ferreira de Faria	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	Renda P.co	—	1.ª cl. Rep.	Renda P.co	Diversos B
48	48	Emília Gomes Monteiro	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	—	—	—
49	49	Maria da Graça Rodrigues	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	1.ª cl. ap.	Renda M B	—
50	50	Maria de Lourdes Miranda Brito	—	—	—	1.ª cl. ap.	—	—	2.ª cl. Rep.	Renda P.co	—	2.ª cl. ap.	Cost.ª P.co	—	3.ª » ap.	Renda B	Diversos B	4.ª » ap.	Renda M B	—
51	51	Beatriz Augusta Torres	—	—	—	Infantil	—	—	1.ª » Rep.	Renda P.co	—	1.ª » ap.	—	—	2.ª » Rep.	—	—	2.ª » ap.	—	—
52	52	Maria Lourdes Santos	—	—	—	1.ª cl. ap.	—	—	2.ª » ap.	Renda P.co	—	3.ª » ap.	Renda B	—	4.ª » ap.	Cost.ª P.co	Div.ª M B	—	Brunir B	Cos.ª P.co
53	53	Maria Adília Lopes da Silva	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
54	54	Catarina de Jesus Freitas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
55	55	Maria Rosa Carvalho	—	—	—	1.ª » ap.	—	—	1.ª » ap.	Renda P.co	—	2.ª cl. ap.	Bord.ª P.co	—	3.ª cl. ap.	Brunir B	Lav.ª M B	4.ª cl. ap.	Cost.ª P.co	Div.ª M B
56	56	Maria Rosa Meireles Coelho	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	Renda P.co	—	2.ª » ap.	Cost.ª P.co	—	3.ª »	Renda B	—	1.ª » ap.	Renda M B	Diversos B
57	57	Gracinda Rodrigues	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	1.ª » ap.	—	—
58	58	Ana Gonçalves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Infantil	—	—	Infantil	—	—	1.ª » ap.	—	—
59	59	Maria Alice Gomes Moreira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.ª cl. ap.	—	—	2.ª cl. ap.	Bord.ª P.co	—	3.ª » Dist.	Bord.ª P.co	Div.ª M B
60	60	Maria Júlia Brás de Matos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.ª » ap.	—	—	2.ª » Rep.	Renda P.co	—	2.ª » Dist.	Renda B	Diversos B
61	61	Maria de La Salet Ribeiro de Faria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Infantil	—	—	—	—	—	1.ª » Dist.	—	—
62	62	Laurinda da Costa Alves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.ª cl. ap.	—	—	3.ª cl. ap.	Renda P.co	—	4.ª » Dist.	Cost.ª P.co	—
63	63	Maria Margarida da Cruz Meira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Infantil	—	—	—	—	—	1.ª » ap.	Renda P.co	—
64	64	Maria do Carmo Baptista Pereira da Costa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Infantil	—	—	1.ª classe	—	—	2.ª » Dist.	Bord.ª P.co	—
65	65	Maria Fernanda da Mota	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Infantil	—	—	—	—	—	1.ª » ap.	Renda P.co	—
66	66	Benigna da Encarnação Gomes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Infantil	—	—	—	—	—	Infantil	—	—
67	67	Maria Ribeiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Infantil	—	—	—	—	—	Infantil	—	—
68	68	Maria Guilhermina Pinto da Cunha Barbosa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
69	69	Marcelina da Conceição Marques	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
70	70	Carolina Rodrigues Pereira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
71	71	Ana Lopes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
72	72	Antônia Meireles Coelho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
73	73	Maria da Conceição Prazeres	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
74	74	Maria Faria Coelho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
75	75	Olindina Pereira Pimenta	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Vida financeira do Recolhimento e Asilo

Avalia-se, pelos algarismos que se seguem, que *capitais* possuía e que possui o Recolhimento e Asilo a produzirem rendimentos aplicáveis à sua sustentação: com referência ao fecho dos respectivos anos económicos (30 de Junho) e o de 1934-35, com referência a 31 de Dezembro d'êste último ano.

	30 Junho 1929	30 Junho 1930	30 Junho 1931	30 Junho 1932	30 Junho 1933	30 Junho 1934	31 Dez.º 1935
Por escrituras. .	16.722\$00	16.722\$00	19.222\$00	19.222\$00	7.222\$00	7.222\$00	7.222\$00
Foros e pensões.	14.707\$80	14.707\$80	14.707\$80	14.707\$80	14.707\$80	14.707\$80	14.707\$80
Edifício e cêrca .	6.000\$00	6.000\$00	6.000\$00	6.000\$00	6.000\$00	6.000\$00	6.000\$00
Papéis de crédito.	84.894\$00	84.894\$00	86.634\$00	87.219\$00	87.219\$00	87.969\$00	266.107\$20
Dinheiro depositado e em cofre.	3.679\$57	4.679\$57	479\$57	201\$21	12.201\$21	52.152\$21	14.252\$10
Somas . . .	126.003\$37	127.003\$37	127.043\$37	127.350\$01	127.350\$01	168.051\$01	308.289\$10

É de-certo interessante conhecerem-se os rendimentos normais, quiere dizer, os que foram arrecadados em cada um dos referidos exercícios económicos.

Vamos vê-lo, servindo-nos de fórmula idêntica:

RENDIMENTO DE:	1929-30 (12 meses)	1930-31 (12 meses)	1931-32 (12 meses)	1932-33 (12 meses)	1933-34 (12 meses)	1934-35 (12 meses)
Capital mutuado . .	871\$91	8.807\$05	2.044\$80	1.436\$60	742\$70	1.343\$26
Foros e pensões . .	2.092\$95	1.472\$54	1.649\$29	1.526\$27,5	1.762\$24	2.971\$65
Papéis de crédito. .	2.944\$95	5.916\$83	15.051\$44	7.915\$74	7.962\$24	24.522\$82
Somas . . .	5.909.81	16.196\$42	18.745\$53	10.878\$61,5	10.467\$18	28.837\$73

Devemos ilucidar que o facto de ter havido tamanha oscilação de rendimentos, não é ela devida a qualquer flutuação dêles. Receberam-se, nuns exercícios, o que deixou de receber-se em outros. Porquanto os capitais mutuados, os foros e pensões, os rendimentos de papéis de crédito, não oferecem, nos seus rendimentos, flutuações apreciáveis.

Para melhor ilucidação, vamos dizer que rendimentos foram exactamente calculados para o exercício de 1934-35 (Julho a Junho), relativamente às três acima mencionadas proveniências:

Juros de capitais mutuados	Esc.	577\$76
Foros e pensões	»	1.470\$78
Papéis de crédito	»	6.220\$02
Os rendimentos próprios são	»	8.268\$56

Mas por que os rendimentos dos capitais pertencentes à Oficina-Asilo, estão adjudicados a receitas do Recolhimento, veremos a seguir, tratando-se de receitas e despesas, que rendimentos se arrecadaram para o Recolhimento e Asilo.

**Mapa que demonstra as receitas arrecadadas e as despesas efectuadas pelo Recolhimento e Asilo do Menino Deus,
nos exercícios de 1929-30 a 1934-35 (este de 18 meses)**

RECEITAS	1929-30	1930-31	1931-32	1932-33	1933-34	(18 meses) 1934-35
Saldos dos exercícios anteriores	57.373\$23	38.341\$60,5	3.918\$87,5	—	—	—
Rendimento de capitais mutuados (Recolhimento e Oficina)	871\$91	8.087\$05	2.044\$80	1.436\$70	742\$70	1.343\$26
Rendimento de foros e pensões	2.092\$95	1.472\$54	1.649\$29	1.526\$27,5	1.762\$24	2.971\$65
Idem de papéis de crédito (Recolhimento e Oficina) . . .	2.944\$95	5.916\$83	15.051\$44	7.915\$74	7.962\$10	24.522\$82
Subsídio da Junta Geral do Distrito	2.750\$00	1.500\$00	—	—	—	—
Pensionistas da Junta Geral do Distrito	—	—	—	11.880\$00	11.880\$00	20.520\$00
Ditas da Câmara Municipal de Barcelos	—	—	—	—	2.700\$00	10.800\$00
Beneficência das Confrarias e Irmandades	1049\$70	114\$50	1.750\$66	1.227\$00	800\$00	1.600\$00
Esmolas e donativos	39.886\$67	11.777\$35	7.692\$95	7.716\$80	11.814\$96	11.193\$85
Subsídio da Assistência Pública	13.850\$00	15.000\$00	12.700\$00	15.600\$00	15.600\$00	21.000\$00
Pinheiros vendidos (legado D. Amélia Real)	—	—	—	—	9.075\$00	—
Receitas diversas e imprevistas	312\$30	820\$00	3.968\$91	1.081\$66	3.633\$85	1.648\$60
Déficits com que encerraram as contas	—	—	5.036\$95,5	15.813\$99	4.088\$72	—
Receita para Pão dos Pobres	—	—	2.750\$20	—	—	—
Somas	121.131\$81	83.029\$87,5	56.564\$08	64.198\$16,5	70.059\$57	95.600\$18

DESPESAS	1929-30	1930-31	1391-32	1392-33	1933-34	1934-35
Missas de legados e despesas do culto	1.642\$00	1.572\$50	1.605\$40	2.074\$10	2.070\$00	3.174\$00
Pessoal	3.890\$50	4.300\$00	4.022\$40	4.018\$85	3.960\$00	5.940\$00
Alimentação das internadas e pessoal	27.987\$92	35.409\$01	30.624\$86	33.313\$20	31.114\$70	48.759\$01
Serviços e material de higiene.	599\$49	3.099\$37	1.892\$23	2.328\$66	2.554\$81	4.449\$32
Lenha e carvão	2.910\$76	4.827\$10	3.757\$20	3.937\$75	2.992\$40	5.991\$75
Louças e utensílios da cozinha e refeitório	—	—	—	—	—	—
Roupas e calçado	1.464\$72	48\$90	377\$00	340\$60	—	400\$00
Despesas com doenças e época balnear	5.127\$90	5.237\$23	2.325\$12	3.916\$15	3.251\$43	5.917\$42
Despesas com a instrução das internadas	1.313\$33	3.807\$03	1.247\$65	1.635\$90	1.654\$50	1.248\$85
Despesas de aprendizagem das internadas	1.075\$65	357\$95	242\$60	496\$00	488\$90	701\$90
Despesas de secretaria e seguros	25\$85	—	111\$00	—	—	651\$60
Obras e reparações no edificio e móveis	1.458\$63	456\$25	1.100\$10	1.222\$02	1.081\$70	1.856\$10
Despesas na cerca	34.969\$90,5	18.930\$76	8.345\$62	4.895\$78	2.107\$10	4.429\$00
Despesas na cerca	323\$55	1.064\$90	912\$90	982\$20	790\$15	2.157\$65
Dívidas passivas	—	—	—	5.036\$95,5	17.993\$88	9.257\$06
Saldos dos exercícios	38.341\$60,5	3.918\$87,5	—	—	—	666\$52
Somas	121.131\$81	83.029\$87,5	56.564\$08	64.198\$16,5	70.059\$57	95.600\$18

Relação dos donativos feitos ao Recolhimento e Asilo do Menino Deus, nos exercícios a que se refere o presente relatório

Guias	Donativos recebidos em 1929-30	Importâncias
4	Produto da « Poule Hipica » em Maio	400\$00
5	De anónimos.	20.000\$00
8	Família do finado Sr. Coronel Lapa	75\$00
9	De João Bernardino Ribeiro	20\$00
10	De uma peixeira.	10\$00
11	Esmolas da caixa	6\$50
12	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	50\$00
13	D. Violante Almeida	75\$00
15	Recolhidos por D. Filomena do Vale.	118\$12
16	Dr. Aurélio Augusto de Queiroz	50\$00
17	Família de D. Maria Eugénia de Souza e Silva	50\$00
18	De José António Fernandes	75\$00
24	Família de José Joaquim de Souza	100\$00
26	J. B. Ferreira Dias, (valor de batata)	10\$00
39	D. Joaquina Lopes Leal	500\$00
42	D. Maria Antónia de Souza da Silva Alcoforado	500\$00
46	Anónimo, entregue à Directora	100\$00
47	Anónimo, entregue à Directora	5\$00
51	José António Cardoso de Almeida	100\$00
54	Manuel Peixoto da Fonseca	200\$00
55	Dr. Bernardo de Sousa Brito	100\$00
56	D. Carlota Saldanha	50\$00
57	Francisco de Sá (chapa encontrada na Franqueira)	18\$00
59	D. Guilhermina Carneiro da Fonseca.	50\$00
61	Jorge Cruz	50\$00
62	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	100\$00
63	António José Rodrigues de Faria	100\$00
64	Venda de Flores por um grupo de Senhoras	5.231\$00
65	D. Maria das Dores Faria Duarte	15\$00
66	D. Rosa Leocádia Peixoto Bourbon Fragoso	100\$00
67	Miguel Gomes de Miranda	250\$00
68	D. Alice Miranda	200\$00
69	D. Margarida da Costa Novais e irmã	50\$00
70	D. Loduvina Coelho Gonçalves	100\$00
71	D. Maria do Carmo Barreto Alão	100\$00
	<i>A transportar</i>	28.958\$62

Guias	Donativos recebidos em 1929-30	Importâncias
	<i>Transporte</i>	28.958\$62
74	Recolhido pela Directora	212\$20
75	Banco Nacional Ultramarino	100\$00
76	Família Matos Lopes de Almeida	50\$00
77	» Matos Lopes de Almeida	50\$00
80	» de Agostinho José Moreira	50\$00
84	General Francisco Leite Arriscado	100\$00
87	João Veloso Barreto	100\$00
89	Esmolas da caixa	258\$45
92	Dr. Joaquim Pais de Vilas Boas	60\$00
93	D. Joaquina Lopes Leal	800\$00
94	Recolhidos pela Directora	130\$00
97	Família Silva Júnior	500\$00
98	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	200\$00
99	Um Barcelense, de S. Paulo	250\$00
100	Família Benita Pontes	100\$00
101	Família de Tereza Pereira Duarte	100\$00
102	Por intermédio de « O Barcelense »	20\$00
104	Esmolas da Caixa	44\$00
106	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	141\$90
107	Dr. Manuel de Oliveira Barbosa	50\$00
108	Grupo Veteranos, de Braga e Barcelos	65\$00
109	Anónimo, por intermédio do Sr. P. ^e Gaiolas	100\$00
110	Armando Leite	200\$00
111	José Joaquim Fernandes	100\$00
112	António Firmino da Silva	100\$00
113	Inácio Pires Lavado	100\$00
114	D. Guilhermina Carneiro da Fonseca	50\$00
115	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	66\$00
116	Dr. António Rodrigues de Miranda e Espôsa (a)	3.000\$00
117	Desafio de Foot-Ball — Barcelos e Veteranos de Braga	2.097\$00
119	Esmolas da Caixa	44\$50
120	D. Loduvina Coelho Gonçalves	25\$00
121	D. Violeta Paula de Araujo Passos	100\$00
122	Francisco Lopes Barbosa	284\$00
123	Gregório Garcia Murias	40\$00
125	Conselheiro Joaquim Gualberto de Sá Carneiro	100\$00
126	Policarpo Amadeu Lopes (b)	650\$00
127	Esmolas da Caixa	380\$00
130	Esmolas da Caixa	110\$00
	<i>TOTAL</i>	39.886\$67

(a) Produto de subscrição que promoveu no Rio Grande do Sul (Brasil).

(b) Produto de subscrição que promoveu no Rio de Janeiro (Brasil).

Guias	Donativos recebidos em 1930-31	Importâncias
4	José Firmino da Cruz	100\$00
5	Manuel Cardoso de Albuquerque.	10\$00
7	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	150\$00
8	» pelo mesmo	50\$00
9	Abade de Minhotães.	100\$00
10	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	20\$00
11	» pelo mesmo	50\$00
12	Humberto Carmona Coelho Gonçalves (achado).	5\$00
13	Júlio Rodrigues Tôrres (venda de um frango)	11\$50
14	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	50\$00
15	Miguel Augusto Pena	50\$00
16	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	100\$00
17	» pelo mesmo	30\$00
18	Chefe da Conservação das Estradas, Sr. Fernando Cruz.	73\$00
21	João de Sousa Caravana.	12\$50
23	Família de D. Maria Tereza Miranda	50\$00
27	Recolhidos pela Directora	2.233\$40
31	Família de Tereza Dias Barbosa	200\$00
38	Dr. Augusto Matos Lopes de Almeida	50\$00
39	Esmolas da Caixa	12\$50
40	João Gomes Pena	3.000\$00
42	Humberto Carmona Coelho Gonçalves	29\$00
43	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	30\$00
44	Eduardo Machado Carmona	50\$00
52	Anónimo « Lágrimas »	200\$00
54	Esmolas da Caixa	150\$80
60	D. Guilhermina Carneiro Fonseca	30\$00
62	D. Maria António da Silva Alcoforado	1.000\$00
63	Francisco da Silva Costa	150\$00
64	Família Francisco Xavier Alves Pereira	50\$00
65	Miguel Martinho de Faria	10\$00
68	Esmolas da Caixa	245\$00
70	D. Rosa Leocádia Peixoto Bourbon Fragoso	30\$00
71	Eduardo Silva	20\$00
72	P. ^o António José da Silva Matos	20\$00
75	D. Ermelinda Miranda Aviz	500\$00
76	Anónimo (« Philolyto »)	500\$00
81	Esmolas da Caixa	23\$90
84	Armando Leite	100\$00
85	« O Barcelense »	300\$00
86	D. Adelaide de Jesus Coelho da Costa	20\$00
87	Família de Domingos Luiz da Cunha	100\$00
	<i>A transportar</i>	9.916\$60

Guias	Donativos recebidos em 1930-31	Importâncias
	<i>Transporte</i> . . .	9.916\$60
88	Esmolas da Caixa	105\$00
89	» » »	54\$50
90	D. Josefina do Vale Borges	300\$00
91	Foot-Ball no Campo da Granja	1.000\$00
97	Esmolas da Caixa	31\$25
98	» » »	130\$00
99	António Joaquim da Costa (Santos)	100\$00
101	D. Adelaide da Costa Soares	10\$00
103	Esmolas da Caixa	130\$00
	<i>TOTAL</i> . . .	11.777\$35

Guias	Donativos recebidos em 1931-32	Importâncias
5	Recolhido pela Directora.	1.140\$00
7	D. Luzia Carvalho	100\$00
11	Recolhido pela Directora.	1.885\$00
12	Esmolas da Caixa	192\$15
27	Recolhido pela Directora.	373\$00
36	Família D. Luzia Faria Martins	50\$00
37	D. Guilhermina Carneiro Fonseca	25\$00
39	Família D. Ana Maciel de Faria	200\$00
40	Dr. Miguel Fonseca	20\$00
41	Francisco da Silva Costa	100\$00
43	Senhoras Novais.	50\$00
44	D. Rosa Leocádia Peixoto Bourbon Fragoso	20\$00
45	Família D. Carolina Ferreira Milhazes	100\$00
50	» D. Júlia Amália de Oliveira Guimarães	20\$00
55	João de Sousa Caravana.	10\$00
57	O mesmo	10\$00
58	Família Tomaz José de Araujo	100\$00
60	António Joaquim Ferreira	200\$00
64	Venda da Flor por um grupo de Senhoras	1.297\$50
71	Dr. Diamantino Calisto	10\$00
72	Armindo da Cunha Martins	50\$00
77	D. Emília Augusta Dias da Silva.	100\$00
79	Esmolas das Caixas	53\$65
80	» » »	131\$80
81	Recolhido pela Directora.	50\$00
83	» » »	1.304\$85
85	» » »	100\$00
	<i>TOTAL</i> . . .	7.692\$95

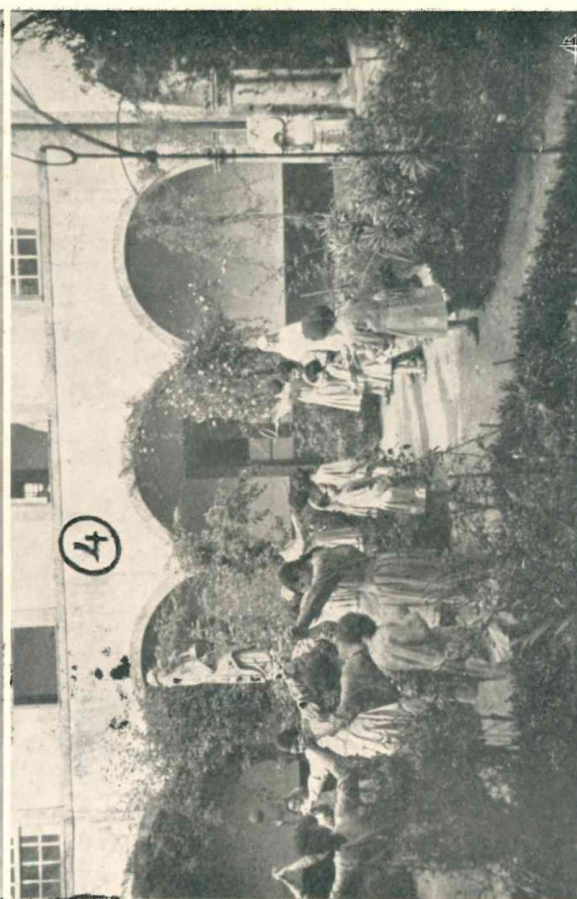
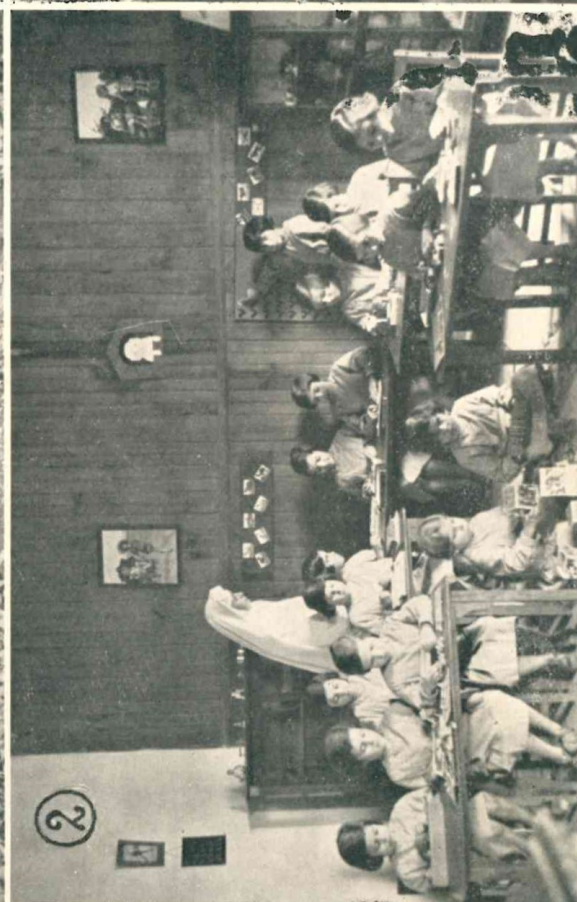
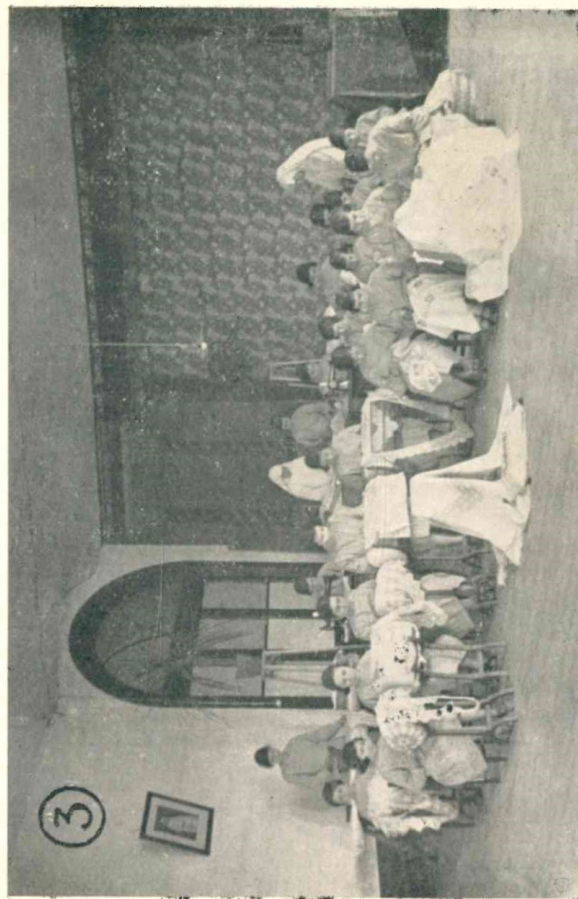
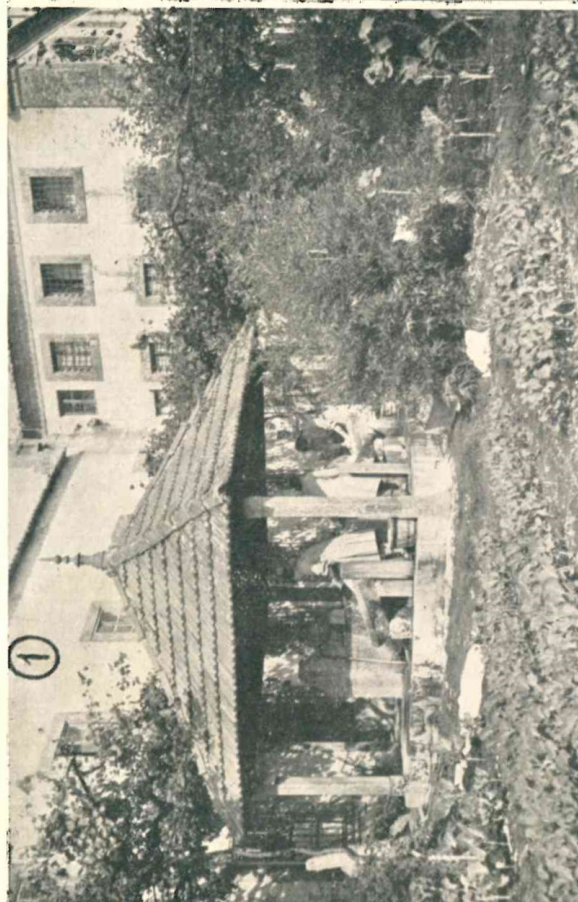
Guias	Donativos recebidos em 1932-33	Importâncias
6	Anónimo	20\$00
9	Dr. Miguel Fonseca	20\$00
14	Família Manuel Carvalho d'Afonseca	100\$00
15	» Celestino do Nascimento	100\$00
25	Agostinho Lopes dos Santos	100\$00
31	Dr. Artur Maciel de Faria Machado	300\$00
36	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	10\$00
46	Dr. José de Castro Faria	74\$15
52	Eleutério Emídio Alves Cerdeira	100\$00
58	Família António Calheiros Barreto	50\$00
61	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	40\$00
68	Recebido pela Directora	30\$00
72	» » »	14\$60
73	» » »	111\$65
74	Família João Luiz da Pena	100\$00
75	» António Maria Calheiros	100\$00
76	Conselheiro Sá Carneiro, (20 rasas de milho)	250\$00
83	D. Maria Antónia de Sousa da Silva Alcoforado, (20 rasas de milho)	250\$00
85	Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca	1.000\$00
85-A	Manuel dos Anjos Lebreiro e espôsa	30\$00
	José de Araujo Tôrres	20\$00
	Manuel de Sousa Martins	10\$00
	António Joaquim Ferreira	50\$00
	Fernando Ferreira da Cruz	10\$00
	João de Sousa Caravana	5\$00
87	Recolhido pela Directora	230\$00
88	» » »	50\$00
96	Um amigo das crianças	10\$00
96-A	Arménio Corrêa	5\$00
	Avelino Aires Duarte	5\$00
97	D. Rosa Leocádia Bourbon Fragoso	20\$00
100	Francisco da Silva Costa	100\$00
101	Hilário Cândido Barreiros de Oliveira	10\$00
102	José Mário da Silva Cruz	50\$00
103	Dr. Manuel Baptista de Lima Tôrres	10\$00
105	Dr. Miguel Fonseca	20\$00
112	Um anónimo	50\$00
144	Câmara Municipal de Barcelos	1.400\$00
146	Da mesma	1.500\$00
147	Recolhido pela Directora	452\$00
148	» » »	74\$50
149	» » »	495\$55
	<i>A transportar</i>	7.377\$45

Guias	Donativos recebidos em 1932-33	Importâncias
	<i>Transporte</i> . . .	7.377\$45
150	Recolhido pela Directora	156\$85
157	Família D. Maria da Conceição Santos Pereira	50\$00
158	» D. Maria do Carmo Pires Fernandes	50\$00
169	António Gomes Veiga	32\$50
170	Família D. Tomázia Maria Gomes	50\$00
	<i>TOTAL</i> . . .	7.716\$80

Guias	Donativos recebidos em 1933-34	Importâncias
7	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	40\$00
14	» » » » » »	50\$00
16	» » » » » »	100\$00
18	D. Maria Monteiro, de Quelimane	200\$00
26	Agostinho Lopes dos Santos	100\$00
29	Anónimo, entregue por D. Maria Fernandes	100\$00
51	Comendador Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca	3.000\$00
59	Anónimo, «Shyok»	50\$00
63	Um amigo das crianças	10\$00
64	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	400\$00
66	António Joaquim Ferreira	100\$00
67	Avelino Aires Duarte	5\$00
71	D. Rosa Leocádia Peixoto de Bourbon Fragoso	20\$00
75	Um amigo das crianças	10\$00
80	Dr. Manuel Baptista de Lima Tôrres.	150\$00
81	Recolhido pela Directora.	4\$30
83	» » »	100\$00
84	» » »	411\$20
85	» » »	20\$00
88	» » »	63\$20
91	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	40\$00
93	Francisco da Silva Costa	100\$00
95	Junta Geral do Distrito	500\$00
97	Dr. José da Graça Faria Júnior	20\$00
98	João de Sousa Caravana.	10\$00
99	Manuel Cardoso de Albuquerque.	10\$00
103	Família de Augusto Fortunato dos Santos Ferreira	100\$00
104	Família de Manuel Rodrigues da Cruz Lima	50\$00
105	Família de Maria da Menina	50\$00
108	António Côrte Real	50\$00
	<i>A transportar</i> . . .	5.863\$70

Guias	Donativos recebidos em 1933-34	Importâncias
	<i>Transporte</i>	5.863\$70
115	Junta Geral do Distrito	2.000\$00
118	José Gomes de Sousa	100\$00
134	Um amigo das crianças	10\$00
135	Avelino Aires Duarte	5\$00
140	Finado P. ^e Daniel Miranda	2.500\$00
144	Concedido pelo Sr. Administrador do Concelho	200\$00
145	Vicente Mahiques Senti	50\$00
150	Recolhido pela Directora	75\$80
151	» » »	352\$50
174	» » »	30\$00
176	» » »	627\$96
	<i>TOTAL</i>	11.814\$96

Guias	Donativos recebidos em 1934-35 até 31 de Dezembro	Importâncias
5	Família de D. Maria Brites Macedo Carvalho	200\$00
12	Junta e Regedor de Barqueiros	100\$00
13	Recolhido pela Directora	40\$00
34	Família de D. Tereza de Jesus Pereira de Sousa	50\$00
34A	Avelino Aires Duarte	3\$00
42	António Joaquim Ferreira	200\$00
44	Câmara Municipal	1.000\$00
48	Um amigo das crianças	20\$00
51	Dr. Domingos de Figueiredo	50\$00
60	Francisco Lopes Barbosa	200\$00
62	Produto do Sarau de Arte	3.348\$50
70	Dr. Domingos de Figueiredo	50\$00
75	D. Alcina	200\$00
81	Recolhido pela Directora	220\$00
82	Diversos donativos recolhidos pela mesma	266\$40
87	António da Silva Vila Chã (Fragoso)	50\$00
88	Manuel Fernandes Lopes (Fragoso)	50\$00
89	Francisco Pereira da Costa (Fragoso)	50\$00
91	Um amigo das crianças	10\$00
104	Antero de Faria	30\$00
109	Peditório do Natal	954\$80
109	Donativos da Festa, em Março	233\$10
112	Chefe da Polícia	50\$00
113	Francisco Lopes Barbosa	200\$00
	<i>A transportar</i>	7.575\$80



RECOLHIMENTO E ASILO DO MENINO DEUS. — 1 — Lavanderia. — 2 — Órfãs (classe infantil). — 3 — Atelier de rendas.
4 — Recreio.

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO E DE HOMENAGEM

A Junta do Distrito de Braga, a partir de 1 de Julho de 1932, mercê de proposta do seu ilustre vogal e nosso muito prezado patrício e distinto médico Sr. Dr. Adélio Carvalho Marinho da Silva,—começou de subsidiar, com a quantia mensal de Esc. 90\$00 por cada uma, o internamento de determinado número de crianças no nosso Recolhimento e Asilo, número então fixado em 12 crianças, que se manteve durante os exercícios de 1932-33, 33-34 e 34-35—número êsse que, ainda por proposta do mesmo ilustre vogal daquêle corpo administrativo, foi aumentado até 22 crianças, número que é o actual (Junho de 1937) das pensionistas da Junta Provincial do Minho internadas no Recolhimento e Asilo.

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Barcelos, reconhecendo também os benefícios que presta à sociedade ajudando à educação das crianças pobres e desvalidas—deliberou, cremos que por proposta do seu presidente, então o Sr. Dr. Joaquim Furtado Martins, subsidiar o internamento de cinco crianças com igual quantia mensal, de modo que, presentemente, o Recolhimento e Asilo conta com a quantia mensal de Escudos 2.430\$00, que bem pode representar um têrço dos encargos financeiros da administração dêste instituto de Caridade!

Podemos afoitamente afirmar que se não fôsses êstes auxílios, o Recolhimento e Asilo não podia prestar os benefícios que está prestando à sociedade! E, nestes tempos que correm tam agrestes, a perverter costumes, a transviar consciências, a fazer desabar tudo—os bons costumes, a boa moral, a paz social e familiar—custa na verdade a crer que os que podem e têm que perder, não olhem mais atentamente para esta necessidade tam instantânea,—de concorrer para a sustentação dos institutos que dão abrigo e educação moral e cívica à geração que há-de ser, daqui a pouco tempo, a voz orientadora e mandante das classes sociais portuguesas—principalmente dos meios trabalhadores da sociedade portuguesa!

Às Ex.^{mas} Junta Provincial do Minho e Câmara Municipal de Barcelos, com os agradecimentos dos que administram o Recolhimento e Asilo do Menino Deus, vai a esperança de que não desistam de continuar a proteger, dentro dos limites mais largos das suas disponibilidades financeiras, as casas em que se educam, ensinam, e morigeram—as crianças das famílias sem recursos—crianças abandonadas à sua sorte, muitas sem lar, outras com lar faminto, e tantas e tantas que não têm pai ou mãe a guiá-las no caminho da vida!

E também aos que podem dar alguma coisa, pouco que seja, pedimos que aten-tem na obrigação moral de concorrer para o bem estar social.

Estendemos o nosso agradecimento a todos que por qualquer meio têm vindo em auxílio dêste instituto de caridade:

a) Às Senhoras que promoveram e realizaram a chamada Festa da Flor, em benefício do Recolhimento e Asilo, no ano de 1929, que rendeu Esc. 5.231\$00, entrados em cofre pela guia de receita n.º 64, em 21 de Dezembro dêsse ano;

b) Ao grupo de barcelenses que em Maio de 1931 realizou um desafio amigável de «Foot-Ball», que rendeu para o cofre do Recolhimento a quantia de Esc. 1.000\$00, entrada em cofre pela guia n.º 91, em 16 de Maio do referido ano;

c) Ao Ex.^{mo} Sr. Dr. António Rodrigues de Miranda e sua Ex.^{ma} Espôsa, o facto de em 1930, sendo S. Ex.^a cônsul de Portugal no Rio Grande do Sul (Brasil), ter aberto uma subscrição a favor do Recolhimento e Asilo, que rendeu Esc. 3.000\$00, entrados em cofre pela guia n.º 116 em 6 de Junho de 1930;

d) Aos componentes dos grupos de amadores de «Foot-Ball» — que se intitulou «Veteranos de Braga e Barcelos» — o benefício de ter realizado em Barcelos um desafio em favor do Recolhimento e Asilo, que produziu Esc. 2.097\$00, entrados em cofre pela guia n.º 117, em 6 de Maio de 1930;

e) Em memória do finado barcelense Sr. Policarpo Amadeu Lopes, grande amigo que foi da sua e nossa terra, registamos o produto da subscrição que em 1930 promoveu no Rio de Janeiro (Brasil) a benefício do Recolhimento e Asilo, que rendeu Esc. 650\$00, entrados pela guia n.º 126 de 25 de Junho de 1930;

f) Ao grupo de Senhoras Barcelenses que em 5 de Janeiro de 1935 promoveu e realizou um formoso «Sarau de Arte» no Teatro Gil Vicente, que rendeu, a benefício do Recolhimento e Asilo, a quantia de Esc. 3.348\$50, entrada em cofre pela guia n.º 64;

g) Às Senhoras, professoras e alunas do Colégio de Santa Ana, que em Maio de 1934 realizaram no Jardim Público o interessante Arraial Minhoto, que rendeu para o cofre do Recolhimento a quantia de Esc. 1.477\$80 (líquido), entrada em cofre pela guia n.º 143 de 11 de Maio dêsse ano;

h) Registamos, em memória da finada Senhora D. Amélia Carneiro Real, de Abade do Neiva, a doação que fez ao Recolhimento e Asilo de parte dos seus bens, que produziu, para fundo do mesmo Recolhimento, Esc. 40.001\$00, não incluindo o valor de foros também legados por essa saúdosa bem-feitora ao mesmo Recolhimento — e mais Esc. 9.075\$00, produto da venda de pinheiros em bouças que foram vendidas, quantia esta que deu entrada em cofre em 29 de Setembro e 4 de Outubro de 1933 pelas guias n.ºs 20 e 22, — e quantia aquela, que foi incorporada na conta de capital do Recolhimento pelas guias n.ºs 161 e 162, em 20 de Junho de 1934;

i) Deixamos para o final o registo da doação feita ao Recolhimento e Asilo do Menino Deus, da quantia de cem contos, nominais (moeda brasileira) correspondentes a 20 obrigações do Tesouro Nacional do juro de 7% ao ano.

A Assembleia Geral da Venerável Ordem Terceira, administradora do Recolhimento, em sua reunião de 12 de Dezembro de 1934, registando esta importante doação, cujo rendimento assegurou a sustentação de sete crianças, deliberou que o nome do doador, o nosso patrício Ex.^{mo} Sr. Comendador Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca, do Rio

de Janeiro (Brasil) ficasse eternamente perpetuado na vida da casa de caridade que tam generosamente socorreu — e a que deu alento de vida.

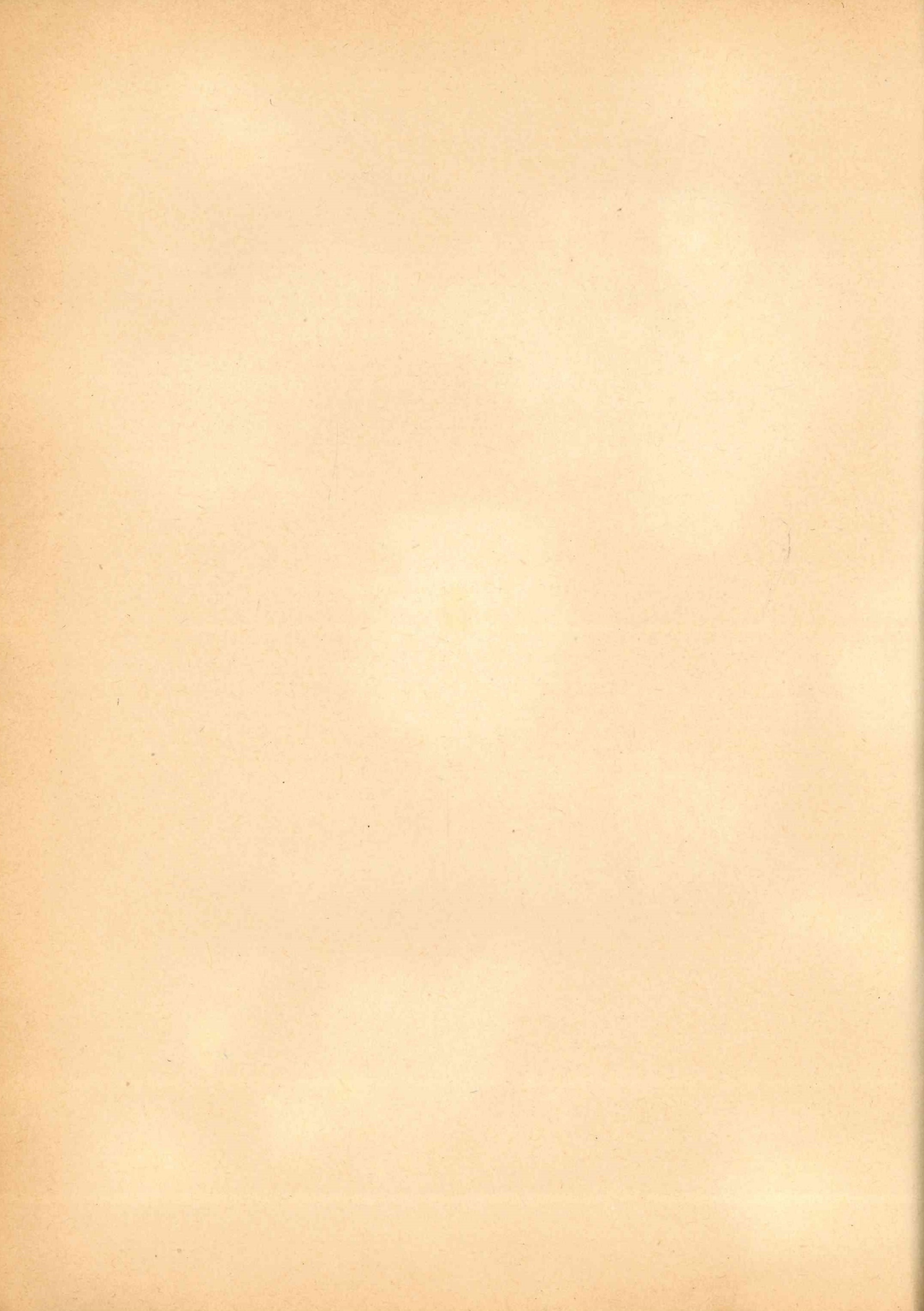
Essa resolução, que vai ser cumprida, é um merecido preito de homenagem ao querido barcelense que tam nobremente exerce a caridade.

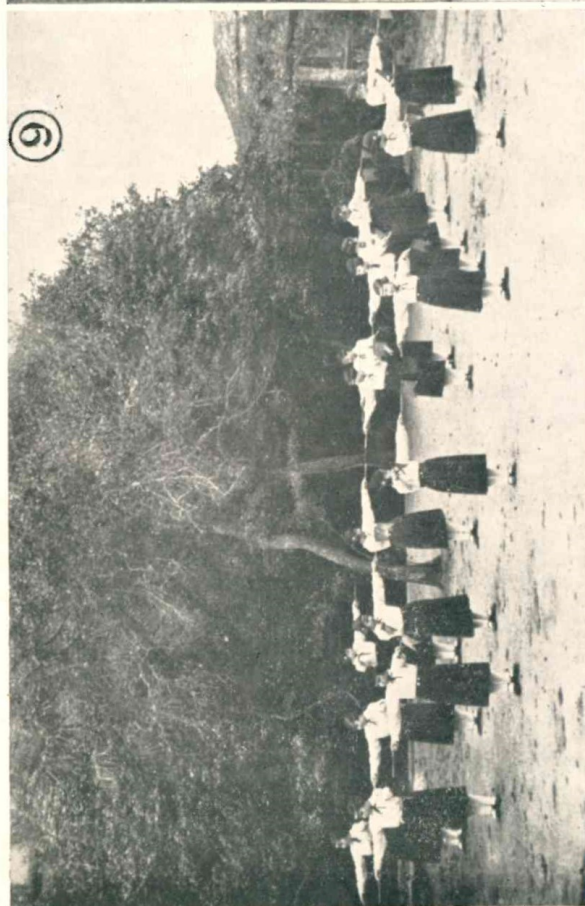
Barcelos deve-lhe já imenso — e corações agradecidos, os das criancinhas que êle socorreu, saberão guardar seu nome e bem-dizê-lo.

A todos os bem-feitores do Recolhimento e Asilo, das Creches D. António Barroso e da Sopa dos Pobres, cujas listas fizemos incluir neste relatório, deixamos consignada a expressão do nosso agradecimento, em nome dos contemplados.

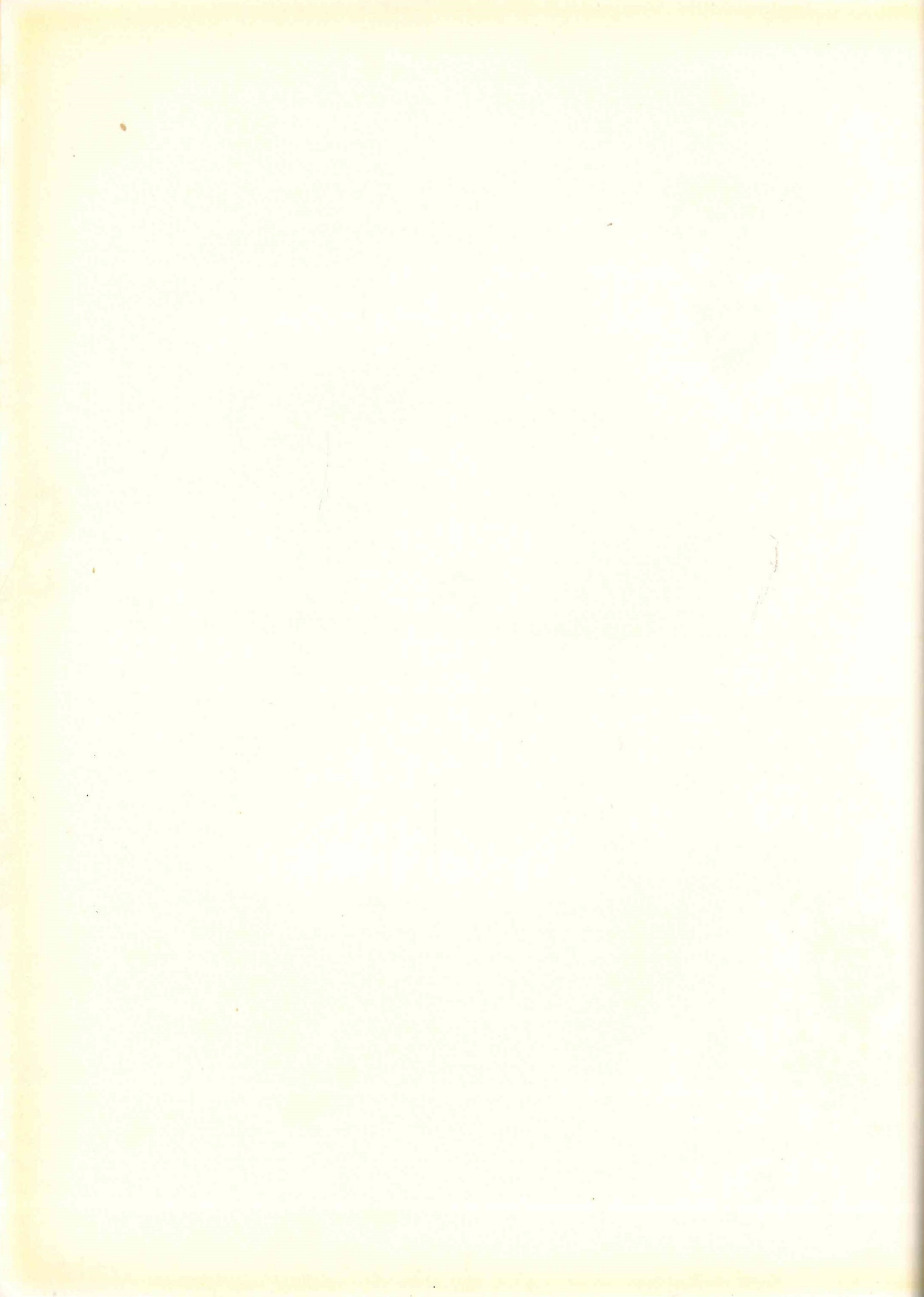
Alguns bem-feitores, porém, não constam dessas listas: uns porque se encobriram com a designação de « Anónimo », outros porque deram em géneros e cereais e em tecidos e objectos de uso das crianças.

A todos uma palavra de agradecimento pela ajuda que vêm dando ao desenvolvimento das nossas casas de caridade.





RECOLHIMENTO E ASILO DO MENINO DEUS. — 9 — Ginástica. — 10 — Gruta no jardim do recolhimento Dois petizes rezando pelos bem-feitores.
CRECHE D. ANTÔNIO BARROSO. — 11 — Ginástica. — 12 — Escola infantil.



OFICINA-ASILO DO MENINO DEUS

UM POUCO DA SUA HISTÓRIA

DE há muito tempo que a Comissão Administradora do Recolhimento e Asilo de Infância Desvalida do Menino Deus (a da presidência do Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Joaquim Gualberto de Sá Carneiro) pensava na criação da Oficina-Asilo do Menino-Deus, para o sexo masculino.

É ela quem no-lo diz no minucioso Relatório da sua gerência, publicado em 1905.

A êsse Relatório temos nós de recorrer, e a êle recorreremos com muito prazer, para poderem ser ditas algumas palavras com referência à criação dêste Asilo para rapazes que se viu extinto em 15 de Julho de 1919.

Vamos dar lugar ao que, no Capítulo II do seu Relatório publicado em 1905 diz, a respeito da fundação da Oficina-Asilo, a Comissão da presidência do Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Sá Carneiro — palavras que ainda hoje têm tôda a actualidade, e apelos que parecem ter sido feitos para serem agora lidos . . .

«Há muito que a Comissão Administradora pensava nesta Oficina.

Doía-lhe ver tanto vadio por aí — sem lar nem pão; sem préstimo; impelidos vertiginosamente para o vício; nunca podendo ser bons cidadãos, por falta de educação da sociedade, que lhes é madrastra em vez de mãe; sem que a própria sociedade lhes possa, em rigor, pedir contas, quando é à sociedade que êles as deveriam pedir por os lançar ao desprezo . . .

«Já no Relatório de 1898 dissemos (a páginas 19): «precisamos dum asilo ou escola de artes ou ofícios para crianças do sexo masculino. É uma necessidade — que se impõe e que está no animo de todos. Vá, ávante!»

«O mesmo frizamos no Relatório de 1901 a 1902 (a páginas 8): «Pena é que não tenha havido a iniciativa da criação de uma casa igual ou semelhante (ao Recolhimento) para o abrigo e educação de órfãos do sexo masculino. Não cessamos de o lamentar e de o lembrar — à Caridade, aos ricos de fortuna, aos amigos do concelho.

«Era a grande vontade do finado Vice-presidente da Comissão (Comendador Francisco António de Faria) e de todos os Vogais — a criação da Oficina-Asilo. Aquêlê saúdoso Vice-presidente (é ainda o Relatório que fala) chorou lágrimas de alegria, quando a Comissão «numa temeridade sem nome resolveu criar êsse instituto: E, coitado, chegou a falar em que daria terreno para a construção de casa própria — não se lembrando de que em breve tempo rolaria à sepultura.

« Ousadamente deliberamos (continua o Relatório) criar a Oficina — aproveitando para início dela e do seu fundo o capital de 666:360 réis que a Ex.^{ma} Autoridade Administrativa cedeu, ao Recolhimento e Asilo, da extinta Irmandade Eclesiástica de S. Pedro, desta vila ».

« E, de facto, foi oficialmente inaugurada a Oficina — provisoriamente em uma casa da rua Manuel Pais — no dia 2 de Fevereiro de 1904, dia de Nossa Senhora da Graça, para que as Graças do Céu a bafejassem ».

Foi um dia de festa em Barcelos a inauguração solene da Oficina-Asilo do Menino Deus, festa até por que no nosso meio social ficara plantada a árvore que o sol da Caridade ia fazer crescer, desenvolver-se, para que cobrisse os rapazes esquecidos...

Tomaram parte nela: o saúdoso PADRE SEBASTIÃO LEITE DE VASCONCELOS, o grande benemérito das Oficinas de S. José do Pôrto, o grande apóstolo da Caridade!; o saúdoso Conde de Agrolongo, que entregou um cheque de dois contos e quinhentos para fundo da Oficina!

...E ali ficaram, já nesse dia agasalhados, já recolhidos dos vícios das ruas, já entregues ao trabalho e aos cuidados da Moral, sete rapazes! Dêsses, talvez que algum viva ainda, a lembrar-se da Caridade que o recolheu, a abençoar quem o fizera homem!

Organizou-se uma banda de música sob a direcção do saúdoso Manuel Joaquim Moreira, que dedicara tôdas as horas de que pudera dispor para ensinar música aos rapazes — e fazê-los tocar.

Criaram-se oficinas de alfaiate e de sapateiro — que deram alguns dos bons artistas que ainda aí temos a trabalhar.

Fôra professor escolar da Oficina o distinto Professor da nossa terra, veneranda figura de Mestre que ensinou a maior parte dos homens melhor ilustrados de Barcelos, que vive para gôzo de todos — e que Deus permita viva ainda muitos anos — o Snr. Manuel José Nunes Pereira.

Aos fundadores da Oficina-Asilo do Menino Deus prestamos a nossa homenagem reproduzindo esta

PORTARIA

Sua Majestade El-Rei, a quem foi presente a informação do Governador Civil do distrito de Braga, à cerca dos valiosos serviços que à beneficência pública tem prestado a Comissão Administrativa do Recolhimento e Asilo do Menino Deus, da vila de Barcelos, composta dos seguintes indivíduos:

CONSELHEIRO JOAQUIM GUALBERTO DE SÁ CARNEIRO, FRANCISCO ANTÓNIO DE FARIA, SECUNDINO PEREIRA ESTEVES, ANTÓNIO GOMES DA CUNHA GUIMARÃES, GUILHERME GUIMARÃES, LUIZ GOMES DE CARVALHO E AUGUSTO FORTUNATO DOS SANTOS FERREIRA, e mais os BENEMÉRITOS cidadãos CONDE

DE AGROLONGO, MANUEL MARIA DO VALE, PADRE SEBASTIÃO LEITE DE VASCONCELOS e PADRE ANTÔNIO VILA-CHÃ ESTEVES: ha por Bem determinar que em seu real nome sejam dados pelo mesmo magistrados o merecidos louvores aos mencionados indivíduos. Paço, em 9 de Março de 1904.

Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro.

Passaram-se os anos.

A Comissão da presidência do Sr. Conselheiro Sá Carneiro deixara a administração da Oficina quando deixara a do Recolhimento.

As dificuldades que determinavam já vida difícil à Oficina-Asilo foram aumentando,—e uma das piores que surgiram foi a de direcção interna.

À volta dos novos administradores essas dificuldades cresciam. A nova Comissão Administradora lutava no vácuo que à sua volta se fizera criar. A banda de música que dias antes tocara disciplinadamente, parecia ter-se rapidamente desorganizado, indisciplinado...

Coisa idêntica se produzira nas oficinas de alfaiate e de sapateiro...

Mas foi-se trabalhando, lutando, vencendo...

...até que a música tornou a tocar, até que as oficinas tornaram a trabalhar com ordem...

Quem escreve passou por lá o primeiro ano, mas houve quem com tãda a dedicação, boa-vontade, espírito de sacrifício, estivesse até ao fim. Dois nomes recorda: Dr. Miguel Pereira da Silva Fonseca e Manuel Augusto de Araújo Passos:—um, dirigindo: outro administrando.

Em reunião de 26 de Julho de 1911, a banda de música da Oficina-Asilo foi suprimida, por se ter reconhecido a impossibilidade de renovar elementos executantes que atingiam o limite de idade de internato.

Em sessão de 19 de Outubro de 1918, fôra deliberado aceder a pedido da Autoridade Administrativa no sentido de ser cedido o edificio da Oficina-Asilo para servir temporariamente de Asilo dos Inválidos, por haver necessidade pública de recolher doentes atacados da grave doença *pneumónica* que nessa época grassava em tãda esta terra, e que tantas vítimas causou.

Em sessão de 15 de Junho de 1919 foi deliberado pedir-se ao Governador Civil autorização para serem vendidos os instrumentos da extinta música da Oficina-Asilo, dos objectos de ouro que existiam arquivados e que eram desnecessários ao uso desta casa, as máquinas da extinta oficina de sapateiro, um piano, e a casa da Oficina.

Em sessão de 15 de Julho do mesmo ano a Comissão deliberou o encerramento temporário da Oficina-Asilo, devendo os internados ser entregues a suas famílias.

E em Fevereiro de 1925 foram recebidos, averbados ao Recolhimento e Asilo do Menino Deus, os títulos da Dívida Pública no valor produzido pela venda da Casa da Oficina-Asilo do Menino Deus.

Ficara, de vez, extinta a Oficina-Asilo do Menino Deus!

CONSIDERAÇÕES OPORTUNAS

¿Estará de VEZ encerrada a Oficina-Asilo do Menino Deus?

... Não morreu, entretanto, a idea do que ela fôra, do bem que ela fizera — e está patente aos olhos de todos, na mente de todos, a **necessidade imperiosa** do seu ressurgimento!

Deve doer a todos a sua falta! E não se perdoa aos barcelenses que ela não reassuma as suas funções — a bem da sociedade do nosso tempo!

Que um grito de entusiasmo a faça reviver! Que aquêles para quem apelara a Comissão presidida pelo Sr. Conselheiro Sá Carneiro no seu Relatório de 1905 estejam vivos a ouvir êsse mesmo apêlo — que lhes repetimos!

... «Doe ver tanto vadio por aí — sem lar nem pão; sem préstimo; impelidos vertiginosamente para o vício; nunca podendo ser bons cidadãos, por falta de educação da sociedade, que lhes é madrastra em vez de mãe; sem que a própria sociedade lhes possa, em rigor, pedir contas, quando é à sociedade que êles as deveriam pedir por os lançar ao desprêzo ...».

Aqui fica repetido o grito de há TRINTA anos!

A ORDEM TERCEIRA

NA ADMINISTRAÇÃO DA OFICINA ASILO DO MENINO DEUS

JÁ vimos no Decreto N.º 19.308, publicado no DIÁRIO DO GOVÊRNO de 4 de Fevereiro de 1931, que a Ordem Terceira está obrigada a restabelecer o funcionamento da Oficina-Asilo. (Lá lê-se, por êrro, Escola-Asilo).

E não se esquece essa obrigação, sob todo o ponto de vista moral e cristão: por que é indispensável recolher os rapazes vadios, educá-los, morigerá-los pelo trabalho, dar-lhes rumo de vida, aplicar-lhes a actividade, ensiná-los: moral e profissionalmente.

É um dever, *de todos*, nesta hora de fé numa sociedade melhor! Nesta hora de Progresso na ciência, nas artes — em tudo!

Educar, morigerar, instruir . . . — fazer do homem o HOMEM que trabalha, que produz, — o chefe exemplar da Família, o grande impulsionador da máquina produtiva, o Soldado atento à defesa da terra sagrada da Pátria . . .

EDUCAR é nesta hora um Dever indeclinável, intransmissível, dever que se não engeita, que se não esquece . . .

Apenas *sòmente* nós não podemos dar-lhe cumprimento, no que toca à reconstituição da Oficina-Asilo! Damos-lhe o nosso trabalho, o nosso concurso talvez o mais pesado e difícil, que é administrar, dirigir.

Erguernos-êmos sôbre a nossa humildade de Terceiros Franciscanos para realizar o que nos compete nesta empresa de bem social e moral!

AJUDEM-NOS!

Quando, em 30 de Junho de 1929 foram encerradas as contas e relacionados os valores entregues à Ordem Terceira pela Comissão Administrativa do Recolhimento e Asilo do Menino Deus, verificou-se que a Conta de Fundo da Oficina Asilo do Menino Deus estava constituída por:

Valores inventariados, Escudos	12.517\$51,5
--	--------------

Porém, no dia 30 de Junho dos anos seguintes, essa conta de fundo achava-se elevada.

Em 30 de Junho de 1930, a Escudos	12.695\$56,5
Em 30 de Junho de 1931, a Escudos	34.901\$15,5
Em 30 de Junho de 1935, a Escudos	38.341\$95,5

O aumento verificado é devido a que foram adicionados ao capital: 10 contos, donativo da Ex.^{ma} Snr.^a D. Rosa do Vale Ferreira, recebido em 11 de Abril de 1930: e o doado pelo finado snr. Conde de Agrolongo, de outros 10 contos, entrado em 29 de Maio de 1930: e rectificação de valores em papéis de crédito.

A seguir se insere o competente mapa do movimento dêstes capitais.

MAPA DOS FUNDOS DA OFICINA

Por aqui se verifica que a Ordem Terceira quer o restabelecimento da Oficina-Asilo. E quando veremos realizado êste desejo?

— Será quando todos quiserem! Ajudem-nos!

Fundos da Oficina-Asilo do Menino Deus

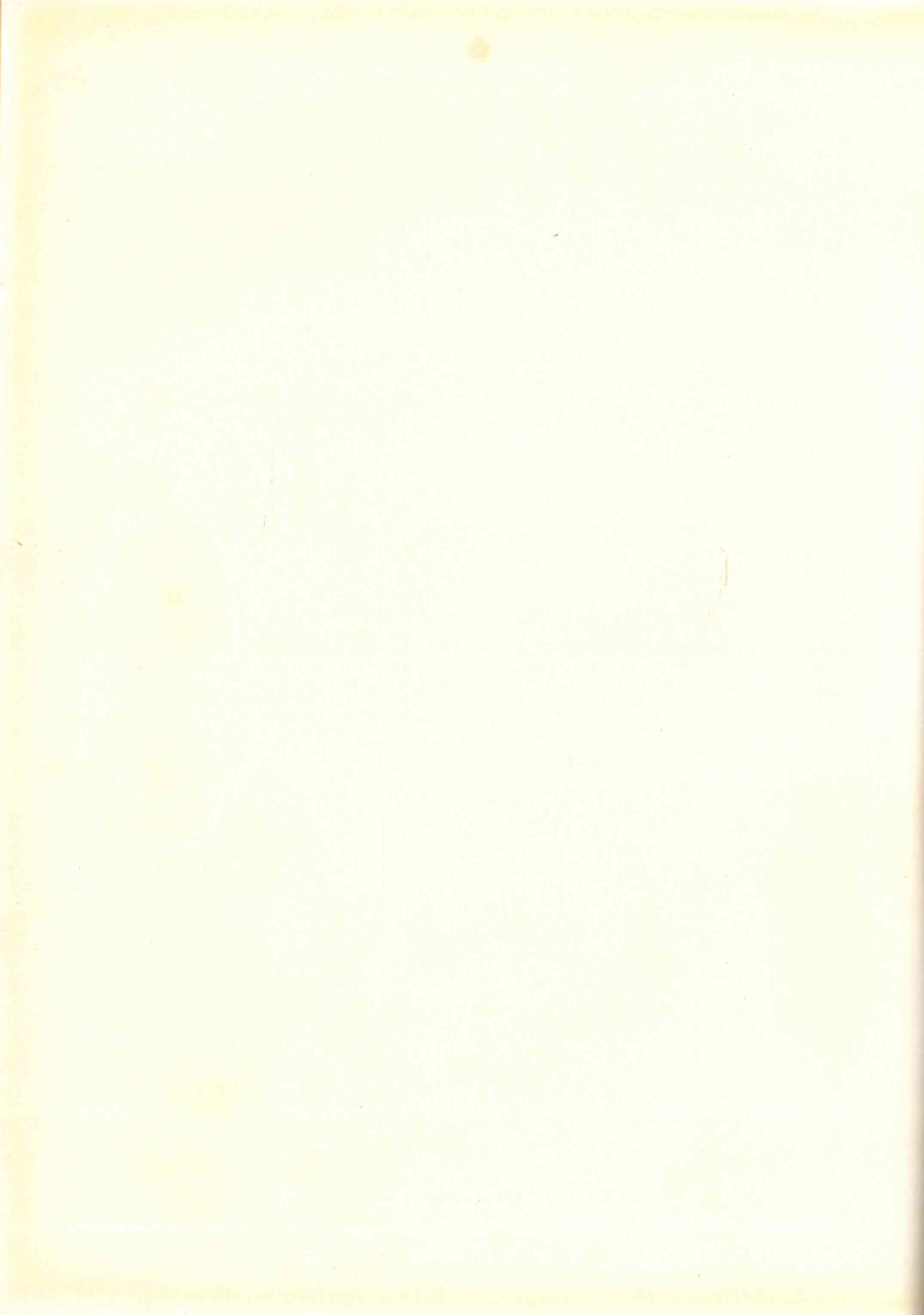
		Mutuado por hipoteca	Papéis de Crédito	Saldos em dinheiro	Total dos fundos
Em 30 de Junho de	1929	1.590\$00	3.624\$00	7.303\$51,5	12.517\$51,5
	1930	1.590\$00	3.624\$00	7.481\$56,5	12.695\$56,5
	1931	1.590\$00	33.285\$60	25\$55,5	34.901\$15,5
	1932	1.590\$00	33.285\$60	25\$55,5	34.901\$15,5
	1933	1.590\$00	33.285\$60	25\$55,5	34.901\$15,5
	1934	1.590\$00	33.285\$60	25\$55,5	34.901\$15,5
Em 31 de Dezembro de	1935	1.590\$00	36.726\$40	25\$55,5	38.341\$95,5



SOPA DOS POBRES — Distribuição da Sopa



SOPA DOS POBRES — Outra distribuição da Sopa



A ORDEM TERCEIRA

NA ADMINISTRAÇÃO DA SOPA DOS POBRES

Como se disse já, a Sopa dos Pobres foi fundada pela Associação Comercial de Barcelos, numa época em que a mendicidade crescia de dia para dia.

As ruas da nossa terra, quasi já tanto como actualmente, andavam pejadas de mendigos, pelo menos aos sábados e dias de feira.

Foi, a sua criação, a primeira tentativa *séria* para se resolver o problema local da mendicidade.

Houve o louvabilíssimo intuito de obter-se que as pessoas que aos sábados dão normalmente esmolas aos pobres, que deixassem de o fazer, e que a quantia que assim distribuíam a dessem à administração da Sopa dos Pobres.

Quem escreve é de parecer que êsse é ainda, verdadeiramente, o melhor meio de se acudir aos pobres efectivamente indigentes, e evitar-se o desconsolador aspecto das nossas ruas em dias de sábado.

Pelo cadastro da Sopa dos Pobres e pelos que possuem as Conferências de S. Vicente de Paula (Homens e Senhoras) e pelo que conhecem as autoridades administrativas, já é possível conhecerem-se os que, na verdade, têm necessidade de mendigar o indispensável ao seu sustento.

O objectivo da Associação Comercial de Barcelos, está ainda na ordem do dia: e todos têm de compenetrar-se de que é êsse ainda o meio de se resolver, ou de pelo menos atenuar, o grave problema da mendicidade local.

Em 30 de Junho de 1932, a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco assumiu a administração, direcção e gerência da Sopa dos Pobres, em virtude do que consta do documento que em seguida se reproduz:

« A administração, direcção e gerência da instituição denominada *Associação das Pessoas de Caridade*, com sede nesta cidade de Barcelos, constituída nos termos dos Estatutos aprovados por Alvará do Ex.^{mo} Governador Civil dêste distrito, de 21 de Novembro de 1929, e constituída, nos termos dos referidos Estatutos pelo Pároco desta cidade de Barcelos, por um delegado da instituição denominada SOPA DOS POBRES que é o Presidente da Associação Comercial de Barcelos, por um delegado da instituição denominada Pão dos Pobres de Santo António, que é João de Sousa, por um delegado da instituição denominada Conferência de S. Vicente de Paula, que é o sr. António Pereira da Quinta, por um delegado da Associação das Senhoras de Caridade que foi a finada

Sr.^a D. Henriqueta Azevedo e que está substituída pela Senhora sinatária, e por dois delegados da Comissão de Repressão da Mendicidade de nomeação da Autoridade Administrativa, que são os Srs. Dr. Teotónio José da Fonseca e tenente João de Sousa Nunes, entidades a quem pelos artigos 8.º, 9.º e 10.º dos referidos Estatutos estão conferidos e reconhecidos todos os poderes e atribuições e pelo art.º 13.º também os poderes e atribuições de resolver sobre todos os casos omissos :

Considerando, sob proposta do seu vogal João de Sousa, como delegado do Pão de Santo António e da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, que é :

1.º — Que a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco está em diploma legal reconhecida como corporação de Assistência e que, de facto, ela está exercendo em Barcelos as funções de corporação de Assistência, quer administrando e gerindo o Recolhimento e Asilo do Menino Deus, quer administrando e gerindo o Pão dos Pobres de Santo António e as Creches D. António Barroso ultimamente criadas por ela ;

2.º — Que a Sopa dos Pobres, em tempos criada pela Associação Comercial de Barcelos e que foi integrada nesta Associação das Pessoas de Caridade tem sido ultimamente cozinhada e distribuída no edifício do Recolhimento e Asilo, tendo sido a sua administração e gerência mais da administração e gerência da Venerável Ordem Terceira do que desta Comissão ;

3.º — Que não há, portanto, necessidade nem conveniência de estarem a dividir-se actividades e de estarem a distinguir-se serviços de administração e de contabilidade, convindo antes agrupar sob a mesma administração e gerência tôdas as instituições de Assistência similares às que já estão a cargo da Ordem Terceira, quando de finalidade e objectivo idênticos, no que até se fará maior economia e se tornará mais eficaz e disciplinada a distribuição de auxílios aos pobres, atendendo mesmo à circunstância de por uma só organização se conseguir melhor resultado na distribuição dos subsídios ;

4.º — Que já há mais de um ano a administração e gerência desta Associação das Pessoas de Caridade tem sido quasi que somente exercida pelo vogal-delegado do Pão de Santo António, João de Sousa, que tem pago tôdas as despesas e cobrado tôdas as receitas, tendo-lhe estado entregues todos os valores e fundos desta Associação, a que se juntaram os que em três de Outubro do último ano possuía a Sopa dos Pobres e estavam em poder do Tesoureiro da Associação Comercial ;

5.º — Que sendo objectivo da Venerável Ordem Terceira criar uma Sopa Económica a benefício das famílias sem recursos, de operários que não ganhem o suficiente para sustento de sua família ou que estejam desempregados, que funcionará no edifício do Recolhimento e Asilo do Menino Deus, e entendendo-se que a Sopa dos Pobres pode beneficiar dessa organização, por poder ser a mesma a cozinha e o mesmo pessoal de serviço ;

6.º — Que estando, portanto, a referida Venerável Ordem Terceira de S. Francisco a preencher já os fins que se tiveram em vista atingir com a criação da Associação das Pessoas de Caridade, e que sendo já essa Venerável Ordem considerada de Assistência Pública e tendo personalidade jurídica e administrativa oficial e legalmente reconhecida, desnecessária se torna a existência de mais uma instituição com fins e objectivos análogos aos que praticamente está exercendo a referida Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, serviços de Assistência que essa Venerável Ordem tem vindo alargando com resultados práticos ;

Esta Comissão de administração, de direcção e gerência da Associação das Pessoas de Caridade, que está legalmente constituída pelos sinatários e no uso dos plenos poderes

que os Estatutos lhe conferem e em representação das entidades que êsse mandato lhe conferiram, afirmando o intuito de pela Venerável Ordem Terceira de S. Francisco ser mantido e realizado o objectivo que se pretendeu atingir com a criação da Associação das Pessoas de Caridade, resolveu pela presente acta o seguinte :

a) Declarar dissolvida a Associação das Pessoas de Caridade e confiar à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco desta cidade o encargo da realização dos objectivos que se tiveram ao ser criada esta instituição, ficando a mesma Venerável Ordem obrigada a não aplicar a outro fim os rendimentos e dinheiros que lhe são entregues.

b) Que os documentos e livros das contas da administração e gerência desta instituição agora dissolvida, encerrados nesta data, sejam entregues à Comissão-Delegada do Definitório Geral da dita Venerável Ordem Terceira, como sua representante legal que é, bem como os saldos da conta de receita e despesa existentes nesta data que estão em poder do delegado do Pão dos Pobres de Santo António, João de Sousa.

Por êle João de Sousa foi dito que assumia, como assume, inteira responsabilidade das contas nesta data encerradas e dos saldos que elas accusam, que estão em seu poder, isto é, de todos os actos até ao presente praticados pela administração que tem exercido da Associação das Pessoas de Caridade, com ou sem conhecimento dos membros da Comissão Administradora ou da Comissão Executiva da mesma, nomeada por acta também avulsa de vinte de Dezembro de mil novecentos e trinta, declarando mais que o saldo com que nesta data fecha a conta de receita e despesa e que representa todos os haveres da Associação das Pessoas de Caridade com excepção de marmitas fornecidas aos pobres e dos móveis de cozinha e de refeitório que por esta Associação foram pagos e estão no edificio do Recolhimento e Asilo do Menino Deus, é de cinquenta e cinco mil trescentos oitenta e três escudos noventa e quatro centavos (Esc. 55.383\$94), que entregará à administração da Venerável Ordem Terceira, com o destino de ser mantido o funcionamento da Sopa dos Pobres e dos mais fins consignados nos Estatutos com que se fundou a Associação das Pessoas de Caridade, objectivo que será mantido pela Ordem Terceira que, em capítulo e título especial do seu orçamento ordinário, inscreverá receitas e despesas previstas com a realização dêsses objectivos.

Barcelos, 30 de Junho de 1932. »

¿ Como tem a Ordem Terceira procurado satisfazer os fins que tiveram diante do pensamento ao ser criada a Associação das Pessoas de Caridade?

« 1.º — Cooperar com os organismos de assistência pública, já criados ou que se venham a criar, quer de carácter oficial quer de carácter particular, ainda que sob a categoria de devoções, no sentido de ser prestada eficaz assistência às pessoas ou famílias pobres, devendo êsse auxílio ser prestado tam recatadamente quanto possível.

« 2.º — Aceitar de bem-feitores e das entidades ou organismos oficiais, a título de esmola, de donativo, de doação ou legado, ou por qualquer outro título, auxílios em dinheiro, em géneros alimentícios, em roupas, etc.

« 3.º — Distribuir êsses donativos pelos pobres mais necessitados, pela forma que a Comissão Directora ache mais conveniente e útil a êsses

pobres, quer por si mesma, quer encarregando dessa distribuição pessoa ou pessoas dedicadas ao serviço dos pobres.

« 4.º — Praticar todos e quaisquer actos que representem socorro aos pobres, especialmente aos impossibilitados de trabalhar por doença física ou mental, sempre que êsses pobres não tenham outros recursos nem assistência de pessoa de família, de monte-pios, de associações de socorros mútuos, etc.

« § Único — Para dar satisfação aos fins desta instituição, os subsídios aos pobres serão especialmente dados em pão de milho e centeio, sopa ou outra forma de alimentação cozinhada, e, se fôr caso disso, em géneros alimentícios não cozinhados, em roupas e dinheiro. »

É sem dúvida missão muito difícil, muito contrariadora, e pode-se dizer que muito ingrata — distribuir esmolas!, atender pedintes . . . É porém muito fácil e muito consolador — distribuir a Caridade!

A CARIDADE — virtude cristã: a CARIDADE, essência de todo o apostolado franciscano: a CARIDADE, alimento de tantas almas esquecidas da sua existência;

Não é entendida a Caridade no seu sentido mais nobre, no seu significado mais alto, no seu objectivo mais justo!

A mendicidade quasi que se tornou modo-de-vida, indústria e comércio, e nem sempre são aquêles que pedem, que mendigam, que choram, que lamuriam e rezam às portas, os que mais fome têm . . . Quantos sabem curtir, com abnegação e espírito sofredor, a dentro da choupana que habitam, as dores cruciantes da fome, o amargor de uma doença que rói instante a instante o arcaboço mais forte!

Quantos que não pedem! Quantos que não esmolam! Quantos que não choram! Quantos que não aparecem a ninguém, sofrem o seu calvário de amargura e esgotam o derradeiro alento da vida — envergonhados da sua miséria, não se atrevendo a bater à porta de ninguém!

E a caridade dos homens não vê êsses! E as bôlsas cheias de oiro escondem-se-lhes! . . .

Dar de comer a quem tem fome, sim! Mas serão os profissionais da *pedinchice*, serão os que adquiriram o hábito de pedir, serão os que andam de porta em porta, aquêles que primeiro devem ser socorridos?

Vamos adiante!

Através da Sopa dos Pobres têm-se distribuído muitas esmolas. Têm sido, em média, 130 refeições diariamente distribuídas a pobres julgados indigentes, embora aos ouvidos chegue por vezes a informação de que um ou outro beneficiado *vendera* a sopa que lhe foi *dada por Caridade*, que outro a *dera* aos porcos, e que outro a *dera* às galinhas . . .

Somos, felizmente, daquêles que nem sequer tentaram averiguar se alguma verdade existe acerca de tais notícias, tal é a repulsa que tem a nossa consciência em admitir que haja quem de tal modo proceda, sabendo que anda no mundo tanto faminto que até aos cestos do lixo vai procurar migalhas de pão! . . .

Com a sopa têm sido fornecidas rações de pão de milho e centeio, o que tem avolumado extraordinariamente os encargos: e, daí, o aumento considerável das despesas com este serviço de assistência aos pobres.

Sentimos que é dever dizer aqui duas palavras de exortação às pessoas que não têm tam duro o coração, que não compreendam que é dever imperioso cuidar de se resolver o sério problema da mendicidade — ou, dizendo melhor — o grave problema da indigência pública — e privada.

Achamos necessário que se habilite a Ordem Terceira a poder acudir, através da sua já grande obra de assistência, através, principalmente da Sopa dos Pobres, às famílias que mais necessidade têm de ser socorridas, principalmente quando o inverno, avolumando a falta de trabalhos, faz aumentar a miséria nos lares.

Há os indigentes de sempre, que o são de todos os dias do ano, — mas há quadras do ano em que os que sempre querem trabalhar e que estão habituados a sustentar a sua casa de família pelos recursos dos salários que auferem, se vêem assaltados pela falta de trabalho que escancara as portas do seu lar à fome!

Organize-se, de maneira prática, a Assistência às classes pobres, e que contribuam para ela, com dinheiro ou géneros, por forma efectiva, os que podem e devem dar!

Procure-se executar, com a colaboração e cooperação de *todos*, o programa que ficou esboçado na constituição da Associação das Pessoas de Caridade, por que achada estará, aí, a solução do nosso problema da mendicidade . . .

SOPA DOS POBRES

Damos, em seguida, uma relação das pessoas e das quantias recebidas, nos anos de 1933 a 1935, — de contribuição voluntária para a sustentação da «Sopa dos Pobres».

Verificou-se, perante êsses elementos, que o mapa da cobrança acusa a contribuição de Esc. 4.288\$80 — e que no mapa seguinte, que mostra receitas e despesas da Sopa dos Pobres, a rubrica de — Mensalidades de Bem-feitores, nos três anos se acusa a entrada de Esc. 5.186\$40.

Existe, portanto, uma entrada de mais Esc. 897\$60 que aquela que deveria ter sido.

Esta diferença provém do facto de a cobrança corresponder a anos civis (Janeiro a Dezembro) e as contas haverem sido organizadas por anos económicos (Julho a Junho).

Nos anos seguintes o pagamento das cotas deverá corresponder às entradas em caixa, visto que já o ano de 1936, por disposição legal, é contabilizado de Janeiro a Dezembro.

Entretanto, podemos afirmar que as quantias entradas e indicadas, num e noutro mapa, correspondem à verdade dos recebimentos.

PARA FECHAR ÊSTE CAPÍTULO

A função da «Sopa dos Pobres» não tem sido compreendida no nosso meio.

Há, infelizmente, quem entenda que os pobres — devem ser sustentados e socorridos pelos outros, e que êsses outros é que devem dar para acabar a mendicidade pública, para que os pobres não incomodem quem passa ou quem está sossegadamente a conversar...

E não falta, também, quem indique que dá para a Sopa dos Pobres e que, portanto, que vão lá...

As pessoas que contribuíram para a Sopa dos Pobres foram relacionadas e indicadas as quantias cobradas. ¿Poderá, com essa contribuição, sustentar-se a Sopa dos Pobres?

Acrescenta-se a essa contribuição a importância dos donativos feitos à mesma instituição, mapa que também se dá — e vejam se tudo isso é suficiente para dar, diàriamente, uma refeição (sopa e pão de milho) aos pobres.

¿Terá que fechar a Sopa dos Pobres — só por falta de recursos?

Que meditem no caso aquêles que têm dever moral de fornecer alimentação aos que não têm meios — e vivem, sabe Deus como, amarfanhados pela miséria...

Sopa dos pobres — cobrança em 1933, 1934 e 1935

	Nomes	Ano de 1933	1934	1935
1	D. Amélia Sá Carneiro	30\$00	30\$00	30\$00
2	Antéro de Faria	12\$00	12\$00	12\$00
3	António Joaquim Ferreira	24\$00	24\$00	24\$00
4	António da Cruz Pereira	30\$00	30\$00	30\$00
5	António Martins da Fonseca Furtado	6\$00	6\$00	6\$00
6	D. Antónia Pais de Faria	6\$00	6\$00	6\$00
7	Armazéns de S. Tiago, L. ^{da}	168\$00	168\$00	168\$00
8	Arnaldo Salazar.	12\$00	12\$00	12\$00
9	D. Aurora Lino de Moura	30\$00	30\$00	30\$00
10	Avelino Aires Duarte	6\$00	6\$00	6\$00
11	Avelino Gomes de Sousa	30\$00	60\$00	60\$00
12	Camilo Ramos	12\$00	12\$00	12\$00
13	Cândido Gonçalves Pereira	30\$00	30\$00	30\$00
14	Capitão José Mendes Alçada	12\$00	12\$00	12\$00
15	Emídio Joaquim Rodrigues	12\$00	12\$00	12\$00
16	D. Paulina Vieira	6\$00	6\$00	6\$00
17	Fernando Cardoso d'Albuquerque	12\$00	12\$00	12\$00
18	Francisco Aguiar	90\$00	120\$00	120\$00
19	Dr. Francisco Rodrigues Tôrres	120\$00	120\$00	120\$00
20	Francisco Paula dos Santos	12\$00	12\$00	12\$00
21	Ilídio Martins Moreira	12\$00	12\$00	12\$00
22	João Carlos Coelho da Cruz	12\$00	12\$00	12\$00
23	João Duarte Veloso.	120\$00	120\$00	120\$00
24	João de Sousa.	60\$00	60\$00	60\$00
25	P. ^e João Vilas Boas	12\$00	12\$00	—
26	P. ^e Joaquim Alexandre Gaiolas	12\$00	12\$00	12\$00
27	José Barbosa Ferreira Dias	50\$00	50\$00	50\$00
28	José Gomes de Sousa	12\$00	12\$00	12\$00
29	José Terroso	6\$00	6\$00	6\$00
30	José Miranda Bernardo Pereira	30\$00	30\$00	—
31	Dr. José Gomes de Matos Graça	12\$00	12\$00	12\$00
32	Luiz Carvalho	12\$00	—	12\$00
33	Luiz Fernandes Pinheiro	30\$00	30\$00	30\$00
34	Manuel Ribeiro	12\$00	—	—
35	Manuel Joaquim Ferreira	12\$00	12\$00	12\$00
36	Manuel Cardoso Albuquerque	12\$00	12\$00	12\$00
37	Manuel Alves Pereira	30\$00	30\$00	30\$00
38	Dr. Miguel Fonseca	60\$00	60\$00	30\$00
39	D. Maria Fernandes	6\$00	6\$00	6\$00
40	D. Maria Basto	12\$00	12\$00	12\$00
41	Mateus Lopes dos Santos	3\$60	3\$60	3\$60
42	Oscar Alçada	30\$00	30\$00	30\$00
43	D. Rosa Coelho da Costa	12\$00	12\$00	12\$00
44	Tomaz José de Araújo & C. ^a , L. ^{da}	36\$00	36\$00	36\$00
45	D. Elisa Sousa (20 escudos por mês)	90\$00	240\$00	240\$00
	Cobrado Esc.	1.265\$60	1.541\$60	1.481\$60

Relação dos donativos feitos à Sopa dos Pobres, nos exercícios
de 1932-33, 1933-34 e 1934-35 (18 meses)

Recibos	BEM-FEITORES em 1932-33	Quantias
10	D. Maria do Carmo da Cunha Barreto Alão	25\$00
11	Administrador do Concelho	33\$00
13	Recolhido pela Directora	37\$85
23	Caixa do Pão dos Pobres	533\$60
28	Encontrado na Companhia Editora do Minho.	\$50
32	Dr. Artur Maciel Faria Machado	100\$00
62	Anónimo (J. R.)	40\$00
65	Caixa do Pão dos Pobres	115\$00
70	Recolhido pela Directora	70\$00
77	Conselheiro Sá Carneiro (em milho)	250\$00
79	Caixa do Pão dos Pobres	62\$35
84	D. Maria Ant. ^a da Silva Alcoforado (milho)	250\$00
86	Anónimo (J. R.)	40\$00
86 A	António Joaquim Ferreira	50\$00
93	Caixa do Pão dos Pobres	252\$70
104	Anónimo	50\$00
106	Caixa do Pão dos Pobres	244\$80
116	Anónimo	85\$00
118	Uma mulher da aldeia	62\$50
119	Caixa do Pão dos Pobres	84\$15
130	» » » » »	103\$65
132	Anónimo (J. R.)	45\$00
133	Caixa do Pão dos Pobres	159\$95
139	Anónimo (J. R.)	40\$00
143	O mesmo.	40\$00
151	Caixa do Pão dos Pobres	109\$30
152	Recolhido pela Directora	25\$00
153	» » »	50\$00
163	Anónimo	20\$00
164	»	5\$00
165	» (J. R.)	40\$00
166	»	250\$00
174	Encontrado no estabelecimento do sr. M. ^{el} L. Ferreira J. ^{or}	20\$00
175	D. Maria Antónia da Silva Alcoforado (em milho)	250\$00
177	D. Maria do Carmo e D. Sofia Barreto Alão	15\$00
180	Anónimo (J. R.)	40\$00
182	Caixa do Pão dos Pobres	216\$85
184	» » » » »	265\$00
186	» » » » »	265\$60
	Escudos	4.346\$80

Recibos	BEM-FEITORES em 1933-34	Quantias
8	D. Maria do Carmo e D. Sofia Barreto Alão	50\$00
9	Anónimo (J. R.)	70\$00
19	D. Maria Monteiro (Quelimane	300\$00
28	Anónimo	100\$00
46	»	150\$00
47	D. Maria Monteiro (Quelimane)	100\$00
53	Caixa do Pão dos Pobres	644\$40
60	Anónimo (« Sheyok »)	50\$00
62	D. Maria Monteiro (Quelimane)	100\$00
73	Caixa do Pão dos Pobres	254\$50
87	Recolhido pela Directora	50\$00
89	» » »	18\$00
96	Junta Geral do Distrito	500\$00
116	Caixa do Pão dos Pobres	360\$00
133	Anónimo (J. R.)	50\$00
141	P. ^e Daniel Miranda	1.000\$00
148	D. Maria Monteiro (Quelimane)	200\$00
152	Recolhido pela Directora.	86\$10
156	» » »	55\$25
173	Caixa do Pão dos Pobres	1.480\$70
Escudos		5.618\$95

Recibos	BEM-FEITORES em 1934-35 (até 31 de Dezembro)	Quantias
4	Caixa do Pão dos Pobres	194\$90
7	» » » » »	142\$55
34	Família D. Tereza de Jesus Pereira de Sousa	50\$00
39	Anónimo (J. R.)	50\$00
45	Câmara Municipal	500\$00
46	Administrador do Concelho	500\$00
53	Anónimo (J. R.)	50\$00
71	» »	40\$00
72	» »	50\$00
74	D. Alcina Ferreira Cardoso.	200\$00
83	Recolhido pela Directora	334\$00
84	Anónimo	3\$00
92	D. Ana Tôrres.	25\$00
94	Câmara Municipal	2.000\$00
97	Anónimo (J. R.)	50\$00
101	» »	60\$00
103	António Portela (e mais 10\$00 para missa).	90\$00
110	Recolhido pela Directora	75\$00
112 A	Avelino Aires Duarte	5\$00
118	Anónimo	10\$00
131	» (J. R.)	50\$00
132	Alferes Castelo Grande	4\$00
136	Anónimo (J. R.)	50\$00
133	Caixa de Pão dos Pobres (Set.º de 1934 a Agosto de 1935) .	2.304\$65
160	Família Félix Barbosa	300\$00
163	Anónimo	50\$00
175	Manuel dos Anjos Lebreiro.	20\$00
179	Administrador do Concelho.	800\$00
180	Câmara Municipal	200\$00
200	Recolhido pela Directora	10\$00
204	» » »	10\$00
208	Caixa do Pão dos Pobres (Set.º a Dez.º)	452\$25
209	Junta da Freguesia de Barcelos	200\$00
	Escudos	8.880\$35

Mapa que demonstra as receitas arrecadadas e as despesas efectuadas pela Sopa dos Pobres nos exercícos de 1932-33 a 1934-35 (êste de 18 meses)

RECEITAS	1932-33	1933-34	1934-35
Recebido do « Pão de Santo António »	4.161\$48	—	—
Juros de 758 obrigações da Câmara	2.274\$00	1.137\$00	4.548\$00
Mensalidades de bem-feitores	1.444\$60	1.419\$60	2.322\$20
Esmolas e donativos	4.346\$80	5.618\$95	8.880\$35
Recebido da Associação das Pessoas de Caridade . . .	17.483\$94	—	—
Juros de dinheiro depositado	743\$05	—	—
Obrigações da Câmara, vendidas	—	—	37.900\$00
Saldos	—	8.758\$34	—
	30.453\$87	16.933\$89	53.650\$55

DESPESAS	1932-33	1933-34	1934-35
Alimentação a indigentes.	18.265\$53	13.251\$89	28.851\$30
Subsídios a indigentes	730\$00	650\$00	900\$00
Instalações	30\$00	542\$00	680\$80
Pessoal e cobrador.	2.670\$00	2.490\$00	3.780\$00
Pão de milho fornecido em 1933-34	—	—	11.221\$56
Saldos	8.758\$34	—	8.216\$89
	30.453\$87	16.933\$89	53.650\$55



CRECHE D. ANTÓNIO BARROSO — (Sexo masculino)



CRECHE D. ANTÓNIO BARROSO — (Sexo feminino)

CRECHES D. ANTÓNIO BARROSO

QUE bela tarde, a de 13 de Junho de 1932! Que festa tam simples, tam modesta, mas tam alegre e comovente — a da inauguração das Creches D. António Barroso! Presidiu-a o Venerando Bispo de Angra Senhor D. Guilherme da Cunha Guimarães — e em frente à Mesa da presidência, o busto que serviu de modelo fiel à estátua de D. António Barroso, o Bispo nascido na vizinha freguesia de Remelhe, Apóstolo de Cristo na obra civilizadora e cristininiizadora das nossas colónias, o grande amigo das criancinhas e protector dos mais pobres — O que pobre viveu e muito pobre morreu, por que tudo dava aos que não tinham!

Poucos adultos estavam na salazita onde a festa inaugural se fez. Mas estavam lá, já em número avantajado, as primeiras criancinhas admitidas nas Creches, a sorrirem de alegria, a receberem com a alma em festa, aquela protecção amiga da Caridade feita amor e escola, feita religião e carinho!

Aquêlê ar de carinho inimitável, aquela expressão de santidade e de beleza de alma, aquêles lábios entreabertos em sorriso que o Artista deixou ficar no busto de D. António Barroso, pareciam chamar para bem junto de si aquelas criancinhas tam pobres de bens como ricas de inocência, e parecia dizer aos assistentes que era também ali, naquêles coraçõezinhos em flor, que estava Cristo a receber o fruto da Caridade que ensinara...

Algumas palavras do ilustre Bispo de Angra a dizer da sua satisfação, e mais algumas palavras de outros que não poderam calar aplauso à obra que se começava — e tudo foi a festa!

Algumas dezenas de escudos recolhidas nessa ocasião, e uma libra em oiro que foi dádiva do querlido Bispo de Angra — moeda que se conserva como recordação preciosa e como capital em ser de que só se disporá quando não haja mais nada a que recorrer para dar um pouco de pão às criancinhas mais pobres! — eis como começou a vida das Creches D. António Barroso...

E depois... foram admitidas mais crianças, e foi-se-lhes dando alguma coisa que alimentasse as mais pobrezinhas, e foi-se-lhes dando, a essas mais pobrezinhas, algumas peças de vestuário, e foi-se-lhes ensinando as primeiras letras, e foi-se-lhes ensinando a ler, a escrever e a contar, e foi-se-lhes falando de Deus, ensinando-se-lhes brinquedos, entretenimentos próprios à sua idade...

... e é vê-las agora, essas já quinze ou mais dezenas de criancinhas de ambos os sexos, formadas duas a duas, a passarem pelas ruas da cidade, a transmitir alegria e prazer da alma, consciências a formarem-se para a vida, homens e mulheres que hão-de ser na sociedade alguém que a illustre e dignifique — pelo trabalho e pela conduta...

Não se pode olhar indiferentemente esta obra de protecção à infância, nem se pode abstrair da necessidade de a continuar e intensificar.

As pátrias serão o que vierem a ser as crianças do nosso tempo. A sociedade terá a influência da educação que hoje fôr dada a essas crianças — e gravíssima responsabilidade pesa sobre todos que não lançarem um olhar de atenção para o futuro, e previnam esse futuro aos seus...

Temos que educar! Temos de contribuir, por dever moral e patriótico, para que a sociedade futura saiba ser *praticamente* cristã e *praticamente* amante da sua pátria, fora e dentro dos seus lares de família!

Quantas desgraças vão pelo mundo... por que homens e mulheres se desviaram dos Mandamentos!...

Quantas lutas, quantos conflitos de ideas, e quantos crimes andam a agitar paixões teria evitado a sociedade — se ela andasse informada de verdadeiro espírito cristão, se ela fôsse, ao menos, temente a Deus!

Atribuí-se a um historiador grego, que vivera antes de Cristo, a frase de que «um homem pouco difere de outro homem, mas aquêlê que recebeu da educação a coragem necessária para superar os maiores obstáculos há-de infalivelmente sobressair». E Bossuet, célebre orador e escritor francês, afirmou que «a primeira e a melhor educação possível é a religiosa».

Mas não precisamos de ir lá fora buscar ensinamentos: têmo-los cá dentro do nosso País, em tantos vultos da História, num Nuno Álvares, numa Rainha Santa Isabel...

E temos a própria consciência, a própria noção do dever moral e cívico, a dizer que sem boa educação não haverá boa sociedade.

A nossa obra das Creches D. António Barroso é, como obra de protecção à infância, também uma obra de preparação da sociedade futura.

Mas não é bem nossa esta obra tam cheia de beleza moral e cívica.

Ela pertence mais às Franciscanas de Missionárias de Maria, dedicadas protectoras da infância e desveladas protectoras dela. E quanto mais pobre, quanto mais carecida de cuidados e quanto mais abandonada de carinhos fôr essa infância — aí a acção das Missionárias é mais incansável e mais zelosa!

Quem, que não fôsem almas e corações que se entregassem livremente ao serviço de Deus seria capaz e teria paciência em aturar tam elevado número de crianças?

Talvez devessemos dar publicidade à lista das pessoas que, mensalmente, contribuem com quantias para a sustentação da grande obra social que são — as nossas Creches.

Muitas ficariam mal-dispostas por darmos publicidade às quotas com que contribuem, — e outras não levariam a bem o apregoamento da sua generosidade.

Preferimos omitir essas relações.

Apenas damos publicidade à lista dos donativos e ao mapa das contas de receita e despesa — e damos relação das crianças que têm passado pelas Creches e que já saíram, das que ali estão presentemente, tam completo quanto foi possível organizá-lo.

São, as Creches, uma obra que merece carinho e que merece certa atenção — moral e patriótica.

A sua finalidade não se encarece — mas deve louvar-se o seu objectivo.

Estamos no momento em que todos devem contribuir quanto possam, — para dar a Portugal bons portugueses, em todo o seu sentido moral e nacional.

**Relação dos donativos feitos às Creches D. António Barroso, nos anos
de 1932-33, 1933-34 e 1934-35 (18 meses)**

Recibo	BEM-FEITORES	Quantias
Em 1932-33:		
59	No acto da inaug., além de uma libra em ouro que se conserva.	635\$00
69	Recolhido pelo Sr. P. ^e J. A. Gaiolas	564\$00
71	» pela Directora	103\$00
89	» » »	11\$60
90	» » »	70\$00
111	Anónimo	50\$00
137	»	10\$00
154	Recolhido pela Directora	120\$55
176	D. Maria Antónia da Silva Alcoforado.	100\$00
»	Anónimo	50\$00
178	Hilário Barreiros	50\$00
»	Abade de Lustosa.	20\$00
»	Conselheiro Sá Carneiro	100\$00
»	D. Maria do Carmo e D. Sofia Barreto Alão	25\$00
	Escudos	1.909\$15
Em 1933-34:		
13	Administrador do Concelho	50\$00
17	» » »	50\$00
27	Anónimo	100\$00
61	» (« Shyok »).	50\$00
69	Fernando Augusto de Andrade	20\$00
82	Recolhido pela Directora	10\$00
86	» » »	20\$00
125	Juros de obrigações da Câmara	12\$00
142	P. ^e Daniel de Miranda (legado).	500\$00
153	Recolhido pela Directora	170\$00
155	» » »	37\$20
	Escudos	1.019\$20
Em 1934-35 (18 meses)		
34	Família D. Tereza Jesus Pereira de Sousa	50\$00
56	D. Maria da Graça Silva Vasconcelos.	50\$00
159	Recolhido pela Directora	343\$90
175	Manuel dos Anjos Lebreiro	15\$00
201	Recolhido pela Directora	50\$00
205	» » »	50\$00
	Escudos	558\$90

Quotas mensais de bem-feitores das Creches D. António Barroso, recolhidas pelas respectivas colectoras, nos anos de 1932-33, 1933-34 e 1934-35 (18 meses)

BEM-FEITORES	Quantias
Em 1932-33:	
Entregue pela Colectora Snr. ^a D. Maria da Graça da Silva Vasconcelos, recibos n. ^{os} 12, 44, 66, 115, 129, 136, 156, 162 e 171	1.613\$00
Entregue pela Colectora Snr. ^a D. Joaquina Vieira, recibos n. ^{os} 16, 37, 113 e 138	1.800\$00
Entregue pela Colectora Snr. ^a D. Maria Fernanda Marinho, recibos n. ^{os} 63 e 121	254\$00
Escudos	3.667\$00
Em 1933-34:	
Entregue pela Colectora Snr. ^a D. Maria da Graça da Silva Vasconcelos, recibos n. ^{os} 10, 12, 27, 41, 56, 92, 106, 120, 136, 137, 147 e 160.	1.905\$50
Entregue pela Colectora Snr. ^a D. Joaquina Vieira, recibos n. ^{os} 76, 149 .	2.400\$00
Entregue pela Colectora Snr. ^a D. Maria Fernanda Marinho, recibo n. ^o 11.	209\$50
Escudos	4.515\$00
Em 1934-35 (18 meses)	
Entregue pela Colectora Snr. ^a D. Maria da Graça da Silva Vasconcelos, recibos n. ^{os} 1, 6, 21, 33, 41, 61, 69, 73, 90, 99, 105, 106, 127, 139, 144, 165 e 188	2.730\$00
Entregue pela Colectora Snr. ^a D. Joaquina Vieira, recibos n. ^{os} 64, 77, 108, 138 e 193	5.400\$00
Entregue pela Colectora Snr. ^a D. Maria Fernanda Marinho, recibo n. ^o 58.	226\$50
Entregue pela Colectora, Snr. ^a Directora do Recolhimento, recibo n. ^o 203.	107\$00
Escudos	8.463\$50

Mapa que demonstra as receitas e as despesas efectuadas pelas Creches D. António Barroso, nos exercícios de 1932-33, a 1934-35 (êste de 18 meses)

RECEITAS	1932-33	1933-34	1934-35
Esmolas e donativos	1.909\$15	1.019\$20	558\$90
Mensalidades de bem-feitores	3.667\$00	4.515\$00	8.813\$50
Receitas não previstas	—	—	12\$00
Saldos	—	849\$10	236\$60
	5.576\$15	6.383\$30	9.621\$00

DESPESAS	1932-33	1933-34	1934-35
Alimentação concedida às crianças	2.448\$50	3.121\$00	5.322\$00
Roupas e medicamentos	478\$55	200\$00	482\$55
Material de ensino	—	127\$90	511\$05
Pessoal	1.800\$00	1.800\$00	2.700\$00
Móveis e instalações	—	897\$80	185\$00
Saldos	849\$10	236\$60	420\$40
	5.576\$15	6.383\$30	9.621\$00

CRECHE D. ANTÔNIO BARROSO

(SEXO MASCULINO)

Números	N O M E S		S A I D A			A P R O V E I T A M E N T O		
	Admis- sões	Exis- tentes	Dia	Mês	Ano	Motivo da saída	Escolar	Religioso
Admitidos em 13 de Junho de 1932:								
1	—	—	—	—	—	—	—	—
2	—	—	—	—	—	—	—	—
3	—	—	—	—	—	—	—	—
4	—	—	—	—	—	—	—	—
5	—	—	—	—	—	—	—	—
6	—	—	—	—	—	—	—	—
7	—	—	—	—	—	—	—	—
8	—	—	—	—	—	—	—	—
9	—	—	—	—	—	—	—	—
10	—	—	—	—	—	—	—	—
11	—	—	—	—	—	—	—	—
12	—	—	—	—	—	—	—	—
13	—	—	—	—	—	—	—	—
14	—	—	—	—	—	—	—	—
15	—	—	—	—	—	—	—	—
16	—	—	—	—	—	—	—	—
17	—	—	—	—	—	—	—	—
18	—	—	—	—	—	—	—	—
19	—	—	—	—	—	—	—	—
20	—	—	—	—	—	—	—	—
21	—	—	—	—	—	—	—	—
22	—	—	—	—	—	—	—	—
23	—	—	—	—	—	—	—	—
24	—	—	—	—	—	—	—	—
25	—	—	—	—	—	—	—	—
26	—	—	—	—	—	—	—	—
27	—	—	—	—	—	—	—	—
28	—	—	—	—	—	—	—	—
29	—	—	—	—	—	—	—	—
30	—	—	—	—	—	—	—	—
31	—	—	—	—	—	—	—	—
32	—	—	—	—	—	—	—	—
33	—	—	—	—	—	—	—	—
34	—	—	—	—	—	—	—	—
35	—	—	—	—	—	—	—	—
36	—	—	—	—	—	—	—	—
37	—	—	—	—	—	—	—	—
38	—	—	—	—	—	—	—	—

Números		N O M E S	S A Í D A				A P R O V E I T A M E N T O	
Admis- sões	Exis- tentes		Dia	Mês	Ano	Motivo da saída	Escolar	Religioso
39	10	Antônio de Almeida Fernandes	—	—	—	—	—	—
40	—	Manuel Joaquim da Silva Fortes dos Santos	—	—	1932	—	—	—
41	11	Fernando Arnaldo Pimenta	—	—	—	—	—	—
42	—	Manuel Pimenta dos Santos	Setembro	—	1934	1934	2.ª classe	1.ª comunhão Fev.º 933
43	—	Alberto Magalhães Leite	»	»	1932	»	—	—
44	—	Francisco Pereira	»	»	»	»	—	—
45	—	Antônio do Nascimento Ferreira	»	»	1933	Escola	1.ª classe	1.ª comunhão Fev.º 933
46	—	Manuel Lamela dos Santos	»	»	»	»	Infantil	—
47	—	Alvaro Pereira da Silva	»	»	»	»	»	1.ª comunhão Fev.º 933
48	12	Manuel Fernandes da Costa	—	—	—	—	—	—
49	—	Fernando da Silva	Outubro	—	1932	—	—	—
50	—	Antônio da Silva Ferreira	»	»	»	—	—	—
51	13	Manuel Pereira da Silva Ferreira	—	—	—	—	—	—
52	—	Adelino Lopes	Outubro	—	1933	Escola	2.ª classe	1.ª comunhão Maio 933
53	—	Eugênio Gonçalves Ferreira	»	»	»	»	»	1.ª » » 933
54	14	Antônio Vicência da Costa	—	—	—	—	—	—
55	—	José Guilherme Fernandes	Outubro	—	1932	Escola	—	—
56	—	Antônio do Carmo	»	»	»	—	—	—
57	—	José Alves Vicência	—	—	—	—	—	—
58	15	Domingos Humberto da Silva	—	—	1933	Escola	—	—
59	—	João Baptista Cândido da Silva	—	—	—	—	—	—
60	16	Tomaz Gomes da Silva	—	—	1933	Escola	—	—
61	17	Américo Simões Martins	—	—	—	—	—	—
62	18	Joaquim de Oliveira Monteiro	—	—	—	—	—	—
63	—	Gaspar Ferreira Valverde	—	—	—	—	—	—
64	19	Vitor Manuel Pereira	Outubro	—	1932	Escola	—	—
65	—	Antônio Amorim Pereira da Silva	Setembro	—	1932	Escola	—	—
66	20	José Gonçalves	—	—	—	—	—	—
Admitidos no período escolar de 1932-33								
67	—	Manuel Pereira de Miranda Cibrão	Outubro	—	1932	Escola	—	—
68	—	Joaquim Campinho da Costa	»	»	»	»	—	—
69	—	Rodrigo Oliveira da Costa	»	»	»	»	—	—
70	—	João Duarte Pereira	»	»	»	»	—	—
71	—	Arménio Azevedo de Oliveira	»	»	»	»	Escola	—
72	—	Carlos Azevedo de Oliveira	»	»	»	»	Faleceu	—
73	—	Hermínio Pereira de Araujo	»	»	»	»	Escola	—
74	—	Antônio da Silva	»	»	»	»	—	—
75	21	Sebastião Evangelista do Carmo	—	—	—	—	—	—
76	—	João Evangelista do Carmo Ferreira	Setembro	—	1933	Escola	1.ª classe	1.ª comunhão Fev.º 933
77	—	José Francisco das Dores Martins	»	»	»	»	»	1.ª » » 933
78	22	João Martins Rodrigues	—	—	—	—	—	—
79	23	Henrique Pereira Alves	—	—	—	—	—	—
80	—	Antônio de Miranda Freitas	Outubro	—	1932	—	—	—
81	—	Antônio José da Costa	Julho	—	1935	—	1.ª classe	Regular

Números	N O M E S		S A Í D A				A P R O V E I T A M E N T O	
	Admis- sões	Exis- tentes	Dia	Mês	Ano	Motivo da saída	Escolar	Religioso
82	José Gomes de Lima .	.	—	Setembro	1933	—	Infantil	—
83	José Francisco Guimarães Soares	.	—	Dezembro	»	Lisboa	—	—
84	Alvaro Pereira Cardoso .	.	—	—	—	—	—	—
85	António Gonçalves da Silva	.	—	—	—	—	—	—
86	João Rodrigues Lourenço .	.	—	Outubro	1934	Escola	1.ª classe	1.ª comunhão
87	José Rodrigues .	.	—	»	1933	»	»	1.ª comunhão Fev.º 933
88	Daniel Gomes da Silva	.	—	Junho	1935	»	Infantil	Regular
89	João Gomes da Silva .	.	—	—	—	—	—	—
90	Manuel Dias Gomes .	.	—	Outubro	1933	Escola	1.ª classe	1.ª comunhão Maio 933
91	João Dias Gomes .	.	—	—	—	—	—	—
92	Henrique Marques Loureiro	.	—	—	—	—	—	—
93	Agostinho Marques Loureiro	.	—	—	—	—	—	—
94	António do Carmo Correia.	.	—	—	—	—	—	—
95	António de Jesus da Costa.	.	—	—	—	—	—	—
96	José Fernandes .	.	—	Outubro	1934	Escola	—	1.ª comunhão Junho 934
97	Francisco Martins da Silva.	.	—	—	—	—	—	—
98	Emílio Martins da Silva	.	—	—	1933	Ausente	—	—
99	Aurélio Domingos Araújo	.	—	—	1933	»	—	—
100	José Augusto da Silva	.	—	—	—	—	—	—
101	Manuel Dias Vale	.	—	—	1933	—	só freq. dois dias	—
102	José Domingues Dias .	.	—	—	»	—	»	—
103	João Dias da Silva	.	—	—	»	—	»	—
104	Amadeu Guedes .	.	—	—	—	—	—	—
105	Fernando dos Santos Monteiro	.	—	Outubro	1933	Escola	Infantil	—
Admitidos no período escolar de 1933-34								
106	Moutinho Ferreira da Silva	.	—	Outubro	1934	Escola	—	regular
107	António de J. dos Anjos Martins	.	—	»	»	»	—	—
108	Francisco de Assis Jesus Martins	.	—	—	—	—	—	—
109	Adelino José Pimenta .	.	—	—	—	—	—	—
110	Manuel Tomé de Araújo	.	—	—	—	—	—	—
111	António Felgueiras de Carvalho.	.	—	Outubro	1933	Escola	Infantil	—
112	Fernando Felgueiras de Carvalho	.	—	»	»	»	—	—
113	António Alves de Miranda .	.	—	—	—	—	—	—
114	António José Soares .	.	—	Novembro	1933	para Lisboa	Infantil	—
115	Manuel Fiuza de Melo .	.	—	—	—	—	—	—
116	António Dias da Silva.	.	—	—	—	—	—	—
117	José Mancelos Faria Coelho	.	—	—	—	—	—	regular
118	José Adolfo Barbosa Pereira G.	.	—	Outubro	1935	Braga	—	—
119	António Simões .	.	—	—	—	—	—	—
120	Guilherme Simões	.	—	—	—	—	—	—
121	Carlos Oliveira dos Santos.	.	—	—	—	—	—	—
122	António Pereira de Sousa .	.	—	Junho	1935	Escola	Infantil	—
123	António Gonçalves dos Santos	.	—	Fevereiro	1935	»	»	—
124	Manuel Serafim Rodrigues .	.	—	Junho	1935	—	Infantil	—

Números		N O M E S	S A Í D A				A P R O V E I T A M E N T O	
Admis- sões	Exis- tentes		Dia	Mês	Ano	Motivo da saída	Escolar	Religioso
125	45	José António Durães Vicência	—	—	—	—	—	—
126	—	Francisco Gomes Lázaro	—	—	1934	—	só freq. dois dias	—
127	46	Francisco Pereira	—	—	—	—	—	—
128	47	Eduardo Paixão do Amaral	—	—	—	—	—	—
129	48	António da Silva Ferreira	—	—	—	—	—	—
130	49	José Neiva Veloso	—	—	—	—	—	—
131	—	Carlos Augusto Pereira de Faria	Setembro	—	1934	Escola	1.ª classe	1.ª comunhão
132	—	José Pereira de Faria	Outubro	—	1935	»	2.ª classe	1.ª comunhão Març. 935
133	50	Virgílio Guedes Passos	—	—	—	—	—	—
134	51	Manuel Cândido da Cunha	—	—	—	—	—	—
135	52	António Pedroso de Campos	—	—	—	—	—	—
136	53	Augusto Afonso Gonçalves	—	—	—	—	—	—
137	—	Gualberto Freitas Lima	Junho	—	1935	Doente	—	—
138	54	António Augusto da Silva	—	—	—	—	—	—
139	55	António Pereira de Miranda	—	—	—	—	—	—
140	—	José Faria da Costa	Outubro	—	1935	—	2.ª classe	—
141	56	José dos Santos Amorim	—	—	—	—	—	—
142	—	Luiz Maria do Carmo Correia	—	—	—	—	—	—
143	57	Joaquim da Costa Pereira	—	—	1934	—	só freq. poucos dias	—
144	58	Manuel José Pereira da Silva	—	—	—	—	—	—
145	59	Francisco Pereira da Silva	—	—	—	—	—	—
146	60	Carlos Pereira do Vale	—	—	—	—	—	—
147	61	Ilídio Alberto do Vale	—	—	—	—	—	—
148	—	José Correia Pereira	Junho	—	1935	Escola	1.ª classe	—
149	62	Joaquim Lucas da Costa	—	—	—	—	—	—
150	63	Jaime Duarte Miranda	—	—	—	—	—	—
151	64	José Duarte Miranda	—	—	—	—	—	—
152	65	José Gomes Gandra	—	—	—	—	—	—
153	—	Fernando da Silva Pimenta	Junho	—	1935	—	—	—
154	—	António Fernandes Pimenta	»	—	»	—	—	—
155	66	Joaquim Emílio Araújo Faria	—	—	—	—	—	—
156	67	Feliciano Araújo Faria	—	—	—	—	—	—
157	68	Manuel Domingos Araújo Faria	—	—	—	—	—	—
Admitidos no período escolar de 1934-35								
158	—	António Pereira de Magalhães	Junho	—	1935	Escola	1.ª classe	—
159	69	José Rodrigues	—	—	—	—	—	—
160	70	Gualter de Oliveira Monteiro	—	—	—	—	—	—
161	—	Manuel Jesus Brito	Janeiro	—	1935	—	só freq. dois dias	—
162	71	Belarmino Coutinho Rodrigues	—	—	—	—	—	—
163	72	Paulo de Azevedo Oliveira	—	—	—	—	—	—
164	73	Alberto da Silva	—	—	—	—	—	—
165	74	António Lemos de Araújo	—	—	—	—	—	—
166	75	José de Sousa Machado	—	—	—	—	—	—
167	76	Armindo da Costa Pereira	—	—	—	—	—	—

Números		N O M E S	S A Í D A				A P R O V E I T A M E N T O	
Admis- sões	Exis- tentes		Dia	Mês	Ano	Motivo da saída	Escolar	Religioso
168	77	António Martins Remelhe	—	—	—	—	—	—
169	78	Henrique Linhares Soares	—	—	—	—	—	—
170	79	José Barbosa	—	—	—	—	—	—
171	80	António José Afonso Miranda	—	—	—	—	—	—
172	81	Armando Dias Gomes	—	—	—	—	—	—
173	82	José da Costa Maciel Fernandes	—	—	—	—	—	—
174	83	José de Sousa Machado	—	—	—	—	—	—
175	84	António Lemos de Araújo	—	—	—	—	—	—
176	85	Manuel da Silva Corexas	—	—	—	—	—	—
177	86	Domingos Pereira Vale	—	—	—	—	—	—
178	87	José Augusto Pereira Alves	—	—	—	—	—	—
179	88	Fernando Aurélio Alves Pereira	—	—	—	—	—	—
180	89	Fernando da Costa Machado	—	—	—	—	—	—
181	90	António Martins Barbosa	—	—	—	—	—	—
182	91	António Pereira Alves	—	—	—	—	—	—
183	92	Manuel Pereira	—	—	—	—	—	—

NOTA :

Total das admissões.		183.
Total das saídas		91
Existência de crianças		92

CRECHE D. ANTONIO BARROSO

(SEXO FEMININO)

Números		N O M E S	S A Í D A				A P R O V E I T A M E N T O	
Admis- sões	Exis- tentes		Dia	Mês	Ano	Motivo da saída	Escolar	Religioso
Admitidas desde Dezembro 1930 até Junho 1931								
1	—	Maria da Conceição Pereira Alves	—	Junho	1933	C. surd-mud.	—	—
2	—	Arminda Marcela Vieira	—	»	1935	Escola	Hab. Cl. infantil	—
3	—	Maria da Glória Gonçalves da Silva	—	»	»	Cr. St. ^a M. ^a	» 1. ^a Cl.	—
4	—	Gracinda Gonçalves da Silva	—	»	»	» »	» »	—
5	—	Emília Fernandes Queiroz	—	—	1934	Escola	» 2. ^a Cl.	—
6	—	Maria da Conceição Figueiredo Lopes	—	Agosto	1933	Cr. St. ^a M. ^a	» 1. ^a »	Fez 1. ^a comunhão
7	—	Tereza Guimarães Pereira de Brito	—	Março	»	—	—	» »
8	—	Olivia Guimarães Pereira de Brito	—	»	»	—	—	—
9	—	Maria da Graça Pereira Rainha	—	—	1932	Cr. St. ^a M. ^a	—	—
10	—	Maria do Carmo Brito de Sousa	—	Fevereiro	»	—	—	—
11	1	Laurinda Aurora Lemos da Silva	—	—	1932	—	—	—
12	—	Maria Emília de Araújo Carvalho	—	—	»	—	—	—
13	—	Cândida da Glória de Jesus	—	Maio	—	—	—	—
14	2	Maria Arminda Miranda Cibrão	—	—	»	—	—	—
15	—	Maria Cristina Cândida de Amaral	—	Março	1932	Escola	—	—
16	—	Maria Beatriz Ferreira Ramos	—	Junho	1935	» »	Hab. Cl. infantil	—
17	—	Mariana de Araújo Ferreira	—	Março	1932	Cr. St. ^a M. ^a	—	—
18	—	Maria Alice Martins	—	»	»	—	—	—
19	—	Elsa da Silva Galiza Carneiro	—	Agosto	1933	Escola	—	—
20	—	Maria Amélia das Dores Carvalho	—	—	1932	»	—	—
21	—	Maria Virgínia das Dores Carvalho	—	—	1933	»	—	—
22	—	Maria Campinho	—	—	1933	»	—	—
23	—	Maria da Glória Correia Amaral	—	Agosto	1934	C. St. ^a Ana	» 1. ^a Cl.	Fez 1. ^a comunhão
24	—	Eugénia Rodrigues Lourenço	—	—	1932	Escola	—	—
25	—	Maria Cristina Ribeiro dos Santos	—	—	»	—	—	—
26	—	Antónia Cândida Pereira Pimenta	—	—	»	Escola	» 1. ^a Cl.	Fez 1. ^a comunhão
27	—	Maria Augusta de Oliveira Monteiro	—	Agosto	1933	» »	» »	» »
28	—	Maria Emília da Paixão Amaral	—	—	1934	» »	» 2. ^a »	» »
29	—	Fiorinda Gomes da Cruz	—	—	»	» »	» 1. ^a »	» »
30	—	Maria Adolfinia Pimenta Barbosa	—	Novembro	1933	para o Pôrto	—	—
31	—	Maria da Conceição Martins	—	Outubro	1932	—	—	—
32	—	Maria Margarida da C. Lopes	—	—	1934	Cr. St. ^a M. ^a	» 1. ^a Cl.	Fez 1. ^a comunhão
33	—	Maria Arminda de Carvalho	—	—	1933	Escola	—	—
34	—	Maria de Lourdes Fernandes Rente	—	—	1933	Cr. St. ^a M. ^a	—	—
35	—	Carolina Alves Leite	—	—	»	—	—	—
36	—	Maria Henriqueta Fernandes da Costa	—	Novembro	1933	Escola	Hab. 1. ^a Classe	Fez 1. ^a comunhão
37	—	Maria de Jesus Ferreira	—	»	»	—	—	—
38	—	Maria Lopes Ferreira	—	»	»	—	—	—

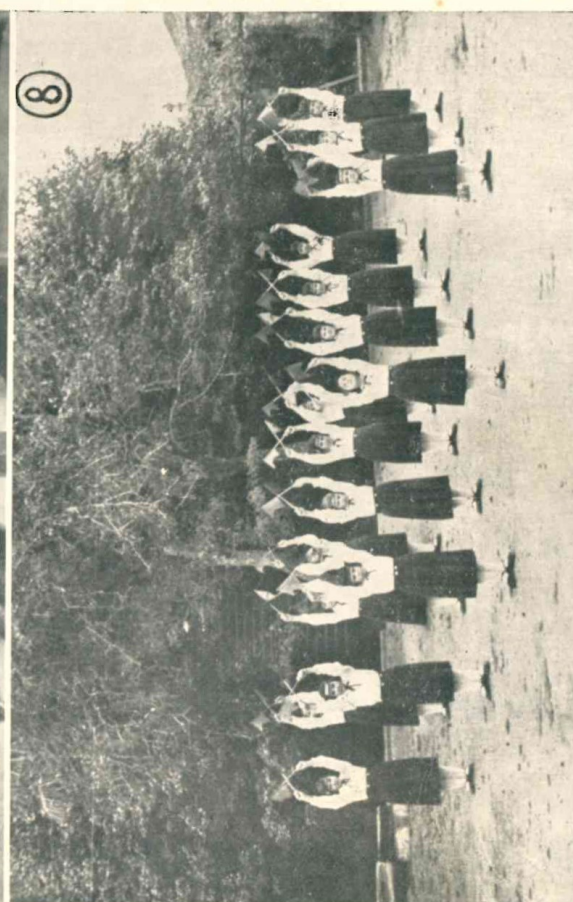
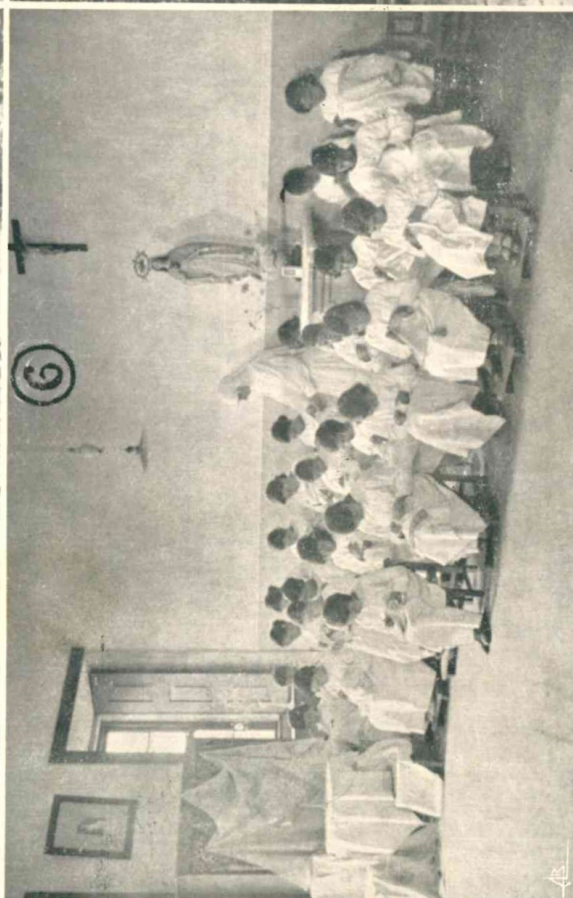
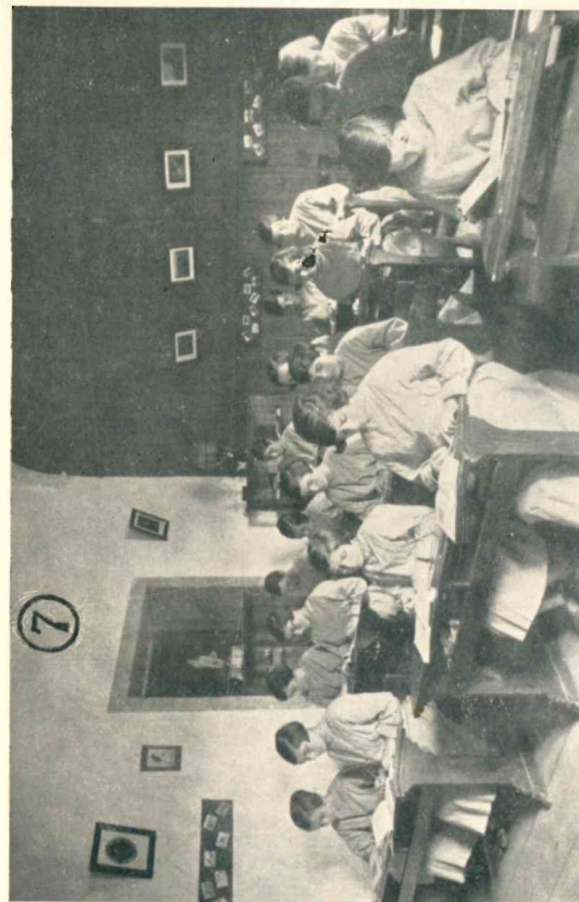
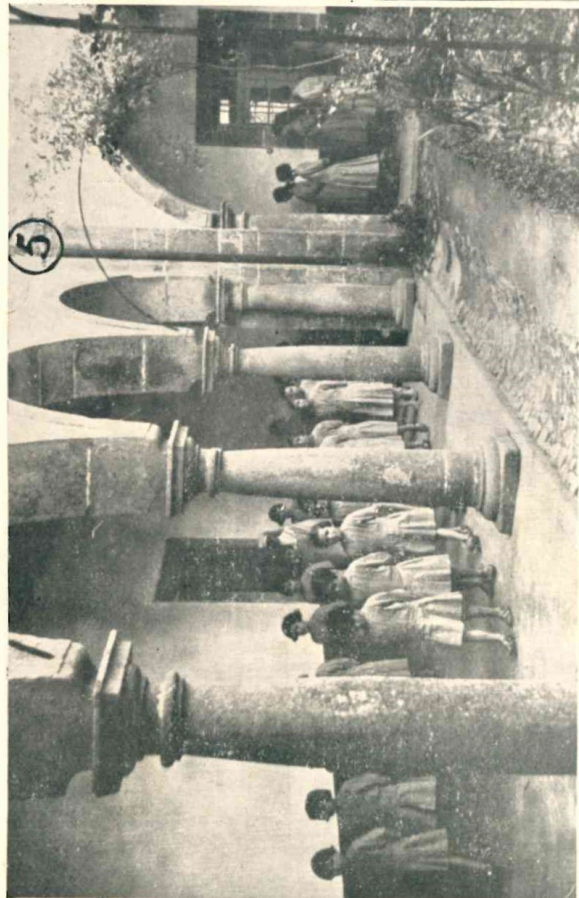
Números		N O M E S	S A Í D A				A P R O V E I T A M E N T O	
Admis- sões	Exis- tentes		Dia	Mês	Ano	Motivo da saída	Escolar	Religioso
39	3	Rosalina de Jesus Machado	—	—	—	—	—	—
40	4	Maria dos Prazeres Pereira	—	—	—	—	—	Fez 1. ^a comunhão
41	—	Marília da C. Gomes de Lima	—	—	1933	—	—	—
42	5	Ana do Espírito Santo Gonçalves	—	—	—	—	—	Fez 1. ^a comunhão
43	6	Maria Fernanda Alves Gonçalves	—	—	—	—	—	—
44	7	Aurora Lemos da Silva	—	—	—	—	—	—
45	8	Marília Pereira de Brito	—	—	—	—	—	—
46	—	Maria Arminda Gomes de Amorim	—	—	1934	—	—	—
47	—	Maria do Carmo Lopes Fernandes	—	Maio	1935	Cr.St. ^a Maria	Habil 2. ^a classe	Fez 1. ^a comunhão
48	9	Maria Berta Pimenta Barbosa	—	—	1932	—	—	—
49	—	Júlia das Dores da Silva	—	—	—	—	—	—
50	10	Maria Albertina Fernandes.	—	—	—	—	—	—
51	11	Maria dos Prazeres Costa.	—	—	—	—	—	—
Admitidas no período de 1931 a 1932								
52	—	Rosa de Jesus Ferreira Barbosa	—	Outubro	1935	Escola	—	—
53	12	Celestina Pereira Alves	—	—	—	—	—	—
54	13	Maria Angelina Lopes Fernandes	—	—	—	—	—	—
55	14	Judite Benedita da Costa	—	—	—	—	—	—
56	15	Maria Euridice Pimenta da Costa	—	—	—	—	—	—
Admitidas no período de 1932 a 1933								
57	—	Rosa Martins	—	Julho	1935	—	—	—
58	16	Maria Odete Alves Gonçalves	—	—	—	—	—	—
59	17	Maria da Ressurreição Fernandes Rente	—	—	—	—	—	—
60	18	Maria do Céu Lopes	—	—	—	—	—	—
61	19	Maria da Graça Pereira de Faria	—	—	—	—	—	—
62	20	Maria de Jesus Alves Miranda	—	—	—	—	—	—
63	21	Maria Augusta Gonçalves da Silva	—	—	—	—	—	—
Admitidas no período de 1933 a 1934								
64	22	Maria Júlia da Silva	—	—	—	—	—	—
65	23	Maria José Oliveira da Silva	—	—	—	—	—	—
66	24	Ana Lopes da Silva	—	—	—	—	—	—
67	25	Maria da Conceição Pimenta Ramião.	—	—	—	—	—	—
68	—	Maria de Lourdes Duarte Barbosa	—	Julho	1934	—	—	—
69	26	Emília do Carmo Ferreira	—	—	—	—	—	—

Números		N O M E S	S A Í D A				A P R O V E I T A M E N T O	
Admis- sões	Exis- tentes		Dia	Mês	Ano	Motivo da saída	Escolar	Religioso
70	27	Maria Fernanda Felgueiras Rodrigues	—	—	—	—	—	—
71	28	Emília do Nascimento Ramos	—	—	—	—	—	—
72	29	Maria Leonilde Felgueiras Rodrigues	—	—	—	—	—	—
73	30	Maria da Glória da C. Pereira	—	—	—	—	—	—
74	31	Maria de Lourdes da C. Salgado	—	—	—	—	—	—
75	32	Maria de Fátima Fernandes	—	—	—	—	—	—
76	33	Maria Fernanda Gonçalves Lima	—	—	—	—	—	—
77	34	Maria dos Prazeres Gonçalves dos Santos	—	—	—	—	—	—
78	35	Idalina Lemos Rodrigues da Silva	—	—	—	—	—	—
79	—	Maria Amélia Leite Vilar	—	Outubro	1935	Escola	—	—
80	36	Maria Emília Leite Vilar	—	—	—	—	—	—
81	37	Tereza Maria de Sousa e Silva	—	—	—	—	—	—
82	38	Maria de Lourdes Gonçalves Ramos	—	—	—	—	—	—
83	39	Maria de Fátima Cardoso Calás	—	—	—	—	—	—
84	40	Maria dos Santos Pimenta	—	—	—	—	—	—
85	41	Maria Emília Fernandes de Azevedo	—	—	—	—	—	—
Admitidas no período de 1934 a 1935								
86	42	Maria dos Prazeres Reis da Silva	—	—	—	—	—	—
87	43	Maria Tomé de Araújo	—	—	—	—	—	—
88	44	Antônia Alves de Miranda	—	—	—	—	—	—
89	—	Maria Beatriz Cavalheiro Remelhe	—	Novembro	1935	—	—	—
90	45	Felicidade Ferreira Pereira	—	—	—	—	—	—
91	46	Maria Cavalheiro Remelhe	—	—	—	—	—	—
92	47	Maria da Conceição Marques da Costa	—	—	—	—	—	—
93	48	Maria Guilhermina das Dorez Gonçalves	—	—	—	—	—	—
94	49	Maria Abília Barbosa Pereira Gomes	—	—	—	—	—	—
95	50	Cândida da Silva Lourenço	—	—	—	—	—	—
96	—	Maria da Paz Miranda Lourenço	—	Julho	1935	Escola	—	—
97	51	Maria da Agonia Faria da Costa	—	—	—	—	—	—
98	52	Balbina Correia Fernandes	—	—	—	—	—	—
99	53	Maria Luíza Miranda Pereira	—	—	—	—	—	—
100	54	Maria Alice Fernandes Queiroz dos S.	—	—	—	—	—	—
101	55	Maria Francelina Fernandes Queiroz dos S.	—	—	—	—	—	—
102	56	Maria de Lourdes Barroso Coutinho	—	—	—	—	—	—
103	57	Tereza de Fátima da Silva Costa	—	—	—	—	—	—
104	58	Maria da Conceição Vicência	—	—	—	—	—	—
105	59	Maria de Lourdes Ferreira Milhazes	—	—	—	—	—	—
106	60	Maria Madalena Ferreira Ramos	—	—	—	—	—	—
107	61	Antônia Gonçalves Linhares	—	—	—	—	—	—
108	62	Ana Afonso de Miranda	—	—	—	—	—	—
109	63	Maria Isolete Felgueiras Rodrigues	—	—	—	—	—	—
110	64	Maria Linhares Soares	—	—	—	—	—	—

Números		N O M E S	S A Í D A				A P R O V E I T A M E N T O	
Admis- sões	Exis- tentes		Dia	Mês	Ano	Motivo da saída	Escolar	Religioso
111	65	Maria Alice Coutinho Fernandes.	—	—	—	—	—	—
112	66	Maria Augusta Barroso Coutinho	—	—	—	—	—	—
113	67	Maria Helena Pereira de Faria	—	—	—	—	—	—
114	68	Maria Isabel Gomes Baptista da Silva	—	—	—	—	—	—
115	69	Maria do Carmo Gomes Baptista da Silva	—	—	—	—	—	—
116	70	Maria Alice Barroso Coutinho	—	—	—	—	—	—

NOTA :

Total das admissões.	.	.	.	116
Total das saídas	.	.	.	46
Existência de crianças	.	.	.	<u>70</u>



RECOLHIMENTO E ASILO DO MENINO DEUS. -- 5 -- Órfãs a caminho do refeitório. -- 6 -- Atelier S.ta Isabel (bordados). -- Aula da 4.^a classe.
8 -- Exercício de Ginástica.

NOTAS COMPLEMENTARES

Lido o que se encontra nas 71 páginas anteriores, quem relatou e escreveu verificou que alguns factos tinham ficado sem a referência que é devida e merecida, para melhor se conhecer a importância e extensão do trabalho realizado em seis anos de administração e gerência das instituições legalmente anexadas à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco.

Foi por isso que, revendo apontamentos, nos sentimos obrigados a escrever algumas linhas mais, cuja extensão será aquela que fôr necessária.

Não se imagine, porém, que tudo ficará ainda relatado, a-pesar dêste acrescentamento.

Promovidas pela Direcção interna do Recolhimento e Asilo (que, como ficou dito, está a cargo do Instituto de Formação das Missionárias Franciscanas de Maria, — as melhores e mais dedicadas cooperadoras de toda a acção desenvolvida —) realizaram-se lindas **festas recreativas** no salão daquela instituição de caridade, que em seguida se relacionam :

a) *Pequenino Sarau* promovido pelas educandas, no dia 29 de Maio de 1932, que constou de canto, diálogos, poesias, danças, actos cómicos e ginástica.

b) *Outro pequenino Sarau*, realizado no dia 8 de Janeiro de 1933, que constou de idênticos números e representação teatral.

c) *Récita* pelas educandas, realizada no dia 21 de Janeiro de 1934, que constou de coros, actos cómicos, canções, diálogos, monólogos, demonstrações de ginástica e ensaio orfeónico.

d) *Sarau*, pelas educandas do Recolhimento e crianças das Creches D. António Barroso, realizado no dia 10 de Fevereiro de 1935, que constou de canto, poesia, actos cómicos, acto dramático, monólogos, canto coral e exercícios de ginástica.

A esta simples enunciação dos programas de que constaram as festas recreativas, acrescentaremos apenas que as internadas do Recolhimento e Asilo se desempenharam com muito brilho e merecendo os aplausos entusiásticos das pessoas que assistiram aos agradáveis espectáculos, que tiveram ocasião de ver o grau de desenvolvimento que as crianças vão lentamente atingindo.

No dia 28 de Janeiro de 1934, realizou-se no edifício do Recolhimento e Asilo a **Festa comemorativa do segundo centenário da fundação do Recolhimento das «Beatas»**, que, como já ficou referido, se transformou mais tarde no actual Recolhimento e Asilo do Menino Deus.

Foi muito interessante, muito educativa, e muito tocante ao coração de todos, essa festa de comemoração centenária.

Do seu programa, fielmente executado, constou :

1.º — *Retiro espiritual* em que tomaram parte as internadas do Recolhimento e as educandas do Colégio de Santa Ana.

2.º — *Festa religiosa* efectuada no dia 6, que foi precedida de um tríduo de conferências religiosas ; e

3.º — *Sessão solene*, que se realizou no referido dia 28 de Janeiro, a que presidiu o representante do Ex.^{mo} Snr. Governador Civil do Distrito (Dr. Feliz Barreira), secretariado pelo representante de S. Ex.^a Revd.^{ma} o Senhor Arcebispo Primaz (Arcipreste P.^e José Francisco Rios Novais) e Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito (Dr. Alberto Carlos de Magalhães e Menezes).

Foram oradores o Ex.^{mo} Snr. Conselheiro Dr. Joaquim Gualberto de Sá Carneiro, que, como em outro lugar se disse, foi o presidente das comissões que promoveram a transformação do Recolhimento das Beatas no actual Recolhimento e Asilo e o administrou até 31 de Dezembro de 1909; o Ex.^{mo} Snr. Dr. Miguel Pereira da Silva Fonseca, que presidiu às comissões administrativas que sucederam àquelas até 30 de Junho de 1929; e P.^e Joaquim Alexandre Gaiolas, presidente da Comissão Delegada do Definitório da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, que desde 1 de Julho de 1929 preside aos destinos da referida casa de caridade.

Cada um dos oradores fez o relato da acção desenvolvida pelas Comissões da sua presidência, assunto deveras muito interessante e elucidativo da vida do estabelecimento, relatos a que a imprensa se referiu então, tendo nós muita pena de não podermos aqui reproduzir, como era desejo, êsses preciosos relatórios-críticos, não só porque os não temos todos arquivados, mas ainda pela sua extensão.

Essa festa, — a sessão solene — mostrou aos barcelenses que assistiram a ela a grandeza dos esforços que se têm consumido a benefício da infância desvalida.

Ninguém os avalia com precisão, e na sua realidade empreendedora.

Nesse dia 28 de Janeiro de 1934, a administração do Recolhimento e Asilo ofereceu um almôço aos ilustres representantes das autoridades civis e eclesiásticas, da Junta Geral do Distrito e presidentes das comissões administrativas suas antecessoras.

O «menu» foi cosinhado pelas internadas do Recolhimento e Asilo e o serviço de mesa foi feito por elas, serviços em que demonstraram as suas aptidões.

No dia 17 de Dezembro de 1933, as alunas do *Colégio de Santa Ana*, dirigido pelas Franciscanas Missionárias de Maria, realizaram uma *récita* em benefício das órfãos do Recolhimento e Asilo, com um programa escolhido. Registamos o nosso agradecimento às distintas alunas do Colégio, por êste seu belo gesto.

No dia 5 de Janeiro de 1935, um grupo de Senhoras da nossa terra, presidido pela grande amiga dos pobres a Ex.^{ma} Snr.^a D. Maria da Glória Vieira Duarte e com a colaboração da distinta escritora e artista musical de elevado mérito Ex.^{ma} Snr.^a D. Maria Amélia Teixeira, ilustre directora da Revista «Portugal Feminino», realizou no Teatro Gil Vicente um brilhantíssimo *Sarau de Arte* em benefício do Recolhimento do Menino Deus.

Foi uma festa encantadora, que sempre há-de ser lembrada, êsse formosíssimo *Sarau*, na qual tomaram parte gentis senhoras da nossa terra e alguns mancebos, sendo de lembrar a Ex.^{ma} Snr.^a D. Maria Amélia Teixeira na sua conferência intitulada «Sinfonia da Caridade».

Também as internadas do Recolhimento tiveram a sua parte no programa — Canto Coral e Ginástica Rítmica.

Ao nosso agradecimento a todos que ofereceram à sociedade barcelense uma noite de Arte e deram a benefício de uma casa de caridade — trabalho, canseiras e dinheiro — regista-se o agradecimento dos beneficiados.

Organizado em 26 de Maio e aprovado por assemblea geral de 12 de Outubro de 1934 — e superiormente aprovado por Decreto n.º 25.230, — tem a Ordem Terceira o seu quadro de pessoal privativo, que compreende :

No Recolhimento e Asilo :

1 Directora Geral, com o vencimento de	1.800\$00	por ano
1 Ecónoma, com o vencimento de . . .	1.200\$00	» »

Na Sopa dos Pobres :

1 Cosinheira — vencimento de	1.200\$00	» »
1 Servente — » »	1.200\$00	» »

Nas Creches D. António Barroso :

1 Mestra para sexo feminino	900\$00	» »
1 » » » masculino	900\$00	» »

Na Igreja de Santo António :

1 guarda e sineiro	1.200\$00	» »
------------------------------	-----------	-----

Secretaria Geral :

1 Chefe ou cartorário para o serviço das instituições com o vencimento de .	2.400\$00	» »
--	-----------	-----

As obras de assistência que já funcionam no edificio do Recolhimento e Asilo : —

- a) Recolhimento e Asilo do Menino Deus,
- b) Sopa dos Pobres,
- c) Creches D. António Barroso, e
- d) Patronato das Raparigas Pobres, exigem importantes obras de ampliação e de adaptação do edificio às necessidades de acomodação e de desenvolvimento delas.

Quem visitar o edificio nas horas regulamentares de trabalho verificará que, além dos serviços daquêles institutos, dali se fornece alimentação aos presos da Cadeia Civil da comarca e aos operários desempregados, — a êstes um número de 90 refeições diárias e àquêles, uma média de 80 refeições diárias — e se juntarmos a êstes serviços a alimentação às internadas do Recolhimento e Asilo, às crianças pobres das Creches D. António Barroso e raparigas do Patronato e pobres indigentes, não é difficil concluir que as cosinhas funcionam constantemente, para preparar as refeições para mais de 400 pessoas, num total que excede 600 refeições diárias !

O edificio e dependências estão totalmente utilizados e os serviços sofrem do acanhado delas, de tal maneira, que as difficuldades são tais, que sòmente a boa vontade e paciência das Senhoras Missionárias de Maria supre as difficiências de instalação.

Para remediar tamanhos inconvenientes, promoveu-se a elaboração do projecto de ampliação do edificio e aproveitamento mais adequado das suas dependências, esperando-se para tais obras a comparticipação do Estado, que foi prometida e com a qual sempre se pode contar.

Mas o Estado paga mão de obra e falta o que consta de dispêndio com materiais — que monta a mais de 300 contos.

Nenhuma das instituições possui um pataco disponível para ajudar tal encargo! Entretanto, a obra é indispensável.

¿Poderá contar-se com o auxílio de beneméritos que venha dar execução às obras projectadas?

— Elas, são indispensáveis.....

... A Mesa Administrativa da Ordem Terceira, resolveu em 3 de Julho de 1935 pedir a comparticipação do Estado, assunto de que já tratara em 25 de Outubro do ano anterior.

E não se tem, até hoje, insistido no pedido, por que..... — não há 300 contos para adquirir materiais!...

Não se repare na não publicação da lista dos indigentes que têm beneficiado da Sopa dos Pobres e de rações de pão de milho.

Não quisemos tornar mais pública as necessidades de tantos que não querem apregoada a sua miséria, chorada e gemida em silêncio!

Apenas afirmamos que a Sopa dos Pobres não deve, — nem pode acabar. Seria uma grande desgraça e um gravíssimo problema — a agravar ainda mais o da mendicidade pública!

A falta de clero secular, que por toda a parte é sentida e lamentada, é também notável na nossa terra.

A abertura da Igreja de Santo António da Cidade ao culto público mais veio mostrar a existência da falta de clero em Barcelos, a ponto de se ter estado em risco de encerrar aquela Igreja ao culto!

Para evitar isso, que seria de lamentar, a Assembleia Geral da Ordem Terceira, em reunião de 12 de Outubro de 1934, deliberou autorizar a cedência, a título de usufruto daquela Igreja, móveis e adornos, aos Padres Capuchinhos da Província de Castilla (Espanha) que vieram instalar uma sua dependência nesta cidade.

O contrato, que tem a aprovação eclesiástica e está autorizado pelas leis civis, consta da acta de 19 de Dezembro de 1934, — contrato que se não reproduz, por ser extenso.

O que tem sido de benéfica para a nossa terra a acção e trabalho espiritual dos Padres Capuchinhos, não carece de ser encarecido. Todos sabem quanto bem já por aí anda espalhado e quanto carinho merecem eles.

Um grupo constituído pelas Ex.^{mas} Snr.^{as} D. Maria da Glória Vieira Duarte, D. Julieta Landolt de Sousa, D. Ester Duarte Alçada, D. Maria Quinta da Costa e D. Maria Guilhermina Fernandes — abriu uma subscrição para custear os encargos da compra de um «Harmonium» para a Igreja de Santo António da Cidade, tendo reunido a quantia necessária ao seu pagamento.

Adquirido por essas Senhoras o referido órgão, comunicaram à Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira a sua entrega, em officio de 7 de Julho de 1933, com a condição de ser conservado naquela Igreja e de ali não sair nem por empréstimo, nem por aluguer.

Esse «Harmonium» lá está a funcionar, — e respeitada há-de ser a cláusula imposta pelas ofertantes, cujos nomes aqui ficam registados com o merecido e bem devido agradecimento público.

A Assembleia Geral da Ordem Terceira, aprovou, em sua reunião de 30 de Junho de 1935, os novos Estatutos da respectiva Fraternidade, os quais foram previamente vistos pela autoridade eclesiástica e por ela aprovados e têm a aprovação da autoridade civil.

Nêles se incluiu, além dos fins morais e espirituais da Ordem Terceira, mais o objectivo de ela exercer em Barcelos, no terreno social, a sua actividade caritativa.

E está a exercê-la, sendo de lamentar que poucos sejam, mesmo muito poucos, os que ajudam e auxiliam esta função franciscana.

Há muitos anos que o Snr. João Marques Pimenta, com barbearia à rua D. António Barroso, presta serviços gratuitos do corte de cabelo às internadas do Recolhimento e Asilo — benefício que queremos que fique bem público, pois sabemos que muito pouca gente conhece esta generosidade do hábil artista, que tem direito ao reconhecimento de todos. Aqui o deixamos consignado.

Por serem os mais rigorosamente actualizados e poder por êles avaliar-se o que representa já a obra de assistência aos indigentes que tem sido impulsionada e realizada através da Ordem Terceira, extraímos da estatística interna os seguintes elementos de informação que dizem, com a eloquência forte dos números — o que foi, no ano de 1936, a distribuição de alimentação aos indigentes subsidiados pela Sopa dos Pobres.

Ano de 1936										Pão de milho		Sopa	
Janeiro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	Quilos	887	Litros	3420
Fevereiro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	934	»	3500
Março	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	907	»	3524
Abril	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	863	»	3228
Maio	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	1053	»	3891
Junho	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	1208	»	4255
Julho	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	1053	»	4595
Agosto	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	1163	»	4058
Setembro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	1016	»	3841
Outubro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	1025	»	4586
Novembro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	981	»	4316
Dezembro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	»	1070	»	4477
Total										Quilos	12,160	Litros	47.691

Têm gratuitamente prestado serviços clínicos às crianças internadas no Recolhimento e Asilo, os distintos médicos barcelenses Ex.^{mos} Snrs. Drs. Adélio Carvalho Marinho da Silva, Francisco Rodrigues Tôrres e Miguel Pereira da Silva Fonseca, a quem, registando o facto, são devidos os nossos agradecimentos, que aqui deixamos consignados.

Seríamos muito injustos, e cometeríamos uma grave falta, se aqui não exaltássemos, com o relêvo merecido, os serviços incomparáveis que a tódá a obra de assistência exercida através da Ordem Terceira, têm prestado as Senhoras que constituem a Congregação Franciscana das Missionárias de Maria, que têm passado por Barcelos, especialmente as que desempenham pesados encargos de direcção do seu Instituto de Barcelos.

Não há nomes a registar, nem agradecimentos especiais a fazer — a A ou B.

O agradecimento que aqui deixamos consignado vai para o Instituto de Formação das Missionárias Franciscanas de Maria, que com tanta caridade, com tamanho zêlo e com alma missionária — missionam no Recolhimento e Asilo, na Sopa dos Pobres, nas Creches D. António Barroso e no Patronato das Raparigas Pobres — ensinando e educando tantas e tantas crianças, acarinhando tantos e tantos indigentes, e distribuindo por todos o seu zêlo caridoso acompanhado de palavras sempre amigas — de boas mestras e conselheiras.

A nossa obra em marcha, é mais delas: e se elas a não tivessem tomado para si mesmas, escusado teria sido pensar-se em realizá-la.

Que estas palavras sirvam para resumirem-se numa só frase: — *muito obrigado, Senhoras!*

NOTA FINAL

Como começamos por dizer nestas notas complementares, não tivemos a preocupação de nos referir a tudo. Muito ficara ainda omissa, e por isso nos será relevado encerrar aqui o relato dos factos.

Se, como era do nosso desejo, podessemos ter disposto do tempo indispensável à consulta de documentos arquivados, das actas e da correspondência, certamente que aí encontraríamos matéria para deixar melhor focados, os diferentes aspectos de toda esta obra que se vai levantando a bem dos necessitados.

Entretanto, do que ficou escrito e documentado, pode concluir-se que a Ordem Terceira de Barcelos tem prestado valiosos serviços no terreno da Assistência local.

Poder-se-á ir muito mais longe se, como é de esperar, a bolsa particular se abrir melhor a benefício dos pobres.

Um facto que terá ficado bem patente — é que tem sido difficilissima a vida financeira de todas as instituições que a Ordem Terceira dirige e administra.

A falta de recursos para acudir a encargos e despesas inadiáveis e que obrigam a que se façam, é de todos os dias.

É necessário que na consciência das pessoas se forme o dever imperioso de concorrer para a sustentação das nossas instituições de Caridade...!

É o apêlo que a todas as pessoas dirigimos, como fecho do que se leu.

Escreveram-se estas últimas notas no dia 30 de Novembro de 1937,

A Comissão Delegada do Definitório Geral da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco que exerceu as suas funções desde o acto da sua posse (9 de Dezembro de 1928) até 30 de Junho de 1932, era constituída pelos Snrs. :

*P.^e Joaquim Alexandre Gaiolas
João Baptista da Silva Correia
João de Sousa*

Esta Comissão Delegada agregou a si mesma, no uso dos poderes que lhe estavam conferidos, para a auxiliar na execução do seu mandato, os seguintes Snrs.;

*Jaime Augusto de Deus Real
Agostinho José Correia
P.^e José de Faria Coelho
Abílio Rodrigues de Sousa
P.^e Domingos de Figueiredo
Emídio Joaquim Rodrigues
Francisco de Sá
António da Costa Martins*

que como agregados à dita Comissão Delegada, exerceram funções desde 25 de Maio de 1929 (data em que foi constituída) até 3 de Abril de 1930 (data em que aquela Comissão Delegada reassumiu plenitude de funções).

Por ter entendido haver cumprido a sua missão, a Comissão Delegada deliberou que se procedesse à eleição da Mesa Administrativa da Ordem Terceira, que se efectuou em 29 de Maio de 1932, tendo sido eleita a Mesa que funcionou até 31 de Dezembro de 1935, a qual esteve assim constituída:

MINISTRO — *P.^e Joaquim Alexandre Gaiolas*
VICE-MINISTRO — *Dr. Adélio Carvalho Marinho da Silva*
SECRETÁRIO — *Gualter da Cunha Leite de Meireles*
TESOUREIRO — *João de Sousa*
PROCURADOR GERAL — *João Baptista da Silva Correia*
VIGÁRIO — *P.^e José de Faria Coelho*
DEFINIDORES — *Avelino Gomes de Sousa*
» — *Humberto Carmona Coelho Gonçalves*
» — *Jaime Augusto de Deus Real*
» — *João Duarte Veloso*
» — *Dr. José da Graça Faria Júnior*

Aprovados os novos Estatutos, em 22 de Dezembro de 1935 procedeu-se à eleição da nova Mesa, constituída de harmonia com as suas disposições tendo sido eleitos para o triénio 1936-1938, os Snrs.;

MINISTRO — *P.^e Joaquim Alexandre Gaiolas*
VICE-MINISTRO — *Dr. Adélio Carvalho Marinho da Silva*
MESTRE DE NOVIÇOS — *João Baptista da Silva Correia*
TESOUREIRO — *João de Sousa*
SECRETÁRIO — *Avelino Gomes de Sousa*

tendo sido eleitos como substitutos, também de acôrdo com os novos Estatutos, os Snrs.:

MINISTRO — *João Duarte Veloso*
VICE-MINISTRO — *Dr. José da Graça Faria Júnior*
MESTRE DE NOVIÇOS — *P.^e José de Faria Coelho*
TESOUREIRO — *Humberto Carmona Coelho Gonçalves*
SECRETÁRIO — *Gualter da Cunha Leite de Meireles*

biblioteca
municipal
barcelos



65326

Actos e Contas da
Administração nos anos de